UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

LEONARDO ARAUJO CARDEAL DA COSTA

Vila Dona Leonor – Osasco/SP:

uma vila ferroviária industrial em meio aos novos processos urbanos na
metrópole

Versão Corrigida

SÃO PAULO

2017

LEONARDO ARAUJO CARDEAL DA COSTA

Vila Dona Leonor – Osasco/SP:

uma vila ferroviária industrial em meio aos novos processos urbanos na
metrópole

Versão Corrigida

De acordo com: _____

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação
em Geografia Humana, do Departamento de Geografia
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para a obtenção do título de
Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana

Orientadora: Prof^a Dr^a Glória da Anunciação Alves

SÃO PAULO

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada à fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

CC266v	<p>Cardeal da Costa, Leonardo Araujo. Vila Dona Leonor – Osasco/SP uma vila ferroviária industrial em meio aos novos processos urbanos na metrópole/ Leonardo Araujo Cardeal da Costa; orientadora Glória da Anunciação Alves, São Paulo – 2017. 138 f.</p> <p>Dissertação (Mestrado - Programa de Pós Graduação em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Versão original</p> <p>1. Geografia Urbana. 2. Habitação. 3. Vila Ferroviária Dona Leonor de Barros. 4. Produção do Espaço. 5. Sociedade Terrorista. Alves, Glória da Anunciação, orient. II. Título.</p>
--------	---

Universidade de São Paulo

ATA DE DEFESA

Aluno: 8136 - 6475168 - 1 / Página 1 de 1

Ata de defesa pública de Dissertação do(a) Senhor(a) Leonardo Araujo Cardeal da Costa no Programa: Geografia (Geografia Humana), do(a) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Aos 29 dias do mês de setembro de 2017, no(a) Salão Nobre, realizou-se a Defesa da Dissertação do(a) Senhor(a) Leonardo Araujo Cardeal da Costa, apresentada para a obtenção do título de Mestre intitulada:

"Vila Dona Leonor - Osasco/SP: uma vila ferroviária industrial em meio aos novos processos urbanos na metrópole"

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Gloria da Anunciação Alves	Presidente	FFLCH - USP	Não Votante
Jaime Tadeu Oliva	Titular	IEB - USP	Aprovado
Francisco Capuano Scarlato	Titular	FFLCH - USP	Aprovado
Gilsélia Lemos Moreira	Titular	UESC - Externo	Aprovado

Resultado Final: Aprovado

Parecer da Comissão Julgadora *

Destaca-se a relevância do tema e a defesa do aluno às observações feitas pela banca. Apesar da complexidade do tema ele ousou no desenvolvimento da pesquisa.

Eu, Marcos Aurelio Nogueira Lourenço MA Lourenço, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as) examinadores. São Paulo, aos 29 dias do mês de setembro de 2017.

Jaime Tadeu Oliva
Jaime Tadeu Oliva

Francisco Capuano Scarlato
Francisco Capuano Scarlato

Gilsélia Lemos Moreira
Gilsélia Lemos Moreira

Gloria da Anunciação Alves
Gloria da Anunciação Alves
Presidente da Comissão Julgadora

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em 29/9/2017 e, portanto, o(a) aluno(a) faz jus ao título de Mestre em Ciências obtido no Programa Geografia (Geografia Humana) - Área de concentração: Geografia Humana.

Edelcio Gonçalves de Souza
Presidente da Comissão de Pós-Graduação
Prof. Dr. Edelcio Gonçalves de Souza
Presidente da CPG
FFLCH-USP

Aos que me fazem sonhar e continuar sonhando.

AGRADECIMENTOS

Agradeço todas as dificuldades que enfrentei; não fosse por elas, eu não teria saído do lugar. As facilidades nos impedem de caminhar. Mesmo as críticas nos auxiliam muito.
(Chico Xavier)

Ao chegar ao final desta etapa, estou muito contente por tudo que me foi concedido durante esse tempo. Por isso, sempre agradecerei a Deus.

Agradeço à minha família, meus pais Daniel Aparecido Cardeal da Costa e Maria José Cardeal de Araujo e minhas irmãs Raquel Araujo Cardeal da Costa e Luiza Araujo Cardeal da Costa, que com muito amor acompanharam passo a passo minha trajetória acadêmica, sempre presentes, esforçando-se para criar condições mais que perfeitas para eu desenvolver meus estudos.

Aos professores e alunos da Escola Estadual Professor Vicente Peixoto por serem pacientes e motivadores, me ajudando a conciliar a profissão de professor e pesquisador.

Aos amigos e amigas da Geografia que sempre me apoiaram e proporcionaram momentos de muitas felicidades, em especial os companheiros e companheiras do Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, Léia Chrif de Almeida, Cyro, Guilherme; Marcela Dametto, Kamilla Lima e Danilo Cardoso.

Aos meus professores e professoras da Geografia da Universidade de São Paulo por contribuir na minha formação, principalmente, a Glória da Anunciação Alves, que de maneira muito paciente e atenciosa orientou essa pesquisa com suas recomendações, críticas e observações, além de sempre dar a liberdade para eu desenvolver minhas intencionalidades, seja no campo acadêmico, seja no plano profissional.

Aos professores da defesa dessa dissertação de mestrado.

Aos funcionários e funcionárias que fazem do Departamento de Geografia um lugar tão querido de frequentar, entre eles o Jakson, do LABUR (Laboratório de Geografia Urbana); a Aninha, do Laboplan (de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental); a Waldirene, do LEMADI (Laboratório de Ensino e Material Didático); o Rogério, do LCB (Laboratório de Climatologia e Biogeografia); a Marilina “Abençoada”, da copa; o seu Francisco, técnico do setor de audiovisual; o Orlando, a Luciana, o Marlon, o Tião, da secretaria de graduação; a Cida e a Jurema da secretaria da pós graduação.

Geografia da USP, meus agradecimentos por permitir o desenvolvimento da pesquisa e da minha formação enquanto pesquisador!

Por fim, agradeço a todos os que vivenciam a Vila Dona Leonor em Osasco (área de estudo dessa pesquisa), moradores e antigos moradores e que contribuíram sobremaneira para a realização desse trabalho: Inajara Martinho Prado, Amanda, Lenice Gavião e Família Messia. Sem as suas colaborações, informações, entrevistas não seria possível essa dissertação.

RESUMO

CARDEAL DA COSTA, Leonardo Araujo. **Vila Dona Leonor – Osasco/SP: uma vila ferroviária industrial em meio aos novos processos urbanos na metrópole.** 2017. 138 f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Esta dissertação analisa a Vila Dona Mendes Leonor de Barros, uma vila ferroviária em Osasco, próxima à estação de trem Osasco, localizada em uma área onde há a presença da Operação Urbana Consorciada (OUC) Tietê II que possui entre seus objetivos modificar o uso da Vila, que desde 1954, quando foi fundada, é residencial. A OUC Tietê II, na lei, visa transformar a Vila Dona Leonor em um complexo cultural; todavia na prática do processo a Vila tende a desaparecer, ter suas casas demolidas para a construção de um viaduto. Desse modo, busca-se compreender a lógica da OUC e a maneira como seus planejadores pensam esse espaço e se, possível, confrontar tal representação a partir da perspectiva dos antigos e atuais moradores que vivem na Vila Dona Leonor. Isso permite analisar as condições impostas pela empresa com decorrer do tempo, que afetam diretamente o morar e o viver dos ferroviários. Nesta perspectiva, a pesquisa almeja compreender o processo de produção do espaço em Osasco que determinou sua industrialização e sua urbanização, tendo como foco a Vila Leonor. Além de, a partir de entrevistas com antigos moradores da Vila Dona Leonor, compreender como era o cotidiano da vila e as opressões que ali ocorriam, revelando, o que Henri Lefebvre denominou de maneira geral, uma sociedade terrorista.

Palavras-chave: Geografia Urbana. Habitação. Vila Ferroviária Dona Leonor de Barros. Produção do Espaço. Sociedade Terrorista.

ABSTRACT

CARDEAL DA COSTA, Leonardo Araujo. **Vila Dona Leonor - Osasco / SP: a railway village amid the new urban processes in the metropolis**. 2017. 138. Master's Dissertation - Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

This dissertation analyzes the Vila Dona Mendes Leonor de Barros Village, a railway village in Osasco, near the Osasco train station that is located in an area where there is the presence of the Consortium Urban Operation (OUC) Tietê II that has among its objectives to modify the use Of Vila, which since 1954, when it was founded, is residential. OUC Tietê II, in the law, aims to transform Vila Dona Leonor into a cultural complex; However in the practice of the process the village tends to disappear, have their houses demolished for the construction of a viaduct. In this way, it is sought to understand the logic of the OUC and the way its planners think this space and if possible, to confront such representation from the perspective of the old and current residents living in the Dona Leonor Village. This allows analyzing the conditions imposed by the company over time, which directly affect the living and living of the railroad. In this perspective, the research aims to understand the process of production of space in Osasco that determined its industrialization and its urbanization, focusing on Vila Leonor. In addition, from interviews with former residents of Vila Dona Leonor, build a rescue of urban memory, perhaps the only record still possible that one day there was a village railway. In addition, from interviews with former residents of Vila Dona Leonor, understand how was the daily life of the village and the oppressions that occurred there, revealing, what Henri Lefebvre termed in general, a terrorist society.

Keywords: Urban Geography. Housing. Vila Ferroviária Dona Leonor de Barros. Production of Space. Terrorist Society.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

.....	13
-------	----

INTRODUÇÃO

.....	17
-------	----

CAPÍTULO 1

OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA TIETÊ II: NOVO MOMENTO DA REPRODUÇÃO DO ESPAÇO – É POSSÍVEL A VILA LEONOR?

.....	37
-------	----

1.1.Compreendendo uma operação urbana consorciada Tietê II.....	47
---	----

1.2. O Mercado Imobiliário – um meio de sustentação do capitalismo (do expansionismo a reestruturação urbana).....	56
--	----

1.3. Por que a Vila Leonor não é possível mais (no contexto atual)?.....	66
--	----

1.4. Transformação capitalista: passagem do regime de acumulação fordista para o regime de acumulação flexível e a urbanização crítica.....	72
---	----

CAPÍTULO 2

OSASCO – DE UM SUBÚRBIO INDUSTRIAL A UMA CENTRALIDADE NA METRÓPOLE.....

79

2.1. Osasco – Início.....	86
---------------------------	----

2.2. Osasco Contemporânea – Reestruturação Urbana.....	91
--	----

2.3. O Residual – A Vila Ferroviária Dona Leonor.....	97
---	----

CAPÍTULO 3

VILA DONA LEONOR – TERRORISMO DA MEMÓRIA.....

107

CONSIDERAÇÕES FINAIS

.....	123
-------	-----

REFERÊNCIAS

.....	135
-------	-----

LISTA DE COMPILAÇÃO DE FOTOS

Compilação de Fotos 01: Vila Dona Leonor.....	30
Compilação de fotos 02: Carteiras do funcionário da FEPASA e das pessoas da família (esposa e filha).....	33
Compilação de Fotos 03: Dona Leonor Mendes de Barros e seu marido, o governador Adhemar Pereira de Barros.....	98
Compilação de Fotos 04: Parte Norte da Vila Dona Leonor.....	104
Compilação de Fotos 05: Parte Oeste da Vila Dona Leonor.....	105

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Projeto arquitetônico do futuro Paço Municipal de Osasco.....	38
Figura 02: Delimitação da área de intervenção da OUC Tietê II.....	50

LISTA DE FOTOS

Foto 01: Fachada de uma das casas da Vila Leonor em 2016	18
Foto 02: Vista de fundo das casas da Vila Leonor.....	19
Foto 03: VII Encontro dos Antigos Moradores da Vila Dona Leonor no dia 20 de dezembro de 2015 em um restaurante de Osasco.....	33
Foto 04: Prédio da Hervy.....	37
Foto 05: Demolição do prédio da Hervy.....	38
Foto 06 Senhor Inajara Martinho Prado (67 anos) em sua residência na Vila dos Remédios São Paulo.....	110
Foto 07: Senhora Lenice Gavião.....	110
Foto 08: Senhor Derci Messias, e sua esposa e filha.....	111

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: A área onde ocorre a OUC Tietê II.....	20
Imagem 02: Vista aérea da área que será construído o viaduto.....	31
Imagem 03: Vista aérea da Vila Dona Leonor.....	104
Imagem 04: Capa do Jornal do Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários.....	131

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Localização da OUC Tietê II.....	22
Mapa 02: Operações Urbanas Consorciadas em Osasco – SP.....	40
Mapa 03: Áreas de intervenção da OUC Tietê II.....	43
Mapa 04: Imóveis sujeitos à incidência do Direito de Preempção OUC Tietê II.....	55
Mapa 05: Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).....	79
Mapa 06: O distrito de São Paulo (sede municipal) e seus 40 subdistritos.....	80
Mapa 07: Mapa dos sítios de Osasco em 1900.....	88
Mapa 08: Algumas indústrias na área central de Osasco.....	90
Mapa 09: Habitações ao longo da Estrada de Ferro Sorocabana.....	101

LISTA DE TABELA

Tabela 01: Preços dos Aluguéis em Osasco. Janeiro de 2016.....	29
--	----

PREFÁCIO

Uma vez eu li o seguinte texto de Clarice Lispector (1984):

Não entendo. Isso é tão vasto que ultrapassa qualquer entender. Entender é sempre limitado. Mas não entender pode não ter fronteiras. Sinto que sou muito mais completa quando não entendo. Não entender, do modo como falo, é um dom. Não entender, mas não como um simples de espírito. O bom é ser inteligente e não entender. É uma benção estranha, como ter loucura sem ser doida. É um desinteresse manso, é uma doçura de burrice. Só que de vez em quando vem a inquietação: quero entender um pouco. Não demais: mas pelo menos entender que não entendo.

Escrever uma dissertação de mestrado no atual contexto em que estamos vivendo em todos os pontos de vista e de análise a partir de uma reflexão crítica da nossa sociedade trás uma grande inquietação que acaba se revelando como um incômodo que nos faz mover a fim de compreender pelo menos um pouquinho de tudo que vem ocorrendo nos últimos três anos, principalmente no que se refere à esfera política brasileira e o rebatimento que isso provoca na esfera social e no cotidiano.

O que foi mais marcante em uma pesquisa que apresenta como problemática elementar a habitação de trabalhadores ferroviários, o direito à habitação popular e como ele está relacionado com outros direitos fundamentais, como o direito ao trabalho e direito à cidade. A cada momento do desenvolvimento do texto surgia à impressão de como a vida está sofrendo um processo de perda, perda de direitos, de precarização. Um terrorismo que é imposto, no próprio cotidiano e no qual se aprofunda cada vez mais, a partir das reformas do governo atual (algumas consolidadas, outras prestes a se consolidar).

Durante os três anos desse trabalho houve mudanças no cenário político. Um empobrecimento do debate político, do debate científico, de debate de todas as coisas. Polarizações. O início e o fim teve como pauta um assunto que já vinha de antes e que vai perdurar do depois: uma hipócrita questão moral e ética sobre corrupção. E isso adentrou no cotidiano. De forma violenta, empobrecida e injusta, seletiva, imposta por agentes hegemônicos da sociedade capitalista. Houve certa medida de níveis e escalas de corrupção desde o Presidente da República até o aluno de sexto ano do ensino básico de uma escola pública. Há vários discursos, todos apontando a culpa: ou no outro ou em si.

O que mais se ouve: Corrupção, Coxinhas e Mortadelas, Lula, Triplex, Sérgio Moro, Lava Jato, Japonês da Federal, Petrobrás, Nestor Cerveró, Delação Premiada, Odebrecht, Propina, Dilma Rousseff, Pateleta, Pato Amarelo, Eduardo Cunha, Renan Calheiros,

Pedaladas Fiscais, Impeachment, Golpe, Michel Temer, Aécio Neves, Crise Econômica, Desemprego, JBS, Joesley, Rodrigo Maia, Gilmar Mendes, STF, STE, PT, PMDB, PSDB, Jair Bolsonaro, MBL, PEC da Terceirização, Corte dos Gastos, Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência, Individualismo, Eficiência, Professor, Estudante, Reforma do Ensino Médio, Escola Sem Partido, USP, Mestrado, Pesquisa, Prazos, Vila Ferroviária, Trabalhadores, Vida Cotidiana, Concursos Públicos, Cotas, Lei, Medo, Culpa, Liberdade, Apropriação, Trapaça, (In)Justiça, (In)tolerância, pós-verdade, direitos, ordem moral, burocracia, conhecimento, recuperação (?), exploração, fim (?), fuga, terrorismo, pensar, escrever!

Vive-se um processo de burocratização do cotidiano. Por exemplo, ser professor e ser estudante, para além de estudar e “professorar”, cada vez mais é preciso burocratizar, atender demandas e requisitos no trabalho, impossibilitando ou diminuindo o que é essencial. Por isso, no ato de ser professor, ministrar uma aula ou no ato de ser estudante, escrever uma dissertação deve-se ser cuidadoso para não se transformar em um burocrata. Sobre isso Lefebvre aponta:

[...] a burocracia amarra o ‘indivíduo’ entregando-o à mais completa exploração e ainda por cima o obriga a fazer uma parte cada vez maior do seu trabalho: preencher impressos, responder a circulares. A burocracia burocratiza as pessoas muito mais do que administra. Ela tende a integrá-los tornando-os burocratas (e, por conseguinte, fazendo deles seus delegados na gestão burocrática da vida cotidiana). Ela racionaliza à sua maneira as ‘vidas privadas’; a consciência burocrática se identifica com a consciência social como a razão burocrática se identifica com a razão pura, e o saber burocrático com o conhecimento e, por conseguinte, a persuasão se identifica com a opressão (LEFEBVRE, 1991, p. 170).

A pesquisa possibilitou encaixar um pouco aquela “mais que se ouve” de parágrafos atrás. Em dois sentidos: 1) No sentido da ação de escrever a pesquisa e as opressões impostas pelo sistema universitário (JANUS, CAPES, a qualificação, as disciplinas etc.); o lado que o pesquisador sente na pele a burocracia exercida sobre ele, sobre seu cotidiano (no entanto, foi possível aprender muito, houve muita apropriação – de conhecimento, de experiência); 2) No sentido da ação de pesquisar em si (ler, estudar conceitos, trabalho de campo, entrevistas) e buscar analisar uma questão, no caso a habitação na Vila Ferroviária Dona Leonor em Osasco e compreender quais as opressões são impostas no cotidiano de quem vive ou viveu na vila e quais apropriações os trabalhadores e as famílias realizaram no local. Em ambos os sentidos, na universidade e na Vila Leonor é possível identificar uma precarização do processo de pesquisar, de trabalhar e de viver e a perda de direitos, justificada pela modernização, pela eficiência.

A universidade, a pesquisa acadêmica apresenta dilemas entre quantidade e qualidade, uma busca pela produtividade cada vez maior e em menor tempo. São raras atualmente, programas de pós-graduação que possuam prazos de três anos para a realização de uma dissertação de mestrado. A tendência, e muitos cursos já aplicam essa determinação, é estabelecer um prazo de dois anos. O Programa de Pós-graduação em Geografia Humana resiste. Mas essa diminuição provoca consequências. O tempo de produzir conhecimento e reflexão é cada vez mais limitado, cada vez mais pautado para atender os requisitos cobrados pela CAPES. O processo, a construção dessa pesquisa foi o mais distante possível da burocracia universitária, não que seja bom ou ruim. Houve uma qualificação, a orientação e uma atividade muito importante, um grupo de estudos em que foi possível debater e refletir sobre a pesquisa e a sociedade em geral. E isso deve ser valorizado como é uma publicação, uma apresentação de trabalho. É interessante haver participação em eventos, apresentação de trabalhos e publicações de artigo, desde que seja realizado para obtenção de conhecimento, de intercâmbio de experiências. Também, em determinado momento houve uma proposta de emenda constitucional votada no Congresso Nacional pela possibilidade de que os cursos de pós-graduação em universidades públicas sejam pagos e não mais gratuitos. Por muito pouco isso não foi para frente. A pós-graduação, infelizmente, é um espaço elitizado, um público muito específico a atinge e a consegue fazer (é preciso ensino superior, é preciso ter tempo, é preciso ter dinheiro, mesmo não tendo que pagar etc.), e há propostas para deixar esse espaço de construção de conhecimento mais restrito ainda. Os pós-graduandos tendem a se tornar burocratas? E o conhecimento um saber burocrático? Essas questões interferem no cotidiano do pesquisador. Há um perigo, e mesmo dentro de um curso historicamente crítico como o da Geografia Humana (FFLCH/USP) isso já está perceptível.

Por fim, na burocracia que tomou conta de tudo, o convencimento para as mudanças nas leis trabalhistas (a opressão fingida de persuasão), para a reforma da sociedade atendendo medidas neoliberais, que prejudicam o trabalhador, é feita pelo governo atual com o apoio da grande mídia ligada a interesses do governo, de uma forma que não permita a reflexão e o questionamento. Um terrorismo. De alguma maneira isso entra em contato no cotidiano. No cotidiano da Vila Leonor. A pesquisa busca expressar as opressões da sociedade terrorista instaurada no cotidiano da Vila Leonor, desde sua fundação e que permanecem hoje, de outras maneiras. A destacar o fato de que as transformações que estão ocorrendo e podem vir a ocorrer no local (até mesmo o desaparecimento da Vila Leonor) devido a uma operação urbana (e seus propósitos nítidos e ocultos) possui ligação com as novas relações

contemporâneas de trabalho, na precarização e perdas de direitos do trabalhador – uma linha direta com as medidas que estão sinalizadas no Brasil em seu presente e futuro.

Para o lado pessoal, acredito que é possível uma reviravolta, uma revolta, uma revolução, uma esperança. Portanto, antes de iniciar (já convidando a relê-la no final da leitura da dissertação), fico e gostaria que ficassem com essa mensagem sobre a utopia:

Com efeito. Não considero essa palavra uma injúria. De fato: visto que não ratifico as opressões, as normas, os regulamentos e regras, visto que enfatizo a apropriação, visto que não aceito a 'realidade', é que para mim o possível faz parte do real, então eu sou um amante da utopia. Não digo utopista, veja bem. Amante da utopia, partidário do possível (LEFEBVRE, 1991, p. 203).

INTRODUÇÃO

Compreender a reprodução do espaço na Metrópole é necessário abranger três dimensões: a econômica, a social e a política; todas relacionadas entre si. Esta dissertação analisa uma vila ferroviária no município de Osasco abordando questões econômicas como a industrialização e a desconcentração industrial, a urbanização e as transformações no regime de acumulação de capital; questões sociais tal qual o cotidiano; e as questões políticas que envolvem as ações do Estado e os projetos de reestruturação urbana. Essa três dimensões são importantes para o entendimento do papel hegemônico da metrópole na (re)produção do espaço.

Em Osasco localiza-se a Vila Ferroviária Dona Leonor Mendes de Barros¹ [FOTO 1 e FOTO 2], uma pequena vila (cerca de cinquenta casas) que surgiu como residência para os operários que labutavam na Estrada de Ferro Sorocabana² na metade do século XX (1954).

Esta vila perdura até hoje, ainda como lugar de moradia exclusivo aos funcionários da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), atual gestora de determinadas propriedades da antiga Sorocabana, como as residências da Vila Leonor. Em outras palavras, a propriedade da Vila é de uma empresa e não de moradores específicos que possuem o título e a posse do terreno (os moradores possuem o direito de morar, pois são funcionários da empresa, mas não são proprietários do solo urbano).

¹ Dona Vila Leonor Mendes de Barros é em homenagem a Senhora Leonor Mendes de Barros (21/07/1905 – 09/05/1992), esposa do governador de São Paulo à época da inauguração da vila, o Senhor Adhemar de Barros.

² A E. F. Sorocabana foi fundada em 1872. O primeiro trecho da linha foi aberto em 1875, até Sorocaba. A linha-tronco se expandiu até 1922, quando atingiu Presidente Epitácio, nas margens do rio Paraná. Antes, porém, a E.F.S. construiu vários ramais, e passou por trocas de donos e fusões: em 1892, foi fundida pelo Governo com a Ytuana, na época à beira da falência. Em 1903, o Governo Federal assumiu a ferrovia, vendida para o Governo paulista em 1905. Este a arrendou em 1907 para o grupo de Percival Farquhar, desaparecendo a Ytuana de vez, com suas linhas incorporadas pela EFS. Em 1919, o Governo paulista voltou a ser o dono, por causa da situação precária do grupo detentor. Assim foi até 1971, quando a EFS foi uma das ferrovias que formaram a estatal FEPASA – Ferrovia Paulista S.A. (Sitio Estações Ferroviárias do Brasil)

Foto 1: Fachada de uma das casas da Vila Leonor em 2016. Observar na parede a sigla EFS (Estrada de Ferro Sorocabana). Vista a de frente, a partir da Avenida das Nações Unidas. Foto de Leonardo Araujo Cardeal da Costa: 15 de Janeiro de 2016.

Foto2: Vista de fundo das casas da Vila Leonor. Foto de Leonardo Araujo Cardeal da Costa: 15 de Janeiro de 2016.

A Vila Dona Leonor atualmente faz parte do Bonfim³, um bairro central e de importância histórica em Osasco, que está incidido sob a égide da Operação Urbana Tietê II [IMAGEM 01], um projeto de reestruturação urbana que envolve áreas próximas ao rio Tietê: ao sul, todo o Bonfim; e ao norte, a parte sul do Rochdale. Dentre as várias medidas propõe outra maneira de uso para a Vila Dona Leonor: transformar a moradia em complexo cultural. Pelo menos é o que está escrito na Lei da OUC Tietê II, pois nem mesmo a lei está garantindo o que de fato ocorrerá no local. Há uma grande possibilidade de uma boa parte das casas serem demolidas para a construção de um viaduto⁴ que passaria por cima do rio Tietê ligando a Zona Norte a Zona Sul de Osasco.

IMAGEM 01: A área onde ocorre a OUC Tietê II. Os limites da OUC são: ao norte, a rodovia Castelo Branco; a leste, o Complexo Metropolitano; ao sul, a linha férrea da CPTM; e a oeste, o Viaduto Tancredo Neves. O Bonfim localiza-se entre a linha férrea e o Rio Tietê e o sul do Rochdale entre o Rio Tietê e a Rodovia Castelo Branco. Em tracejado verde, está localizada a Vila Dona Leonor, a oeste. Fonte: VIGLIECCA&ASSOC (2013). Adaptado por Leonardo Araujo Cardeal da Costa.

Essa área que abrange a OUC Tietê II [MAPA 01] apresenta importância significativa para Osasco. Nesse local, em torno do Rio Tietê (um elemento central para compreender a produção do espaço osasquense), é que se iniciou a primeira fase de industrialização e

³ Nem sempre a Vila Dona Leonor está relacionada com o Bonfim, por muito tempo e ainda hoje, por muitos habitantes de Osasco, a vila é considerada pertencente ao Piratininga, bairro ao norte, do outro lado do rio Tietê.

⁴ Será construído um viaduto que dará acesso a Avenida Getúlio Vargas (Jardim Piratininga – Zona Norte) ligando a rua Marechal Rondon (Centro de Osasco). Essa obra não consta na Lei da OUC Tietê II e é um investimento proveniente do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal.

urbanização de Osasco no final do século XIX, quando ela ainda fazia parte do município de São Paulo. A partir das olarias, da estrada de ferro e da estação de trem, de indústrias, do comércio, da chegada de imigrantes e migrantes, Osasco foi se desenvolvendo.

Mapa 01: Localização da OUC Tietê II. A área da OUC Tietê II está espacialmente ao centro do território de Osasco. O rio Tietê, que perpassa Osasco de leste a oeste, pode ser considerado a baliza entre a Zona norte e a Zona Sul de Osasco. Elaborado por: Gustavo M. Thiesen.

Nos últimos cinquenta anos houve muitos acontecimentos em Osasco do ponto vista social, político e econômico que também afetaram a Vila Leonor de forma direta e indireta.

Osasco emancipou-se na década de 1960, período de apogeu da industrialização da cidade, com a chegada de inúmeras fábricas da indústria de bens pesados e, conseqüentemente, a vinda de muitos trabalhadores (muitos migrantes provenientes de Minas Gerais e do Nordeste), o que ocasionou uma expansão urbana. No final da década de 1970, há um processo de desconcentração industrial que se acentua nos anos 1980, já com uma crescente degradação das áreas centrais industriais, e diante de um completo não uso do rio Tietê por parte dos moradores, que passa a ser poluído e cercado por vias de automóveis. A década de 1990 é marcada pela chegada em larga escala do setor de serviços e comércio (a maior riqueza econômica atual do município), Osasco torna-se totalmente urbanizada. Os anos 2000 começam a ser propostos projetos de reestruturação de lugares centrais e industriais em Osasco que culminam com as operações urbanas consorciadas vigentes na segunda década deste atual século.

Nesse sentido, a dissertação analisa a partir da Vila Dona Leonor e suas transformações o processo de produção do espaço em Osasco, enfatizando dois períodos: o industrial com ápice nas décadas de 1950/1960, período em que a produção do espaço está sob a égide da industrialização e momento no qual é formada a vila; e o período atual, em que há uma reprodução do espaço a partir da urbanização, marcada pela industrialização e sua desconcentração, momento em que a vila será transformada ou mesmo extinta. A Vila Dona Leonor pode ser considerada um resíduo do período industrial em Osasco, que está sendo apagado paulatinamente pelo atual processo de reprodução do espaço que ocorre em Osasco, num processo de valorização-desvalorização-revalorização do espaço.

Para problematizar as transformações ocorridas na Vila Dona Leonor e em Osasco tem-se por base o conceito da *produção* e da *reprodução* (das relações sociais de produção) em Henri Lefebvre, pois tal conceito permite desenvolver uma série de questões para discutir as contradições existentes do modo de produção capitalista. Além do mais, nessa perspectiva lefebvriana, não é possível produzir relações sociais de produção sem produzir o espaço, ou seja, o espaço não é considerado neutro, a produção do espaço é a produção do espaço como mercadoria, pois estamos diante da lógica capitalista.

O capitalismo para permanecer como modo de produção na sociedade precisa reproduzir-se e uma maneira que ele encontrou para continuar sobrevivendo foi produzindo o espaço. Portanto, compreender como ocorre a (re) produção do espaço em Osasco é de

fundamental importância para o entendimento dos processos pelos quais passam a Vila Dona Leonor.

Segundo Lefebvre (1973, p. 20):

Metodologicamente houve um conflito que se arrastou demoradamente entre o *vivido sem conceito* e o *conceito sem vida*. O conceito da **reprodução** (das relações sociais de produção) resolve e supera essa contradição (grifo nosso).

Este trecho da obra *A re-produção das relações sociais de produção* revela a potencialidade que o conceito da reprodução possui no pensamento de Lefebvre para desvendar contradições, principalmente, a contradição entre teoria e prática e as contradições do espaço, principalmente envolvendo o concebido e o vivido.

Essa reprodução das relações sociais de produção implica em estratégias políticas, e em Osasco uma delas realiza-se por meio da OUC Tietê II no Bonfim, um local próximo ao centro de Osasco e que já criou e recria-se como uma centralidade. Por centralidade é possível defini-la, a partir da leitura lefebvriana, como uma forma da reunião do encontro, da simultaneidade de tudo que pode reunir-se, encontrar-se e acumular-se. No Bonfim, em cada momento de sua história, produziu-se uma centralidade. Até a década de 1950, uma centralidade comercial, entre 1950-1970 uma centralidade industrial e partir de 2010, com a introdução da OUC Tietê II, pretende-se criar uma centralidade política (um centro de decisão), por exemplo, com a vinda do Paço Municipal no terreno em que se situava a desativada fábrica da Indústria Hervy.

Ana Fani Alessandri Carlos (2011, p. 63) em *Condição Espacial* mostra a passagem de uma organização do espaço à produção do espaço, propondo que “na Geografia a noção de *espaço*, com muita dificuldade, supera sua condição de materialidade pura em direção à possibilidade de pensar o espaço como *produção social*”.

Posto isso, pode-se considerar que o espaço não é apenas o palco das relações sociais, mas que há uma produção do espaço. Carlos (Ibid. p. 68/69) afirma que:

É possível constatar que as relações sociais realizam-se como relações espaço-temporais e exigindo uma teoria da prática sócio-espacial enquanto desafio para desvendar a realidade em sua totalidade e as possibilidades que se desenham no horizonte para a vida humana. (...). Nesse sentido a reprodução continuada do espaço se realiza enquanto aspecto fundamental da reprodução ininterrupta da vida. (...) A reprodução do espaço recria, constantemente, as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital, do poder e da vida humana, sendo, portanto, produto histórico e ao mesmo tempo realidade presente e imediata.

Para a autora, o espaço, a luz da geografia, abrange em suas dimensões: 1) **Material** – a dimensão física, espaço-tempo da vida real como prática socioespacial, o espaço é localizado e entendido como suporte das relações sociais; 2) **Concreta** – objetividade, a sociedade produzindo-se e reproduzindo-se adquire consciência da sua própria produção; 3) **Abstrata** - plano conceitual, em quatro momentos de passagem: a) da produção à sua reprodução, b) das contradições no espaço às contradições do espaço; c) do consumo no espaço para o consumo do espaço e d) da prioridade da venda dos terrenos urbanos na cidade para a venda na cidade (CARLOS, 2011, p. 72/73).

Assim, esta pesquisa adentra ao nível do social por meio da compreensão das representações (interpretações) e relações sociais (práticas) que envolvem a Vila Dona Leonor entre as dinâmicas do concebido e do vivido (termos emergidos da linguagem, conflitivos e solidários, iguais em sua diferença) na qual ela se insere. Foram realizadas algumas entrevistas com antigos moradores da Vila, possibilitando apreender o cotidiano daquele momento, por meio dos relatos de memória dos entrevistados. Entretanto, a memória apreendida permite não somente uma análise do vivido, como também a compreensão das estratégias por parte da empresa ferroviária que concedia as habitações para seus funcionários e das relações de trabalho que se efetivou na época, que não necessariamente estão contidas nos discursos dos entrevistados, que em muitas ocasiões possuem um viés nostálgico.

Dentro deste quadro, a memória contida nos relatos não se apresenta como possibilidade de resistência ao processo de reestruturação urbana proposto pelo Estado e a iniciativa privada em Osasco, porém é reveladora, a partir de análise crítica, das opressões existentes na sociedade que conformam o cotidiano da classe trabalhadora, em específico, dos ferroviários e suas famílias na Vila Leonor.

A atual reprodução do espaço (a partir da urbanização) em Osasco é uma nova problemática para a compreensão da cidade no século XXI, diferente da época da industrialização osasquense no século anterior.

Desde sua fundação na década de 1950, a Vila Dona Leonor foi perdendo o seu sentido. Originalmente, a Vila foi construída para ser residência dos operários (e suas famílias) que trabalhavam na Estrada de Ferro Sorocabana; a partir da mudança da administração da ferrovia, primeiro da Sorocaba para a FEPASA e, principalmente, da FEPASA para CPTM⁵, houve alterações em relação à apropriação e uso da Vila, apesar da

⁵ A estrada de ferro ficou sob o domínio da Sorocabana 1875 até 1971, quando surgiu a FEPASA e a adquiriu. Em 1998, as linhas urbanas da Grande São Paulo passam a ser administradas pela CPTM. No mesmo ano o governo do estado de São Paulo (administração Mario Covas) transfere as demais linhas (principalmente, as do

sua forma e função permanecerem a mesma (moradia para funcionários da empresa de trem) e tais mudanças também se remetem as novas dinâmicas de reprodução do espaço em Osasco.

A Vila Dona Leonor nesse atual século apresenta outra realidade em relação ao século XX, um fator preponderante para isso é a maneira da reprodução do espaço em Osasco, sob forte influência do mercado imobiliário altamente em expansão e em valorização.

O terreno da Vila sempre pertenceu à empresa ferroviária (seja Sorocabana, seja FEPASA, seja CPTM) e os moradores só podem ser os funcionários da empresa. Acontece que as condições para obter acesso às moradias não foram iguais em todos os momentos, o que é determinante para a condição de vida dos residentes.

No início, os funcionários não possuíam despesas para morar na Vila Leonor. Na passagem da FEPASA para CPTM a lógica alterou-se. Quando a CPTM adquiriu a propriedade da Vila Leonor na década de 1990, o contrato estabelecido para se residir determinou que o morador deveria pagar uma taxa de 200 reais para morar nas casas. Já para os contratos mais recentes, dos últimos três anos (já no contexto da OUC Tietê II), a taxa dobrou (400 reais) para os moradores que necessitavam fazer novos contratos. Apesar do aumento da taxa, não houve nenhum retorno ou investimento na Vila que justificasse a elevação da taxa.

Os moradores continuam reclamando das dificuldades enfrentadas no local. Muita gente está deixando de morar na Vila, talvez, isso seja uma estratégia pensada do Estado e da iniciativa privada. Se esta lógica continuar com o aumento das taxas para habitar/viver a tendência é o afastamento cada vez maior das pessoas que ficariam impedidas pelos novos custos de morar na Vila.

Atualmente muitas residências estão sem moradores, algumas estão concretadas para evitar invasões⁶. Não deveriam ocorrer demolições, pois a Vila Leonor faz parte do projeto da OUC Tietê II cuja intenção é transformar a área em um museu. Não é o que acontece, pois moradores já receberam notícias que deverão deixar suas residências. De qualquer maneira, tanto a CPTM como a Prefeitura, buscam desapropriar os moradores em algum momento no futuro, para demolir parte das casas e assim construir um viaduto. Quem sabe, a lógica de aumentar a taxa de moradia seja uma estratégia sutil de diminuir cada vez mais os moradores, evitando os possíveis desconfortos com a desapropriação da área. E as pessoas que

interior) para responsabilidade da União, mais especificamente para a RFFSA (Rede Ferroviária Federal), que concedeu a administração para a FERROBAN (Ferrovia Bandeirantes). Em 2006, a empresa ALL (América Latina Logística) compra o grupo Brasil Ferrovias que cuidava da FERROBAN e, a partir de então, passa a operar a antiga malha paulista, entre elas, a Sorocabana.

⁶ Esse termo invasão é empregado pela lógica da propriedade privada.

permanecem morando na Vila talvez seja parte de uma estratégia para justificar que a área possui um uso enquanto o projeto de fato não se realiza, buscando evitar ocupações por pessoas não interessantes aos propósitos da empresa (tais como movimentos sociais, moradores sem teto).

Nesse sentido é importante ressaltar que não existe uma lei ou decreto que determine a Vila Dona Leonor como um patrimônio a ser preservado ou mesmo para qualquer outro uso. A única proposta para a Vila, no planejamento urbano de Osasco, é a que se encontra Lei da Operação Urbana Tietê II, ou seja, a criação de um complexo cultural.

Em geral, os funcionários residentes atualmente na Vila possuem em média de trinta anos e não tem a perspectiva de ficar lá por muito tempo, segundo seus próprios depoimentos. Há também moradores mais antigos, porém não possuem a perspectiva de ficar no local por mais tanto tempo.

Devido ao aumento dos preços dos imóveis e dos aluguéis em Osasco, muitos funcionários buscam residir na Vila Leonor, pois, mesmo pagando uma taxa de 400 reais, ainda é mais barato do que qualquer imóvel no entorno. Ou seja, a Vila Dona Leonor está fora do padrão dos parâmetros de preços de aluguéis dos imóveis [TABELA 1]. A Vila Leonor, como todo Bonfim (que teve seu apogeu de investimentos no período da industrialização de Osasco nas décadas de 1950/60/70), é uma área em que o processo de valorização do espaço por meio do Estado e/ou da iniciativa privada havia reservado como um local de pouco investimentos por um determinado momento (o da desconcentração industrial nas décadas de 1980/1990), para uma ação valorativa em um momento futuro que possibilitasse o capital atuar para poder se realizar. O momento futuro é o presente (década 2010), o da vigente Operação Urbana Consorciada Tietê II.

A Vila Dona Leonor está localizada numa área que apresenta muitas positivities, a partir do ponto de vista do mercado imobiliário. Uma das principais justificativas para qualquer empreendimento imobiliário que possibilite a valorização do imóvel em Osasco e, principalmente na área da OUC Tietê II, é a localização “privilegiada” repleta de oferta de serviços, comércio e transportes (rodoviária, terminal de ônibus, estação de trem, Rodoanel, marginais e rodovias como a Castelo Branco), como a proximidade dos shoppings (Plaza Osasco, SuperShopping Osasco, União Osasco e Continental), das universidades (UNIFESP, USP, UNIFIEO, Anhanguera), de parques (Vila Lobos e Cândido Portinari).

Esses fatores potencializam, para o mercado imobiliário, a valorização da área e, por conseguinte, a elevação dos preços dos imóveis tanto para compra como para locação. O

preço é uma maneira de seleção dos habitantes de um local. Pessoas que não possuem condição financeira favorável não conseguem ir morar ou mesmo permanecer nesse local. É o que ocorre em Osasco, muitos trabalhadores não residem no centro ou em áreas próximas como o Bonfim devido ao elevado preço dos imóveis, tendo que habitar áreas mais distantes. Isso gera um problema de locomoção do local de moradia para o local de trabalho, a distância torna-se maior, eleva-se o tempo e os custos gastos com transportes.

Diante desta realidade, a Vila Dona Leonor, apesar da falta de infraestrutura, é um local que apresenta uma maior comodidade e vantagem para os funcionários da CPTM, que não terão que pagar preços altos para morar próximo de seu trabalho e também não precisarão morar em lugares mais distantes (tendo gastos com transportes e um maior tempo de deslocamento casa-serviço), pois a taxa de residência estabelecida pela empresa de trem está no valor de R\$ 400,00, ou seja, bem abaixo dos valores encontrado de aluguel em Osasco conforme pode ser verificado na **Tabela 1**.

Para o mercado imobiliário, a presença da Vila Dona Leonor pode ser interpretada como um fator limitante para uma possível maior valorização do Bonfim, visto que esse conjunto residencial apresenta preços menores em relação aos terrenos no entorno? Será esse um dos motivos para transformar a Vila Leonor, num local de moradia em um complexo cultural ou a demolindo para a construção de um viaduto, desapropriando quem por ventura esteja morando lá? A Operação Urbana Tietê II tem entre seus objetivos requalificar a Vila Dona Leonor, transformá-la em museu, não permitindo mais o uso do local como moradia, isto é, a OUC está presente para promover ainda mais a valorização do espaço em Osasco?

Preços dos Aluguéis em Osasco (casas entre 80 e 100 m²)	
Localidade	Preço (R\$)
Vila Dona Leonor*	400
Bonfim**	1200
Veloso	1350
Umuarama	2000
Jardim Oriental	1200
Santo Antonio	1100
Jardim de Abril	1150
Baronesa	1800
Km 18	2000
Jaguaribe	1600
Jardim Roberto	1300
Vila Menck	900
Vila Yolanda	850
Jardim das Flores	1300
Novo Osasco	1400
Vila Yara	1400
Quitauna	1300
Cipava	2000
Pestana	1200
Bela Vista	1300
Campesina	4300
Rochdale***	2000
Vila Osasco***	3200
Piratiniga***	1825

Tabela 01: Preços dos Aluguéis em Osasco. Janeiro de 2016. Fonte: Sítio VivaReal. Tabela elaborada por Leonardo Araujo Cardeal da Costa. (*) A Vila Leonor pertence a CPTM; (**) Bonfim, onde está localizada a Vila Leonor; (***) Localidades próximas a Vila Leonor.

Nesse sentido, há o embate entre as forças homogeneizadoras (a partir da instituição da lógica de mercado) e forças diferenciadoras (por meio da prática social), que possibilita refletir sobre o que é possível e o não para o futuro da sociedade urbana. Seria a Vila Dona Leonor [COMPILAÇÃO DE FOTOS 01] um resíduo da industrialização osasquense que permanece diante das novas estratégias de reprodução espacial que ocorre nesse século XXI a partir da urbanização já consolidada?

Partindo do pressuposto que a Vila Dona Leonor seja um resíduo⁷, é preciso pensar uma possível alternativa dos moradores para permanecer no local. Uma estratégia difícil, pois eles não são proprietários do terreno e sim a CPTM. Para tanto, é preciso compreender a relação que a CPTM estabelece com a Vila Dona Leonor atualmente e o que ela pretende fazer com as casas.

Compilação de Fotos 01: Vila Dona Leonor. As ruas não são asfaltadas e há muito mato em volta das casas. Foto de: Leonardo Araujo Cardeal da Costa. 15 de janeiro de 2016.

Desse modo, primeiramente é preciso problematizar a reprodução do espaço no atual processo de urbanização por qual passa Osasco e a Metrópole por meio, principalmente, dos projetos de operação urbana e, conseqüentemente, os efeitos ocasionados na Vila Dona Leonor. A dissertação analisa como a reprodução do espaço atual (urbano) vai redefinindo a urbanização já existente na cidade e como esse processo pode ser compreendido a partir da Vila Ferroviária Dona Leonor, abarcando tanto as transformações ocorridas no espaço, como as modificações que afetam a vida e o cotidiano do local, como mesmo a própria demolição de algumas casas [IMAGEM 02].

⁷ O conceito de resíduo é importante para o desenvolvimento da pesquisa e será desenvolvido posteriormente.

Proposta de construção de ponte no Bonfim.

Imagem 02: Vista aérea da área que será construído o viaduto. O Viaduto (em amarelo) ligará a Rua Marechal Rondon - Centro (ao sul do rio Tietê) com a Avenida Getúlio Vargas – Jardim Piratininga (ao norte do rio). As residências da parte oeste da vila Leonor deverão ser demolidas para a realização da obra. Fonte: Google Earth. Elaborado por Leonardo Araujo Cardeal da Costa.

Problematizar inicialmente a reprodução do espaço atual a partir da urbanização é essencial para a compreensão dos processos de desenvolvimento da sociedade, que hoje é urbana. Isabel Aparecida Pinto Alvarez (2013, p. 63) pontua que:

[...] a urbanização coloca-se como a realidade prática e a problemática central a ser analisada para o entendimento do mundo contemporâneo, porque abarca e supera o processo de industrialização, realizando-se a partir da articulação entre o econômico, o político e o social, num processo de reprodução crítica do capital e da sociedade e, portanto, do espaço. O desenvolvimento do capitalismo transformou as cidades em grandes centros de acumulação e circulação de capital, de concentração de pessoas, infraestrutura e edificações: centros da reprodução das relações sociais de produção e produção da riqueza, do poder político e da política como representação, da abundância e da escassez, das possibilidades do encontro, das diferenças e das impossibilidades de sua realização.

Em um segundo momento, para compreender como é produzido o espaço em Osasco e, em específico, a Vila Dona Leonor é necessário retornar a História para buscar não a gênese do processo urbano osasquense, mas os fundamentos que proporcionaram tal urbanização. Em que condições Osasco insere-se como subúrbio industrial de São Paulo, torna-se centralidade e faz parte do processo de reprodução do espaço da metrópole como um todo?

Nesta linha, a estrada de ferro que perpassa Osasco apresenta um papel essencial para a (re)produção do espaço, seja no século XX pensando a produção do espaço a partir da industrialização que, posteriormente, possibilitou a urbanização; seja no século XXI, com a urbanização já consolidada em Osasco. Obviamente, a presença da linha férrea foi o principal fator para a criação da vila ferroviária. Infelizmente, muitos documentos da Sorocabana e da Vila Leonor se perderam ao longo do tempo, principalmente na passagem da empresa para a FEPASA, o que impossibilita o achado de informações para esta pesquisa.

O método da transdução, visto em Lefebvre, poderá ajudar nesse movimento de compreensão sobre a produção do espaço, pois esse método aborda a questão da virtualidade, uma análise da totalidade em movimento (aberta). Trabalhar a luz de Lefebvre permite refletir sobre uma realidade e uma totalidade aberta, não acabada. Além da transdução, o método regressivo e progressivo se faz necessário, pois analisar a realidade atual recorrendo-se a história é essencial, ou seja, defrontar-se com o presente, voltar ao passado (a história) para descobrir o sentido do espaço.

Por fim, a partir de relatos e entrevistas de antigos moradores [FOTO 03] da Vila Dona Leonor cujos pais foram funcionários da Sorocabana, pretende-se alcançar uma pequena história não oficial em Osasco, vivida pelos ferroviários e suas famílias [COMPILAÇÃO DE

FOTOS 2], alcançando como o espaço era apropriado pelos moradores, e como se estabelecia o cotidiano da vila a partir das relações de trabalho e do fato da possibilidade de morar ali estar ligado com o fato de ser funcionário da empresa de transporte ferroviário. Isso abre um caminho de análise para captar as opressões e o controle (por parte da empresa) que havia na cotidianidade dos moradores, em muitas situações sem ser perceptível.

Perante isso, nota-se o quanto os ferroviários tiveram seus direitos e benefícios subsumidos nas últimas décadas, um reflexo da prática capitalista (industrial e financeira) e da prática do Estado, aspectos importantes do modo de produção capitalista.

Foto 03: VII Encontro dos Antigos Moradores da Vila Dona Leonor no dia 20 de dezembro de 2015 em um restaurante de Osasco. Foto de Leonardo Araujo Cardeal da Costa

Compilação de fotos 02: Carteiras do funcionário da FEPASA e das pessoas da família (esposa e filha). Acervo pessoal de Leni Tiago Gavião. Leni foi a primeira criança nascida na Vila Leonor.

Ressalta-se que a pesquisa é realizada em diferentes planos, apesar do processo atual de reprodução do espaço capitalista (como instrumento a OUC Tietê II) ser um único processo, há variadas formas de análise que envolvem desde o plano do global até o plano do

lugar. Osasco não pode ser compreendida fora do eixo de produção que envolve toda a metrópole, porém seu processo de reprodução contém especificidades, contendo interesses gerais e interesses locais.

Trabalhar com Osasco em diferentes momentos, exige muitas ponderações e cuidados, pois ela faz parte de uma metrópole, possui relação intrínseca com os municípios da Grande São Paulo. Além disso, Osasco, quando surge o primeiro núcleo urbano no fim do século XIX até o início da década de 1960, fazia parte de São Paulo, um bairro afastado com atividades econômicas incipientes e, posteriormente, um subúrbio industrial.

Destaca-se aqui o plano do lugar como uma superação para o entendimento da produção do espaço via somente plano econômico e político, pois o plano do lugar:

[...] expõe a realização da vida humana nos atos da vida cotidiana, enquanto modo de uso. [...] A análise do lugar, que envolve também a análise da vida cotidiana, pressupõe a superação do entendimento da produção do espaço restrita ao plano econômico, abrindo-se para o entendimento da sociedade em seu movimento mais amplo, como espaço constitutivo da realização da vida humana no seio da produção do espaço em sua dimensão abstrata da mercadoria (CARLOS, 2011, p. 71).

Para complexificar, Osasco, apesar de subúrbio, tornou-se uma centralidade em São Paulo, tanto que se emancipou na década de 1960. O Bonfim - e a Vila Leonor - até uma determinada época (início e apogeu da industrialização e urbanização em Osasco) era uma área dinâmica e central para o desenvolvimento econômico da cidade, o que não ocorreria mais depois da década 1980 aos dias atuais, a não ser pela existência do projeto da OUC Tietê II e os processos capitalistas de produção do espaço que são inerentes a esse movimento de reestruturação urbana.

Como maneira de enfrentar essas questões de variados planos que se interpõe no tempo e no espaço, a problematização de “níveis e escalas da produção do espaço” proposta por Ana Fani Carlos (Ibid, p. 74) ajuda sobremaneira na análise:

O espaço compreendido como movimento e processo que se realiza como condição, meio e produto da reprodução da sociedade permite desvendar também os níveis da realidade e as escalas imbricadas, capazes de fornecer uma compreensão das tensões que explodem em conflitos no plano da vida cotidiana. Como exemplos de níveis há o econômico, o político e o social, e como os de escala há o espaço mundial, o lugar e no plano intermediário, a metrópole.

Os três níveis possuem condição, meio e produto para a realização da sociedade. Para Carlos (2011), O *nível econômico* compreende-se pelas necessidades de reprodução do capital. Como *condição*, o espaço é infraestrutura; como *meio* o espaço é circulação,

promovendo a produção-distribuição-circulação-troca-consumo; como *produto*, o espaço é visto como capital fixo e como necessário para a realização do lucro.

Segundo Carlos (2011), o nível político traz como *condição* a existência do território definido como ação do Estado por meio da mediação do poder local que o organiza e manipula; assim, o espaço torna-se *meio* e um poder nas mãos de uma classe dominante, o que faz do espaço ser cada vez mais homogêneo e hierarquizado; como *produto*, o espaço apresenta a perspectiva da norma e da vigilância para formar um espaço estratégico.

Para o nível social, que Carlos (2011) considera o mais relevante, centra-se sobre as relações sociais que se manifestam em um lugar específico, em um tempo determinado, revelando o modo de apropriação do espaço para a reprodução da vida (é o plano da vida cotidiana). Como *condição*, este é o espaço da materialização das relações sociais; como *meio*, o espaço permite a mobilidade, a fluidez entre o público e o privado e a constituição de uma história individual entrelaçada numa história que é coletiva; por fim, enquanto *produto* o espaço encontra-se na qualidade de valor de uso.

Em resumo, Carlos comenta (2011, p. 79):

Assim, se a reprodução do espaço, do ponto de vista econômico, ocorre sob a racionalidade da busca do lucro e do crescimento, no plano do político, sob a lógica do planejamento, o espaço se normatiza e se instrumentaliza. Já no plano social, o espaço denuncia a vida, e, desse modo, a sociedade em seus conflitos, pois o econômico e o político se confrontam com as necessidades da realização da vida humana, que se concretizam e se expressam na e através da vida cotidiana, isto é, o lugar.

Enquanto as escalas, elas superpõe os níveis. A escala do *espaço mundial* vislumbra a virtualidade do processo incessante de reprodução, envolvendo uma rede de fluxos. Ana Fani Carlos (2011, 81) desenvolve que “a reflexão sobre a mundialidade aponta para a espacialidade, momento da história que o espaço prevalece sobre o tempo”, ou seja, “o espaço inteiro se torna o lugar da reprodução da vida material e humana”. A escala do *lugar* é um ponto de partida para a sociedade em que “a produção do espaço demonstra a homogeneidade dada pela condição de intercambialidade que os fragmentos assumem, por meio da existência da propriedade privada do solo” (CARLOS, Ibid., p. 82). Já o *plano intermediário* é a mediação entre o local e o mundo, a *metrópole*, concentrando “capital e poder, e, portanto as decisões que permitem orientar a reprodução, sintetizando o processo de acumulação sob novas estratégias” (CARLOS, Ibid., p. 85).

No mais, realizar essa pesquisa envolve uma problemática: conservar a força do conhecimento crítico com o ardor da vivência. Com as discussões ao longo desse percurso, entre leituras, aulas, reflexões e debates a partir da obra lefebvriana, é possível concluir que o conhecimento propõe um caminho, porém o modo de realizar o caminho não é pelo pensamento, e sim pela prática. Cabe ao conhecimento crítico (a esta pesquisa, talvez) descobrir o movimento, apontar a via, iluminar as contradições, desvendar as ideologias.

1. OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA TIETÊ II: NOVO MOMENTO DA REPRODUÇÃO DO ESPAÇO – É POSSÍVEL A VILA LEONOR COMO USO RESIDENCIAL?

A manchete do jornal *Visão Oeste* de 20 de fevereiro de 2014 anuncia: “Osasco comemora aniversário com início de obras do novo Paço e Câmara”. A reportagem relata que:

A administração Municipal e a nova Casa de Lei ficarão no terreno da antiga fábrica da Hervy, no Jardim Bonfim. Com os dois poderes em um mesmo edifício deve ser facilitado o acesso da população aos serviços públicos e o acompanhamento dos trabalhos legislativos, de acordo com a Prefeitura. A obra, já em fase inicial, próxima à rodoviária, na Zona Norte, passa pela demolição dos antigos galpões da Hervy. O empreendimento será construído por meio da parceria com a iniciativa privada.

As fotos 04 e 05 e a figura 01 ilustram as transformações em andamento e futuras nessa área do Bonfim em Osasco, com a demolição da indústria Hervy (antiga Cerâmica de Osasco) de produtos sanitários, a primeira de Osasco, e o futuro prédio do Paço Municipal.

Foto 04: Prédio da Hervy. Foto de: Leonardo Araujo Cardeal da Costa. 20 de Janeiro de 2014

Foto 05: Demolição do prédio da Hervy. Foto de: Leonardo Araujo Cardeal da Costa. 20 de Janeiro de 2014.

Figura 01: Projeto arquitetônico do futuro Paço Municipal de Osasco. Fonte: UNIARQ.

Essa obra de construção do novo Paço Municipal no terreno da Hervy faz parte da Operação Urbana Consorciada Tietê II (Lei Complementar nº 203, de 22 de dezembro de 2010). Para seus idealizadores, a OUC Tietê II apresenta um grande potencial para transformar a cidade⁸. Em um relato durante o evento de sanção da Lei da OUC Tietê II, em 22 de dezembro de 2010, Sérgio Gonçalves, secretário municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEH DU), afirma que esse projeto é um grande marco para Osasco, e permitirá o desenvolvimento da cidade.

Existem projetos importantes e existem marcos. E esse, com certeza, é um marco. Osasco é a 10ª economia do país e possui um centro que não é compatível com a cidade que Osasco é e pode ser. O que vamos fazer, com essa lei, é tirar as amarras que hoje impedem esse desenvolvimento (PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO, 2013).

Esse trecho revela o nível político da produção do espaço, em que:

O Estado, através, da política urbana, reorganiza as relações sociais e de produção. A socialização da sociedade, que tem por essência a urbanização, revela-se na planificação racional do espaço [...] Assim, o Estado desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução, ao passo que, enquanto instrumento político, sua intervenção aprofunda as desigualdades como decorrência da orientação do orçamento, dos investimentos realizados no espaço, o que desencadeia processos de valorização diferenciados não só entre algumas áreas, mas também em detrimento de outras áreas e de outros setores sociais (CARLOS, 2011, p. 77).

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Osasco (Lei Complementar nº 125, de 03 de agosto de 2004⁹) estabeleceu áreas específicas passivas de intervenções urbanas, que pudessem ser focos de OUCs no futuro. De fato, nesses últimos dez anos, foram formulados e aprovados leis para três operações urbanas [MAPA 02] que já estão em desenvolvimento no município: a Operação Urbana Consorciada Tietê I (Lei Complementar Nº 170, de 16 de janeiro de 2008); a Operação Urbana Consorciada Tietê II (Lei Complementar nº. 203, de 22 de dezembro de 2010) e a Operação Urbana Consorciada Paiva Ramos (Lei Complementar Nº 222, de 26 de dezembro de 2011).

⁹ O artigo 19 do plano diretor prevê que “as recomendações de intervenções físicas, ações reguladoras e ações indutoras visando à revitalização urbana de áreas de importância significativa no vale central da cidade, representam ações prioritárias, a serem desencadeadas a curto e médio prazo, preferencialmente por intermédio de operações urbanas consorciadas [...]” (OSASCO, 2004). Entre as áreas estabelecidas, a maioria relaciona-se com o centro ou áreas margeadas pelo Rio Tietê e a estrada de ferro, como: a região do Jardim Rochdale, ao sul da Rodovia Castello Branco; área entre o quartel de Quitaúna e a indústria Ledervin, limitada ao norte pelo Rio Tietê e ao sul pela estrada de ferro; áreas do Jardim Piratininga e de Presidente Altino.

Mapa 02: Operações Urbanas Consorciadas em Osasco – SP. Fonte: Plano Diretor Desenvolvimento Urbano de Osasco (2013).

A partir do Mapa 05, observa-se que as duas OUCs Tietê I e II e as áreas de “sujeitas à requalificação” em Osasco estão em torno do Rio Tietê, da linha férrea da CPTM (Companhia de Trens Metropolitanos) e da Rodovia Castelo Branco. Três elementos geográficos que possibilitam certa especificidade desse local e foram fatores relevantes para o início da urbanização e industrialização em Osasco, principalmente, no Bonfim.

A área onde ocorre a OUC Tietê II retrata, em síntese, as transformações da própria cidade, pois é no Bonfim, por exemplo, onde foi sediado o primeiro centro comercial; a **Vila Ferroviária Dona Leonor** (foco maior dessa pesquisa) – devido à presença da estação de trem –; a primeira indústria – a Companhia Cerâmica Industrial, posteriormente, chamada Hervy, com sua respectiva vila operária e, atualmente, está sob a égide da OUC Tietê II que busca reestruturar a área.

Na área da Vila Dona Leonor, a OUC visa modificar o uso e se for necessário retirar a população do local, o instrumento urbanístico da desapropriação deverá ser posto em prática.

Sobre o Bonfim, onde se situa a Vila Dona Leonor, durante o evento de sanção da Lei da OUC Tietê II em 2010, o prefeito a época Emídio Souza discursou:

Tínhamos, em meu plano de governo, de 2004, um item envolvendo a revitalização da região central. Foi a partir disso, que era então apenas uma ideia, que esse projeto foi construído, o que demandou um estudo imenso. Mas vale lembrar que essa é uma área que tem mais de 100 anos de ocupação urbana. O problema é que Osasco se expandiu para todos os lados e essa área ficou isolada. Primeiro, havia ali apenas a linha do trem. Mas depois houve a retificação do Rio Tietê, que passou a cortar a região, e foi construída a Castelo Branco, e o tempo foi se encarregando de isolá-la ainda mais (PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO, 2013).

Esse pequeno trecho revela momentos da produção do espaço em Osasco, remetendo ao que prefeito mencionou de ocupação urbana, expansão da cidade, isolamento da área central como é a do Bonfim e, assim, a necessidade de revitalização da área. No entanto, nesse trabalho, a produção do espaço (segundo pensamento de Henri Lefebvre) será abordada a partir da prática social e espacial presente na Vila Dona Leonor e da busca de uma memória¹⁰ urbana da vida cotidiana (espaço vivido) dos moradores em Osasco (baseado em José de Souza Martins), sobretudo, em relação àqueles que contribuíram para a formação de

¹⁰ “Pressuponho a memória oculta mais do que revela, pois revela omitindo e deformando. Mas, ao mesmo tempo, proclamo que a memória é um meio de afirmação dos que foram ‘excluídos’ do fazer História. Por meio dela, declaram-se sujeitos e não só agentes do trabalho, peças da máquina, instrumentos da produção. Sujeitos das suas ideias e das suas lembranças. Por meio da memória dão ao pequeno fato a dimensão do acontecimento” (MARTINS, 1992, p. 19).

Osasco, em especial, os operários, esquecidos pela historiografia desse tema que valoriza em demasia os grandes empreendedores industriais.

Na Lei da OUC Tietê II a Vila Dona Leonor [MAPA 03] é vista como uma área que precisa de recuperação e preservação das edificações, pois possui valor histórico e cultural. A intenção é construir um complexo cultural. Essa é uma questão delicada, pois envolve muitas mudanças para os habitantes do local que serão desapropriados, como bem frisou o secretário Sérgio Gonçalves:

Esse é um debate que deve ser feito junto à população e à CPTM. Precisamos dar uma solução habitacional viável às famílias que moram lá. Temos conversas com a Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão para estimular a prática de cursos de capacitação e qualificação para inserir essas pessoas numa nova realidade comercial. (PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO, 2013).

Mapa 03: Áreas de intervenção da OUC Tietê II. A Vila Dona Leonor está localizada em roxo (canto esquerdo inferior da figura, logo abaixo do rio). Fonte: VIGLIECCA&ASSOC (2013).

Assim, analisar como a Vila Dona Leonor é representada perante todo o processo da Operação Urbana Tietê II - tanto no que se refere ao concebido, o que a luz de Henri Lefebvre (1983), pode-se chamar de “representação do espaço” quanto à vivência, que a partir do mesmo autor, pode-se denominar de “espaço de representação”- é um caminho que abre possibilidades para pensar como ocorrem as estratégias políticas e econômicas no urbano que promovem a reprodução do espaço na metrópole e as ideologias presentes ou ausentes no planejamento que escondem contradições do próprio espaço e da realidade, pois, para Lefebvre, na obra “La Presencia y la Ausencia: Contribucion a la Teoria de las Representaciones” (1983, p. 70):

La vivencia se llena de representaciones, y sin embargo se libra de ellas, puesto que es ella la que se representa. En cuanto a lo concebido, no sólo incluye los conceptos teóricos sino también las ideologías "trabajadas" en función de un objetivo estratégico. Entre la vivencia y lo concebido, no hay corte, ruptura, no hay "esquizo". Y sin embargo su relación también es el lugar de sus conflictos.¹¹

A OUC Tietê II é pensada nesse planejamento, do ponto de vista de seu discurso dentro de uma lógica formal, o que acarreta um alcance e uma aplicação limitada de seu conteúdo, pois ao isolar elementos ou aspectos do real como, por exemplo, considerar a Vila Dona Leonor apenas como edificação com valor histórico e cultural, elimina-se outras partes importantes do conteúdo, como os moradores atuais da vila, e então, ao negligenciar isso, esvazia-se o conteúdo, reduzindo-o quase que somente a forma. Todavia, a lógica é outra, não é que aparentemente a OUC Tietê II esqueceu-se de pensar sobre as pessoas que moram dentro do perímetro de sua abrangência, ela realmente não tem interesse pela questão da moradia e da vida que ali se encontram, quer dizer, a OUC é o instrumento legal utilizado pelo Estado e pela iniciativa privada para servir de álibi a quaisquer medidas, inclusive a desapropriação, pois o que se considera é a valorização imobiliária, a realização do capital e a modernização (na ótica capitalista) do local.

A representação do espaço pensada pelos tecnocratas da OUC revela-se insuficiente para abarcar suas apreensões sobre a realidade, com argumentos que põe em xeque a relevância e necessidade de ocorrerem transformações no Bonfim e na Vila Dona Leonor.

Nesse tipo de política espacial,

¹¹ A vivência está repleta de representações, ainda que livre delas, uma vez que é ela que está representado. No que diz o concebido, inclui não apenas conceitos teóricos, mas também as ideologias ‘trabalhadas’ baseadas em um objetivo estratégico. Entre a vivência e o concebido, não tem corte, ruptura, não há “divisão”. E ainda assim a sua relação é também o lugar de seus conflitos (tradução livre do autor).

[...] a cidade emerge assim, como lugar próprio da realização do valor, agora não mais restrito à produção de mercadorias no interior das fábricas, mas açambarcando o conjunto de práticas socioespaciais e sujeitando os diferentes planos da vida à lógica da produção. Coisificada, reduzida, a cidade aparece como instrumento que deve funcionar eficientemente, garantindo o crescimento econômico (ALVRAEZ, 2013, p. 80).

Por trás desse planejamento há um discurso de que é necessário ocorrer transformações no espaço urbano para melhorar a cidade e a vida de seus moradores, em outras palavras, medir um grau de desordem, de negatividade da área, buscando um grau de ordem, para realizar o movimento do planejar as possíveis ordens, gerando uma coerência social da transformação, um consenso¹². A Vila Leonor é posta no discurso do Estado como uma área degradada fisicamente e o próprio Estado criou estratégias para que o local não se tornasse favorável ao habitar para moradia (possibilitando um maior desenvolvimento da vida urbana aos moradores – o direito à cidade), ao fechar ruas e retirar pontos de ônibus. É recorrente o discurso dos antigos moradores da Vila que o lugar está “largado”, que merece ser conservado e preservado ou mesmo “o bairro está praticamente fantasma”, como disse Simone de Carvalho Lourenço¹³, jornalista e analista de planejamento e gestão da prefeitura de Osasco.

Simone afirma que com o “Projeto Consórcio Tietê II este bairro [Vila Dona Leonor] desaparecerá!”. O que entra em contradição com os principais argumentos para a realização do projeto Tietê II, lançado em 2007 que propunha entre outros objetivos “criar para Osasco e seu morador uma **IDENTIDADE**, a ser construída através dos espaços de convivência coletiva” (VIGLIECCA&ASSOC, 2007, p. 01).

Isso revela um estranhamento: como o documento pode propor uma identidade ao morador, se a própria operação urbana almeja transformar a Vila Dona Leonor?

Para Carlos (2011, p. 72), tal estranhamento é devido “a contradição fundante da produção espacial (produção social/ apropriação privada)” que coloca de um lado (1) a produção do espaço orientada por estratégias econômicas e políticas e de outro (2) a reprodução do espaço enquanto reprodução da vida social:

¹² Esse trecho é fruto das discussões com o grupo de estudos da professora doutora Gloria da Anunciação Alves.

¹³ Simone Lourenço relatou essa situação no segundo semestre de 2016. Na época ela era candidata a vereadora no município de Osasco. Apesar de se considerar de esquerda de formação, ela estava em um partido de centro direita apoiando um candidato de oposição ao governo do período (do prefeito Jorge Lapas – PT no início e PDT no final).

No primeiro caso, a reprodução do espaço se orienta pela imposição de uma racionalidade técnica, assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento da acumulação que produz o espaço enquanto condição da produção (...) No segundo caso, a reprodução da vida prática se apresenta, tendencialmente, invadida por um sistema regulador, em todos os níveis, concretizado no espaço enquanto norma – ditos e interditos – que formaliza e fixa as relações sociais (CARLOS, 2011, p. 72).

Mais adiante, ela reforça:

No mundo moderno, essa prática sócio-espacial realiza-se pela contradição entre as necessidades econômicas e políticas e as necessidades impostas para a reprodução do espaço da vida social. No primeiro caso, a reprodução do espaço realiza-se pela imposição de uma racionalidade técnica assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento da acumulação que produz o espaço, enquanto condição/produto da produção da reprodução do capital manifestando as contradições que o capitalismo suscita em seu desenvolvimento impondo limites e barreiras a sua reprodução. Nesse processo, o sentido e o papel do espaço na reprodução do capital trouxeram profundas mudanças no movimento de passagem da hegemonia do capital industrial ao capital financeiro, de modo que o espaço torna-se *produtivo*. Nessa direção, indica o movimento que vai do espaço enquanto condição e meio do processo de reprodução econômica ao momento em que, aliado a esse processo, o espaço, ele próprio, é elemento da reprodução. O processo de reprodução do capital a partir dos anos 80 realiza-se produzindo um *novo espaço*, o que significa dizer que o capital só pode se realizar através de uma nova estratégia que faz do espaço um elemento produtivo (CARLOS, Ibid., p. 72).

As operações urbanas marcam o atual processo de reprodução do espaço na metrópole. Não é algo exclusivo de Osasco, mas sim uma prática que insere a cidade dentro da escala mundial de produção do espaço. A urbanização atualmente sugere a desconcentração do setor produtivo, a centralização do capital na metrópole, possibilitando o desenvolvimento do setor de serviços. Ana Fani Carlos (Ibid., p. 86) é pontual ao analisar esse momento, principalmente a relação entre espaço e Estado, revelando:

(...) uma nova relação Estado/espaço – que aparece, por exemplo, através das políticas públicas que orientam os investimentos em determinados setores e em determinadas áreas da metrópole com a produção de infra-estruturas e ‘re-parcelamento’ do solo urbano, por meio de operações urbanas e da chamada requalificação de áreas – principalmente centrais – através da realização de ‘parcerias’ entre a prefeitura e os setores privados, que acabam orientando essas políticas.

As ações tomadas pelo Estado são cada vez mais relevantes no atual processo de urbanização das metrópoles pelo fato de ter poder e lei para atuar nos espaços e sobre parcelas da população, definindo e redefinindo o planejamento urbano e políticas espaciais para beneficiar o processo de reprodução capitalista.

As OUCs propostas pelo poder público apresentam uma tentativa de resolução das problemáticas urbanas por meio de um discurso técnico e estético que vislumbra resolver a

degradação física de áreas da cidade. É o poder público que realiza a medição entre o setor imobiliário e o financeiro para viabilizar as operações.

Na verdade, as metrópoles (onde se insere Osasco também) apresenta um processo de obsolescência relativa, pois não é possível transformar uma metrópole por inteiro, visto que ela contém uma elevada quantidade de valor em que o capital circula e é ela condição e produto para a reprodução da vida de quem lá vive. Uma operação urbana é considerada uma intervenção pontual, uma estratégia viável que busca a reprodução de um ‘novo lugar’ (que na verdade já possuía valor, no caso desvalorizado), permitindo a abertura de novas possibilidades para a valorização imobiliária, criando novas centralidades e maneiras de uso e apropriação (ALVAREZ, 2013).

1.1. Compreendendo uma operação urbana consorciada Tietê II

Há uma relação, garantida por leis, entre as OUCs e os planos diretores estratégicos dos municípios, balizados pelo Estatuto da Cidade, que legitima certas estratégias e instrumentos de política urbana que possibilitam uma operação urbana consorciada. Assim, para uma lei de OUC entrar em vigor é necessária uma série de requisitos que a encaixe dentro do que foi estabelecido pelo plano diretor anteriormente.

Treze anos após a formulação da última Constituição Federal do Brasil, em 1988, foi elaborada uma norma jurídica, o Estatuto da Cidade¹⁴, com o intuito de estabelecer políticas gerais de planejamento urbano e legalizar formas de intervenção como as operações urbanas consorciadas.

A Lei nº 10257, de 10 de Julho de 2001, do Estatuto da Cidade, é regulamentada pelos artigos 182¹⁵ e 183¹⁶ da Constituição Federal e estabelece em seu artigo 1º que a execução de

¹⁴ O Estatuto da Cidade é uma mediação, no âmbito federal, que propõe regular a sociedade urbana. Ela é fruto de disputas políticas e ideológicas, por isso, não deixa de apresentar contradições. Cabe ressaltar que na década de 1990 é forte a presença do neoliberalismo, não permitindo uma discussão mais aprofundada, por exemplo, da regulação da propriedade, uma questão conflituosa que envolve interesses das empresas imobiliárias. Foi necessária muita pressão dos movimentos sociais, buscando principalmente ideias progressistas como a inserção social da propriedade e a gestão democrática da cidade com a participação popular.

¹⁵ Tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, considerando a obrigatoriedade de um plano diretor para cidade, com mais de 20 mil habitantes, aprovado pela Câmara Municipal; servindo como instrumento básico de política de desenvolvimento e de expansão urbana em que a função social da propriedade atenda as ordenações expressadas no plano diretor, não havendo desapropriação dos imóveis urbanos sem a prévia e justa indenização em dinheiro (BRASIL, 1988).

¹⁶ Refere-se a aquele que possuir uma área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural, porém esse direito não será reconhecido ao

qualquer política urbana, no qual se insere uma operação urbana consorciada, deve seguir as “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.” (BRASIL, 2001).

Baseado nisso e na função social da propriedade urbana¹⁷, prevista no artigo 2º, uma operação urbana consorciada instaura-se justificando suas ações interventoras e modificadoras do uso do solo urbano e das atividades até então desenvolvidas, inerentes no local, alegando que garantirá, a partir da lei, uma cidade sustentável. Neste contexto, a sustentabilidade é entendida como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para presentes e futuras gerações. A lei também prevê a implantação da OUC a partir de uma gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade. Assim, segundo a lei, ocorre à formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano com cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os representantes da sociedade civil (BRASIL, 2001).

Na perspectiva da lei, esses mecanismos legais têm como objetivos a ordenação e o controle do uso do solo, com a intenção de evitar a utilização inadequada dos imóveis urbanos; a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes; o parcelamento do solo, a edificação ou usos inadequados em relação à infraestrutura urbana; a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente; a retenção especulativa de imóvel urbano; a deterioração das áreas urbanizadas e a poluição e a degradação ambiental (BRASIL, 2001).

Para o estatuto, em seu Artigo 32, operações urbanas consorciadas são definidas como um:

[...] conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental (BRASIL, 2001).

mesmo possuidor mais de uma vez e os imóveis públicos não poderão ser adquiridos por usucapião (BRASIL, 1988).

¹⁷ O artigo 39 do Estatuto da Cidade reitera as condições em que a propriedade exerce sua função social: atendimento às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressa pelo plano diretor; garantia ao atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida; à justiça social e para o desenvolvimento das atividades econômicas (BRASIL, 2001).

Portanto, do ponto de vista da lei, o princípio geral de uma operação urbana é articular, dentro de um projeto urbano, uma série de intervenções que visam uma transformação estrutural em determinada área da cidade, propondo redesenhos urbanísticos para o local, com intenções de influenciar social e economicamente tal área, numa tentativa de progresso da cidade e de valorização do meio ambiente.

O Plano Diretor¹⁸ de Desenvolvimento Urbano do Município de Osasco (OSASCO, 2004) firma-se, em seu capítulo I sobre “princípios e abrangência do plano diretor de desenvolvimento urbano”, como um instrumento global e estratégico de implementação das políticas públicas de desenvolvimento econômico, social, físico-ambiental e institucional que integra o processo de planejamento e gestão municipal, sendo vinculante para todos os agentes públicos e privados no município, além de ser regido por instrumentos legais como a Constituição Federal e a o Estatuto da Cidade, com abrangência em todo território de Osasco, definindo a função social da propriedade urbana, as diretrizes gerais de desenvolvimento urbano, bem como suas políticas públicas e o processo de planejamento abarcando planos, programas, leis e ações estratégicas (OSASCO, 2004, Art. 1º, § 2º e Art. 2º).

No que se refere à revitalização¹⁹ urbana, o plano diretor do município dá grande ênfase às operações urbanas consorciadas, em que:

[...] as intervenções recomendadas deverão ser concebidas respeitadas as especificidades de cada caso e acompanhadas de ações de controle de uso do solo, de forma a impedir o futuro agravamento das condições urbanísticas locais, assim como, de ações de preservação e valorização dos elementos representativos da evolução histórica de Osasco (OSASCO, 2004, Art. 19º).

Com isto, o poder municipal tem grande condição de interferir no setor imobiliário, não tanto na produção, mas na distribuição da riqueza. É nessa direção que as forças progressistas (movimentos sociais, políticos e intelectuais de esquerda) tem procurado orientar o plano diretor, instrumentalizando-o no sentido de fazer com que o poder público

¹⁸ Segundo o Estatuto da Cidade (capítulo III), o plano diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas, em que o Poder Público Municipal visa utilizar os instrumentos previstos no § 4º do artigo 182 da Constituição Federal (parcelamento, IPTU progressivo no tempo e desapropriação) e esteja inserida numa área de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental de caráter regional, que é o caso da cidade de Osasco, que também, por ser uma cidade com mais de quinhentos mil habitantes deve elaborar um plano de transporte integrado, compatível com o plano diretor (BRASIL, 2001, Art. 41).

¹⁹ Para o urbanismo e planejamento urbano voltado para a lógica capitalista, revitalização é um termo empregado para tratar de processos que envolvem a transformação (da forma, do conteúdo ou da função) dos espaços urbanos, que, para o discurso do poder público e da iniciativa privada, encontra-se “degradado” ou “subutilizado”, visando desenvolver a densidade de ocupação e reaproveitar a infraestrutura presente no local.

capte parte da valorização imobiliária da qual ele e a sociedade são os principais credores (VILLAÇA, 1999, p. 237).

O plano diretor de Osasco (Lei Complementar no 125, de 03 de agosto de 2004)²⁰ delimitou áreas específicas de Osasco passivas de intervenções urbanas, que pudessem ser, no futuro, focos de uma OUC, o que não demorou muito e ao longo desses últimos oito anos há leis formuladas para três operações urbanas (Anexo B) que já estão em desenvolvimento no município: a Operação Urbana Consorciada Tietê I (Lei Complementar N° 170, de 16 de janeiro de 2008); **a Operação Urbana Consorciada Tietê II** (Lei Complementar n°. 203, de 22 de dezembro de 2010) e a Operação Urbana Consorciada Paiva Ramos (Lei Complementar N° 222, de 26 de dezembro de 2011).

Em específico, a OUC Tietê II justifica-se pelo artigo 19 do Plano Estratégico de Osasco (sobre as revitalizações urbanas), que recomenda intervenções urbanísticas: no Rochdale, ao sul da Rodovia Castello Branco e no Bonfim, entre o Complexo Viário Tancredo de Almeida Neves; o córrego Bussocaba, um afluente do Rio Tietê e Avenida Fauad Auada; a linha férrea e o Rio Tietê, conforme observado na figura 02.

Figura 02: Delimitação da área de intervenção da OUC Tietê II. Fonte: Google Maps (2013). Recorte elaborado por Leonardo Araujo Cardeal da Costa.

²⁰ O Plano diretor é uma lei (não é um plano de governo) que depende bastante dos agentes políticos que produzem a cidade, ou seja, apresenta conflitos.

Desde 2004, quando foi promulgado o Plano Diretor Estratégico de Osasco, já eram previstas intervenções urbanas na área do Bonfim e Rochdale. A prefeitura de Osasco, então, abriu licitação procurando um escritório de arquitetura que elaborasse um projeto de operação urbana que atendesse as normas do Estatuto da Cidade e abarcasse todo o desejo da administração em reestruturar a área central da cidade. A empresa escolhida pela prefeitura foi a de Hector Vieglicca e Associados Ltda., em 2007.

Este escritório, dirigido pelo arquiteto Hector Vieglicca e pela Arquiteta Luciene Quel, tem como associados o arquiteto Ronald Werner, a arquiteta Neli Shimizu e o engenheiro Paulo de Arruda Serra e atua em diferentes setores da produção urbanística e arquitetônica, com destaque nos campos das instituições educacionais, culturais e esportivas, planos e projetos urbanos, urbanizações e habitação. Por exemplo, essa é empresa responsável pelo projeto de intervenções do Lago do Mercado em Florianópolis (SC), pelos alguns projetos de modernização e ampliação dos estádios da Copa do Mundo no Brasil de 2014 e pela arquitetura da nova sede da Petrobrás em Vitória (ES). Ao elaborar o projeto da OUC Tietê II, esse escritório de arquitetura obteve um prêmio conferido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, na categoria de melhor projeto urbanístico, agregando maior positividade e estímulo para o desenvolvimento da operação em Osasco.

Após discussões em fóruns e audiências públicas e na Câmara de Vereadores, a OUC Tietê II teve sua lei aprovada em 22 de Dezembro de 2010 (Lei Complementar nº 203), estabelecendo diretrizes urbanísticas, com objetivo de alcançar transformações urbanas, melhorias sociais e a valorização ambiental da área de influência ao longo do Rio Tietê no trecho compreendido entre o complexo viário Maria Campos, Avenida Fuad Auada e o complexo viário Presidente Tancredo de Almeida Neves (OSASCO, 2010, art. 1º).

O objetivo, segundo o relato do prefeito de Osasco nesse período, Emídio Souza, durante o evento de sanção desta Lei, é fazer da área de abrangência da OUC Tietê II:

[...] uma ocupação de alto nível, como acontece hoje em Alphaville. Agora, nosso trabalho será o de entendimentos com a iniciativa privada para investimentos no setor, pois isso só acontece quando há leis muito bem definidas, como a que sancionamos agora (PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO, 2013).

Esta OUC, em seu Art. 3º, estipulou sete setores de intervenção (OSASCO, 2010) numa área de aproximadamente de setenta hectares:

- 1) Complexo Metropolitano;

- 2) Castelo Branco;
- 3) Bonfim;
- 4) Vila Hervy;
- 5) ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social);
- 6) Vila Leonor;**
- 7) Parque da Orla do Tietê.

Os objetivos, pelo Art. 4º, são:

- I. Readequar a infraestrutura urbana existente, em especial o sistema viário, e implantar áreas verdes e institucionais;
- II. Melhorar a acessibilidade e mobilidade local e regional, por meio do estabelecimento de conexões dentro da área de intervenção e com o entorno próximo, e da articulação de todas as redes de transporte público coletivo (ônibus municipal e metropolitano, e malha metroferroviária);
- III. Recuperar a frente fluvial do Rio Tietê e a orla ferroviária;
- IV. Estabelecer referências urbanas no espaço público que identifiquem as ações do poder público;
- V. Fomentar a implantação de equipamentos de serviço, cultura e lazer de abrangência regional que potencializem o caráter da área de intervenção como uma Centralidade da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP);
- VI. Fomentar a implantação de atividades não residenciais na faixa ao lado da Rodovia Presidente Castelo Branco para a implementação do novo polo de comércio e serviços de Osasco e da sub-região oeste da RMSP;
- VII. Promover o cumprimento da função social de terrenos e glebas vazias ou subutilizadas;
- VIII. Dotar o perímetro da Operação Urbana Consorciada Tietê II de qualidades urbanísticas compatíveis com os adensamentos propostos;
- IX. Desenvolver um programa que garanta o atendimento à população que vive em habitações subnormais, atingida pelas intervenções urbanísticas previstas nesta Lei Complementar, em conjunto com os órgãos municipais, estaduais e federais competentes, com implantação de unidades de Habitação de Interesse Social - HIS, melhoramentos e reurbanização;
- X. Fomentar a atração de investimentos públicos e privados na área objeto desta Operação Urbana (OSASCO, 2010).

O programa de intervenções, de acordo com o Art. 5º, consiste em garantir o pleno desenvolvimento urbano e preservar a qualidade ambiental da região, visando à (OSASCO, 2010):

- Implementação do Complexo Metropolitano, na atual gleba da Indústria Hervy, consolidando esta área como o polo institucional e de serviços de Osasco e âncora da Operação;
- Melhoria viária (principalmente, abertura e supressão de vias);
- Implantação do sistema de áreas verdes, como a construção do Parque da Orla do Rio Tietê, a limpeza e recuperação desse rio, requalificação da orla ferroviária, a partir de um tratamento paisagístico ao longo de todo o limite da ferrovia, com áreas verdes e arborizadas;
- **Recuperação e preservação das edificações de valor histórico e cultural que integram a Vila Leonor, para a implantação de um Complexo Cultural;**
- **Desapropriações** para a realização das obras necessárias à implementação desta Operação Urbana Consorciada;
- Implementação de programas públicos de atendimento econômico e social para a população de baixa renda diretamente afetada por esta Operação Urbana Consorciada.

A lei da OUC Tietê II exercerá o direito à preempção e à desapropriação [MAPA 07] ao necessitar de áreas para implantação do Complexo Metropolitano; criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes, em especial o Parque da Orla do Tietê; execução de programas de reabilitação e requalificação urbanísticas, em especial a área do novo polo de comércio e serviços na faixa ao longo da Rodovia Presidente Castelo Branco; proteção, recuperação e requalificação de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico, em especial a área da Vila Leonor; obras de infraestrutura urbana, em especial os melhoramentos viários (OSASCO, 2010, Art. 36).

O Direito de Preempção ou direito de preferência é um instrumento exercido pela prefeitura na compra de terrenos necessários para o andamento de algumas obras significativas, definidas pela OUC Tietê II.

Esse direito, no Estatuto da Cidade, em seu artigo 25 (seção VIII, capítulo II), confere “ao Poder Público Municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares”. A lei municipal também prevê que a OUC pode delimitar “as áreas em que incidirá o direito de preempção e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência” (BRASIL, 2001).

A lei da OUC Tietê II exercerá o direito de preempção [MAPA 04] ao necessitar de áreas para a implantação do Complexo Metropolitano; a criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes, em especial o Parque da Orla do Tietê; o novo polo de comércio e serviços na faixa ao longo da Rodovia Presidente Castelo Branco; a proteção, recuperação e requalificação de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico, em especial a área da Vila Leonor; a execução de programas e projetos habitacionais de interesse social (OSASCO, 2010).

A Desapropriação é um instrumento utilizado para que a Prefeitura possa adquirir o imóvel de forma mais rápida. A lei da OUC Tietê II exercerá a desapropriação ao necessitar de áreas para implantação do Complexo Metropolitano; criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes, em especial o Parque da Orla do Tietê; execução de programas de reabilitação e requalificação urbanísticas, em especial a área do novo polo de comércio e serviços na faixa ao longo da Rodovia Presidente Castelo Branco; proteção, recuperação e requalificação de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico, em especial a área da Vila Leonor; obras de infraestrutura urbana, em especial os melhoramentos viários (OSASCO, 2010, Art. 36).

Mapa 04: Imóveis sujeitos à incidência do Direito de Preempção e Desapropriação na OUC Tietê II. Fonte: OUC Tietê II. A área da Vila Dona Leonor encontra-se sobre possível direito de preempção e desapropriação.

1.2. O Mercado Imobiliário – um meio de sustentação do capitalismo (do expansionismo a reestruturação urbana)

Haussmann em Paris, Pereira Passos no Rio de Janeiro, Le Corbusier, Jordi Borja em Barcelona, projetos urbanos relacionados a grandes eventos, Concessão Urbanística da Nova Luz em São Paulo, Operação Urbana Consorciada Tiete II em Osasco são retratos de teorias e práticas do urbanismo nos últimos séculos.

Apesar de possuírem contextos geográficos, históricos, sociais, econômicos e políticos distintos, além de excepcionalidades inerentes a cada proposta de intervenção urbana, é possível compreender que algumas concepções, estratégias e ações apresentam, de maneira geral, aspectos semelhantes a todos os projetos urbanísticos.

A propriedade imobiliária aparece como uma questão central para a realização não somente dos projetos urbanos, mas para o processo de reprodução do capital. Além do mais, numa sociedade em que o espaço tornou-se mercadoria, a propriedade imobiliária pode ser considerada determinante para a viabilização e realização de planos urbanos e em torno dela pode-se desvendar o papel do Estado em sua regularização (nível/questão política); a possibilidade de apropriação privada dos imóveis e a financeirização do capital (nível/questão econômica); e as vicissitudes e aporias do cotidiano, refletidas nas segregações socioespaciais (nível/questão social).

Nas palavras de Ana Fani Alessandri Carlos (2011: p. 67):

[...] trata-se de um momento histórico em que a existência generalizada da propriedade privada reorienta e organiza o uso do lugar. Momento em que o espaço mercadoria se propõe para sociedade enquanto valor de troca destituindo-o de valor de uso, e, nessa condição, subjugando o uso, que é condição e meio da realização da vida social, às necessidades da reprodução da acumulação como imposição para a reprodução social. É exatamente nesse momento que a extensão da propriedade se realiza plenamente, ganhando novos contornos através da produção do espaço enquanto mercadoria e produzindo novas contradições. Nesse período da história, realiza-se socialmente, por meio da apropriação privada, a lógica do valor de troca sobre o valor de uso que está no fundamento dos conflitos tanto no campo quanto na cidade.

Assim, pode se considerar a propriedade imobiliária é relevante para o planejamento e para reprodução ampliada do capital, bem como problematizar os conflitos e contradições (produção social x apropriação privada) que ela gera nas metrópoles, de forma específica na cidade de Osasco, por meio dos níveis da produção do espaço propostos por Ana Fani Alessandri Carlos.

David Harvey no texto *A Liberdade da Cidade* (2009, p. 07) afirma que uma das principais questões a ser enfrentadas no capitalismo é o “o problema do capital excedente”. De forma simplificada Harvey comenta que “a política do capitalismo é dirigida pela necessidade de encontrar terrenos lucrativos para a absorção do capital excedente.”. Ou seja, a produção do espaço urbano é uma via para sanar os entraves do capital excedente que precisa ser investido. Isso é uma das explicações para a existência de inúmeros projetos urbanos e de contradições envolvendo esse espaço produzido.

Em outra obra, *O Enigma do Capital*, Harvey (2004, p. 122) complementa que:

A construção de espaços, bem como a criação de uma morada segura chamada casa e lar, tem um impacto tanto na terra quanto na acumulação do capital e a produção de tais lugares se torna um grande veículo para a produção e absorção do excedente. A produção do urbano, onde a maioria da população mundial em crescimento agora vive, tornou-se ao longo do tempo mais estreitamente ligada à acumulação do capital, até o ponto que é difícil distinguir uma da outra.

Buscando compreender a produção do urbano relacionada à lógica de acumulação, Harvey propõe que “o capitalismo é uma sociedade de classe que se destina a produção perpétua de excedentes. Isso significa que está sempre produzindo as condições necessárias para a urbanização ocorrer” (HARVEY, Ibid. p. 137).

O espaço urbano, a partir do final do século XX, tornou-se importante para o desenvolvimento do capitalismo, fazendo sobressair o mercado imobiliário. Cesar Ricardo Simone dos Santos (2006) comenta que o surgimento do mercado imobiliário como manutenção da reprodução capitalista é devido uma persistente lógica de acumulação. Isso se explica pela migração em grande escala do capital do setor produtivo para o setor financeiro.

Santos, em seu artigo *Dos negócios na cidade à cidade como negócio: uma nova sorte da acumulação primitiva do espaço*, trata como a cidade foi se inserindo dentro da lógica da reprodução capitalista em diferentes momentos e formas. Primeiramente, o autor atenta-se sobre os mecanismos de circulação e realização do capital, considerando que para ocorrer a mais valia é necessário que não haja obstáculos na circulação para o capital fluir (SANTOS, 2006).

Num primeiro momento, as cidades são pensadas para atender as demandas de realização de valor produzido dentro das fábricas. A construção de grandes complexos viários caracteriza esse período que ocorre ao longo do século XX (espaço visto como suporte para que haja a acumulação do capital). Harvey aponta uma tendência expansionista da produção

capitalista para garantir a sobreacumulação. Essa lógica expansionista desdobra-se em dois aspectos: (1) o capital se expandir procurando novos espaços de acumulação ou (2) voltar-se para a reprodução de uma nova ordenação espacial em uma área em que o capital já estava inserido.

Santos explora a tendência de sobreacumulação como um problema de circulação do capital e sua consequente realização do valor, para a necessidade de uma nova “ordenação espacial”:

[...] o que define uma crise de sobreacumulação na economia capitalista se remete a uma situação em que um excedente de capital aparece e (a isso se deve sua condição de ‘excedente’) não encontra formas e meios lucrativos de investimento; ou seja, se permanecer nessa condição, esse excedente gerado encontrará lugar somente fora dos circuitos de valorização e tendo, dessa forma, negada sua existência enquanto capital, será desvalorizado. A impossibilidade de se absorver lucrativamente esses excedentes, em versões correntes numa economia determinada, sugere, portanto – para que não se perca capital novo e, assim, não se comprometa os mecanismos de acumulação e valorização capitalistas –, uma reestruturação generalizada dos processos de circulação e realização da mais valia gerada. (SANTOS, 2006, p. 104).

Para garantir a acumulação e a realização do valor uma das estratégias que as empresas encontraram, por exemplo, foi a construção de vilas operárias próximas as fábricas, ou ao local de trabalho. A Sorocabana e a Vila Dona Leonor se encaixam nesse cenário.

O espaço urbano, no século passado, tinha como um objetivo, do ponto de vista capitalista, a realização dos capitais produtivos. A cidade, enquanto espaço, era vista na sua dimensão material, tornando-se cheia de infraestruturas voltadas para a circulação e o transporte, de informação e comunicação. Se o deslocamento de capitais excedentes não mais satisfazer as demandas das iniciativas capitalistas (o lucro) de expansão, a alternativa é partir para a reestruturação urbana, que tem como prática a destruição das antigas estruturas materializadas nas cidades para a construção de outras, mais novas e eficientes na perspectiva do capital (SANTOS, 2006). Assim, abre-se o caminho para projetos de reestruturação como o caso da OUC Tietê II em Osasco.

Desse modo, a partir de então, o espaço urbano adquire outras perspectivas para a produção capitalista, pois há uma dificuldade para garantir a circulação e a realização do valor, necessitando de outros meios para que o capital sobreacumulado alcance uma maneira de ser reinvestido para gerar lucros. Ocorre, então, uma migração espacial dos capitais (do setor produtivo para o setor financeiro) com objetivo de ter maior expectativa de rentabilidade. A tentativa de obtenção de rentabilidade e novos investimentos proporcionou um inchamento dos setores financeiros, originando uma bolha especulativa, o que exigiu um

segundo momento de migração do capital: agora financeiro acionista para o financeiro imobiliário (SANTOS, 2006).

Cesar Santos indica que o imobiliário é uma saída para a crise acionista para suportar a grande entrada de capital excedente no capital produtivo do mundo inteiro, estabelecendo uma relação nova e entre o imobiliário e o espaço urbano.

O setor imobiliário e o espaço urbano, conseqüentemente, sofrerão novas e fortes investidas dos capitais excedentes (mas mesmo assim circulantes), dando origens a novas bolhas especulativas, a partir da segunda metade da década de 1990. Curiosamente, esse é o período em que se intensificam também as ações da burocracia estatal sobre o espaço urbano com o intuito de ‘revitalizar’ antigas zonas degradadas das cidades. Essa “revitalização”, que poderia ser entendida, segundo o argumento aqui apresentado, como um revigoramento capitalista dos espaços das cidades, atribui um novo papel ao espaço urbano nos processos de circulação e valorização do capital em âmbito mundial, assim como inventa também uma nova forma de agir sobre o espaço urbano, de um Estado comprometido com a elevação das taxas de rentabilidade pertinentes aos setores privados. Essa atuação do Estado se liga ao aparecimento de uma segunda *bolha financeira: a bolha financeira imobiliária como adiamento da crise*. (SANTOS, 2006, p. 110).

A valorização do espaço torna-se central como mecanismo para o Estado atrair investimentos, principalmente os internacionais, além de servir para que o setor privado invista para sair de crises. Enfim chega-se a tese de Cesar Simoni (Ibid., p. 111), na qual:

[...] a compra e venda de fragmentos do espaço urbano tomam a dianteira no rol de estratégias dos setores privados para uma recuperação das taxas de lucro e a cidade contemporânea deixa assim de servir ao capital somente a partir da função de espaço de circulação propício à realização da mais-valia para se tornar, ela mesma, o objeto dessa valorização capitalista, parte do capital empregado em processos de valorização, a partir da valorização do espaço. Para atrair capitais a partir de seu potencial de valorização, as cidades são reestruturadas e produzidas; dessa forma, vende-se a cidade como imagem de potencial de valorização [...] **A cidade como negócio superou a condição da cidade como lugar do negócio.** (grifo nosso).

Nesse sentido, Osasco, principalmente a partir da desconcentração industrial, nas últimas décadas passou a ter seu espaço urbano como um grande negócio, principalmente para o setor da construção civil e imobiliária. O poder público teve e tem um papel importante nesse processo, incentivando as parcerias público-privadas e planejando (e elaborando no seu plano diretor) projetos de reestruturação de antigas áreas já urbanizadas e que atualmente apresentam-se como ineficientes para o desenvolvimento do capital. Eis que surgem as operações urbanas consorciadas nos anos 2000 e, entre elas a OUC Tietê II.

O planejamento urbano²¹, no ponto de vista estatal, pode ser compreendido como uma força de racionamento que busca intervir sobre o espaço. Quando uma prefeitura elabora um plano diretor e estabelece uma operação urbana a intenção é gerir o espaço da cidade para atender demandas seja social, seja do mercado imobiliário.

O espaço é um produto social e histórico e o Estado não apresenta neutralidade em suas ações de planejamento, atuando conforme o contexto. O sentido do espaço na sociedade capitalista, a cidade passa a ser uma centralidade da acumulação e da reprodução.

Lefebvre, na obra *Revolução Urbana*, ao pensar dimensões e análises, a cidade (produto histórico) encontra-se em um nível intermediário, realizando uma mediação entre a ordem distante de processos gerais (nível global) e a ordem próxima na vida cotidiana (nível privado).

Uma característica do capitalismo para manter sua acumulação, reprodução e realização é inserir em sua lógica todos os objetos, transformar algo em mercadoria (tornando o objeto não apenas como valor de uso, mas como valor de troca)²². Isso ocorreu com o espaço, que deixou de ser apenas o local onde ocorre a circulação, distribuição e trocas de mercadorias (como um aspecto das condições gerais da produção), e passou a ser produzido também (comprado e vendido), tornando-se uma mercadoria.

Lefebvre comenta (2004, p. 142) que:

O desenvolvimento do mundo da mercadoria alcança o mundo dos objetos. Esse mundo não se limita mais aos conteúdos, aos objetos no espaço. Ultimamente, o próprio espaço é comprado e vendido. Não se trata mais da terra, do solo, mas do *espaço social* como tal, produzido como tal, ou seja, com esse objetivo, com essa finalidade. O espaço não é mais simplesmente o meio indiferente, a soma dos lugares onde a mais valia se forma, se realiza e se distribui. Ele se torna o produto do trabalho social, isto é, objeto muito geral da produção e, por conseguinte da formação da mais valia. [...] Há poucos anos não se podia imaginar a outra “produção” que não fosse a de um objeto, localizado, aqui ou ali, no espaço: um objeto usual, uma máquina, um livro, um quadro. Hoje, o espaço inteiro entra na produção como produto através da compra, da venda, da troca de parcelas do espaço.

²¹ O planejamento urbano é uma prática de organização e construção da cidade, assentada sobre umas bases teóricas que se fundamentam na articulação entre forma e função, e cuja finalidade explícita consiste em alcançar o bem comum dos cidadãos, expressa com frequência sob a fórmula de ‘melhora da qualidade de vida’, (ROBIRA, 2006, p. 431).

²² O Capitalismo se estendeu subordinando a si o que lhe pré existia: agricultura, solo e subsolo, domínio edificado e realidades urbanas de origem histórica. Do mesmo modo ele se estendeu constituindo setores novos, comercializado, industrializados: os lazeres, a cultura e a arte dita “moderna”, a urbanização (...) *o capitalismo só se manteve estendendo se ao espaço inteiro* (LEFEBVRE, 2008, p. 117).

O capitalismo consegue sobreviver ao inserir o espaço na lógica da mercadoria, na especulação imobiliária, na compra e venda do espaço e na realização de grandes obras, muitas vezes vinculadas a projetos ou operações urbanas. Essa trama é, segundo Lefebvre, encoberta pelo urbanismo, que vela o espaço como um produto.

Geralmente, ressalta Carlos (2011, p. 65) “o espaço aparece e é vivido de forma distinta quando a habitação torna-se uma mercadoria” e “os homens se tornam instrumentos no processo de reprodução espacial, e suas casas se reduzem à mercadoria, passíveis de ser trocadas ou derrubadas”. No caso da Vila Dona Leonor há uma particularidade relevante: as habitações não são de propriedade dos moradores, e sim da CPTM. Esse fato faz repensar vários pontos como a questão envolvendo propriedade versus direito de morar.

Independente de quem é o proprietário das casas da Vila Leonor, a OUC Tietê II irá desapropriar a área, o morador perde cada vez mais a capacidade de habitar o lugar. Carlos (Ibid., p. 65) salienta que quando o espaço entra nessa lógica do mercado “o indivíduo se reduz à condição de usuário, enquanto o ato de habitar, como momento de apropriação criativa, se reduz ao de morar, ou seja, à simples necessidade de abrigo”. E ainda acrescenta (Ibid., p. 67) “que o espaço-mercadoria se propõe para a sociedade enquanto valor de troca, destituindo seu valor de uso e, nessa condição, subjugando o uso, que é condição e meio da realização da vida social”.

A luz de Santos (2006, p. 120), ocorre:

[...] um processo sob o qual o espaço social, que leva em conta o par uso-apropriação, somente vai aparecer como negação enquanto pura representação do valor de troca. Por isso se estabelece o conflito entre o capital e o Estado, por um lado, e o habitante, por outro; um conflito no qual a tendência é que um desses polos seja constantemente anulado pelo outro.

Visto que o capitalismo se apodera do que não é capitalista, de que maneira ele capturou o espaço em suas relações e tornou o setor imobiliário um elemento crucial para a sua reprodução?

Para Lefebvre (2008, p. 119), o setor imobiliário é privilegiado devido à luta contra a tendência à baixa do lucro médio, pois “o investimento no imobiliário e nas construções privadas e públicas (na produção do espaço) se revela proveitoso porque essa produção ainda comporta, e comportará por muito tempo, uma proporção superior de *capital variável* em relação ao *capital constante*”.

O setor da construção civil possui um lucro acima da média em relação a outras atividades e a especulação está em outra esfera, não apenas da produção, mas do financeiro em que a partir de uma mediação (o espaço) o dinheiro produz dinheiro, sem a necessidade de haver produção e nem mesmo a venda do produto.

A cidade aparece como um lugar de conflito, entre uma ordem distante, de produção global do espaço inteiro, que visa à reorganização da produção numa escala maior e a ordem próxima da vida cotidiana. Os projetos urbanos como uma operação urbana surgem apresentando um discurso (e ações) para mediar essas relações, porém privilegiando a reorganização do espaço para a realização do capital.

Como espaço fica subordinado à lógica capitalista, ele entra no esquema de valorização-desvalorização-revalorização. Cesar Simoni Santos (2006, p.112) considera que as cidades “representam o lugar do acúmulo dos diversos tempos; elas atribuem materialidade e conservam materialmente no espaço as condições de reprodução do capital em suas diferentes etapas”. Osasco é um grande exemplo, pois diversos estabelecimentos de origem industrial serviram para a instalação de muitos empreendimentos do setor de serviços. Porém, como o capitalismo exige novas maneiras de se reproduzir, nem sempre essas infraestruturas garantem tal necessidade de acumulação. Aí a ideia de valorização-desvalorização-revalorização passa a fazer parte das estratégias de gerar mais capital por meio do espaço.

Pensando na Vila Dona Leonor e em todo o Bonfim, houve um momento de valorização da área, com apogeu na década de 1950/60 em que o uso era mais preponderante; depois um declínio, um momento de desvalorização, de inércia, de degradação que permanece até o momento atual (um espaço desvalorizado, que aguardava investimentos produtivos e/ou imobiliários de acordo com a política de planejamento da prefeitura, ou seja, da OUC Tietê II), o que torna a área um grande potencial para o mercado imobiliário explorar²³, visando um momento posterior de revalorização, em que o papel do Estado atuante é essencial a fim de possibilitar uma perspectiva de uso, criando condições para que a área seja novamente atrativa para atrair investimentos.

Segundo SANTOS (Ibid., 113):

²³ Para Santos (2006, 114) no setor imobiliário a rentabilidade é garantida sempre a partir do movimento de valorização ou subida de preços dos terrenos da cidade; em algum momento é preciso desvalorizar territórios complexos nas mãos de setores menos privilegiados da sociedade para que, novamente então, se dê início à escalada tão lucrativa para os investimentos no espaço. Dessa forma, ao mesmo tempo em que é necessário produzir espaços com potencial ou em franco processo de valorização, há que se produzir um estoque territorial para futuros investimentos. A continuidade dos mecanismos de valorização dos capitais investidos no imobiliário depende da produção de estoques territoriais de ativos imobiliários desvalorizados.

(...) o eixo valorização-desvalorização-valorização, decorrente da construção-obsolescência-reconstrução de infraestruturas espaciais para a circulação capitalista, apresenta um movimento seguido de perto pelos analistas imobiliários e que dará frutos aos seus investimentos. [...] A valorização do espaço urbano ou de fragmentos desse espaço implica uma perda de significados de uma determinada territorialidade para o capital, seja ele produtivo ou especulativo. Consequentemente, uma subtração dos investimentos nessas áreas se efetua a partir da busca por melhores rendimentos em outras regiões, que passam agora por momentos de ascensão no ciclo desvalorização-valorização.

Assim, a cidade (mais especificamente, a metrópole) se torna o próprio objeto de valorização capitalista, com a possibilidade de absorver as crises de sobre acumulação, sem necessariamente ter o capitalismo se expandir para áreas que estão sob o seu domínio, basta o capital atuar em áreas desvalorizadas para ocorrer à continuidade dos processos de acumulação, bem como para a realização de novos investimentos (SANTOS, 2006).

O mercado imobiliário é visto pelos empresários/ investidores - do setor produtivo (industrial, comercial) que aplica seu capital no setor financeiro - como um investimento vantajoso e uma OUC, coordenada pelo poder público, é um momento que possibilita e concretiza essa visão do empresariado (para onde investir seus lucros para obter mais lucros), pois nela ocorrerá uma reestruturação da área urbana, uma reconfiguração da paisagem, demolição e reconstrução de edifícios (na OUC Tietê II pode-se citar a demolição do galpão industrial da Hervy para a construção do Paço Municipal ou a construção de edifícios corporativos ao longo do perímetro da OUC). Esse movimento é que permite ao capital financeiro realizar-se na reprodução do espaço enquanto capital produtivo.

Carlos (2011) descreve três momentos para a realização do capital financeiro por meio da produção do espaço (construção de edifícios empresariais, por exemplo). 1) o capital-dinheiro do empresariado é aplicado na compra do terreno (então, parte do capital torna-se capital fundiário); 2) outra parte do capital destina-se para a construção civil (transforma-se em capital industrial), o setor imobiliário, então, atua como mediador da locação e administração do imóvel. Promovendo a realização da propriedade privada do solo urbano e o lucro; 3) a mercadoria (o escritório empresarial) está dentro da lógica do mercado de aluguéis em que o investimento é remunerado na forma de juros. Todo esse processo tem como objetivo a realização do valor de troca.

Carlos (2011, p. 115) afirma que:

Há um caráter *especulativo* em jogo (como algo novo) que pressupõe o uso, mas seu objetivo no ato de compra é o valor de troca que a operação de troca que a operação

intermediária irá realizar. O que se deve ressaltar, então, é que o uso pode vir a ter sentidos diversos, uma diferença substancial entre a compra de uma moradia e a compra de um escritório para ser alugado. Significa que há interesses diversos envolvendo o uso em ambas as operações imobiliárias – o habitante compra a moradia para seu uso, enquanto o investidor compra um imóvel para alugar, porque representa um uso para outrem e, neste processo, permite a realização do ciclo do capital financeiro investido na construção do edifício.

Nesse sentido, o Estado junto com os burocratas planejadores realiza um discurso urbanístico, que segundo Rosa Tello Robira (2006, p. 432), está pautado na “ideia de que a forma constitutiva da cidade é a última causa do bem estar da sociedade urbana” e que “o planejamento das cidades se fundamentam na crença que as formas urbanas futuras, desenhadas sob os critérios de racionalidade funcional, determinarão o futuro comportamento da sociedade e da economia urbana”. É o que o Lefebvre (2008, p. 119) denomina de espaço instrumental, “produzido e manipulado pelos tecnocratas no âmbito global, do Estado e das estratégias”. O espaço instrumental é, por exemplo, a área do perímetro do OUC Tietê II conforme as expectativas dos arquitetos que vislumbraram o projeto e dos investidores imobiliários que buscam apropriar-se desse espaço a partir do que o próprio Estado oferece como garantia seja a partir de leis, sejam a partir de investimentos em infraestrutura.

A verdade, é que as formas de atuação do Estado também se transformaram, estando cada vez mais aliado ao capital. O poder público vem pensando cada vez mais na cidade como um negócio privado, atuando para a reprodução capitalista (acumulação), principalmente por meio da força e da lei (em nome da utilidade pública), realizando remoções e investimentos em infraestrutura que a priori a iniciativa privada não tem as condições de realizar ou não pretende realizar. Isso pode provocar o aniquilamento de espaços urbanos, na forma e no conteúdo, para que haja novos ciclos de acumulação, deixando à margem toda a história presente naquele espaço, pois as populações residentes e o cotidiano se perdem no meio das reestruturações urbanas (SANTOS, 2006).

As operações urbanas fazem parte de um planejamento estratégico em que a cidade é gerenciada como uma empresa, um urbanismo de mercado, pois permite uma intervenção pontual, possibilitando a fragmentação do espaço. Nesse modelo de planejamento é necessário o suporte estatal, principalmente para a valorização dos imóveis, pois é o Estado que realiza os investimentos estruturais, todavia o lucro alcançado geralmente encaminha-se para empreendedores particulares. Isso é que está por ocorrer em Osasco na OUC Tietê II.

Dentro dessa lógica, o espaço, em seu nível econômico, é voltado para a reprodução do capital, da troca e do lucro, pois:

[...] a cidade se reproduz, continuamente, enquanto condição geral do processo de valorização gerada no capitalismo no sentido de viabilizar os processos de produção, distribuição, troca e consumo. Com isso, busca-se permitir que o ciclo do capital se desenvolva possibilitando a continuidade da produção, logo sua reprodução. (...) Do ponto de vista da lógica do capital, trata-se de produzir um espaço onde o sentido da homogeneidade pode ser constado pelo movimento que torna o espaço, potencialmente, mercadoria intercambiável. Aqui a cidade é, por um lado, circulação permeada por vias expressas, pontes, viadutos e, por outro lado, força produtiva (CARLOS; 2011. 76).

Outra razão e ao mesmo tempo contradição para um projeto urbano como a OUC é o que Lefebvre (2008) chama de *raridade do espaço*. O espaço por entrar na lógica capitalista, possui um valor (de troca e de uso), e entra no circuito de trocas (produção, compra e venda). Acontece que, ao capitalismo em seu processo de se expandir por todo o espaço, ele o satura (ao mesmo tempo em que o capitalismo cada vez precisa explorar o espaço para se reproduzir, ou seja, produzir o espaço ele o esgota), tornando-o raro e desigual.

Há uma intencionalidade – da iniciativa privada, principalmente – para tornar o espaço raro, valorizá-lo. Uma operação urbana é um instrumento de intervenção pontual, ou seja, fragmenta o espaço. Não somente em Osasco, como em toda a metrópole. Sobre isso, Carlos (2011, p. 113) analisa que:

A necessidade dos empresários de, numa época de crise, direcionar seus lucros para os ativos financeiros, alia-se as estratégias que se realizam para possibilitar a reprodução, num momento em que se presencia em São Paulo a produção do espaço como raridade. Essa condição manifesta-se na metrópole em áreas precisas, como no centro ou nas suas proximidades. Podemos dizer que o fenômeno da raridade se concretiza pela articulação de três elementos indissociáveis: a existência da propriedade privada do solo urbano, que direcionou a ocupação da cidade; a centralidade do capital e das novas atividades econômicas que não podem se localizar em qualquer lugar da metrópole, e o grau de ocupação (índice de construção) da área no conjunto do espaço da metrópole. À ideia de escassez, alia-se, também, a necessidade de um novo padrão construtivo, apoiado numa rede de circulação e comunicação específicas, pois em cada momento histórico o ciclo do capital envolve condições diferenciadas para a sua realização.

1.3. Por que a moradia na Vila Leonor não é viável, do ponto de vista do mercado?

Skaf tem empresas de imóveis com interesses privados no engessamento do IPTU - BTS Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Skaf Participações e Administração de Bens Ltda. saem diretamente beneficiadas por liminar obtida pelo presidente da Fiesp evitando correção de imposto na capital (REDE BRASIL ATUAL, 2013).

Essa manchete da notícia do sitio Rede Brasil Atual revela uma condição significativa dos negócios imobiliários na metrópole e, em certa medida, uma importância acima dos interesses industriais no que em tese Paulo Skaf deveria representar.

A reportagem de 2013 mostrou que Paulo Skaf - presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e na época futuro candidato político nas eleições 2014 para o governo do Estado de São Paulo - lutava por proveitos (de interesse pessoal) em relação às políticas públicas do governo municipal a época de Fernando Haddad que tencionava realizar mudanças no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) da cidade de São Paulo.

Skaf foi um forte nome contra a proposta do IPTU progressivo, porém sua atuação não estava necessariamente ligada a seu posto como presidente da FIESP. Logicamente, ele como empresário, não aceita pagar muitos tributos, todavia sua campanha contra o projeto de Haddad foi pautada por interesses privados.

Um dos donos da empresa BTS Empreendimentos Imobiliários Ltda., cuja atividade é "compra e venda de imóveis próprios e aluguel de imóveis próprios" e dono da empresa Skaf Participações e Administração de Bens Ltda., cuja atividade foi mudada em 2010 para "aluguel de imóveis próprios, gestão e administração da propriedade imobiliária", Paulo Skaf também é proprietário de duas casas em bairros nobre da cidade de São Paulo (REDE BRASIL ATUAL, 2013).

Compreender a razão de Skaf ser contrário ao IPTU progressivo é um caminho para refletir a predominância do setor imobiliário como uma dos principais negócios na cidade. Skaf é, na realidade, um empresário do setor imobiliário que está ganhando mais com a valorização dos imóveis do que com as empresas que ele possui em São Paulo.

Na verdade, atualmente, Paulo Skaf apresenta pouca relação com as indústrias. Seu grande empreendimento é no setor imobiliário. O que ocorre com Skaf pode ser levado para analisar a metrópole no seu sentido mais amplo. Na metrópole, o imobiliário torna-se cada vez mais relevante no processo de reprodução do capital.

As ações de Skaf também podem ser refletidas de forma semelhante pela atuação da CPTM em relação a sua propriedade patrimonial, no caso, a Vila Ferroviária Dona Leonor, cuja empresa possui a propriedade imobiliária de um terreno e, aproveitando que mercado imobiliário realiza em potencial a acumulação, não pensa em investir no local para melhorar sua infraestrutura (melhorar as habitações para seus funcionários), mas como um terreno que pode entrar em um processo de negociação com a prefeitura de Osasco visando vantagens para a própria empresa. Entre a manutenção das habitações da Vila Leonor (ou seja, o uso) e um possível negócio imobiliário com o poder público de Osasco (ou seja, a troca), a CPTM parece optar pela segunda opção, pois é mais lucrativo.

Todo esse contexto que envolve Paulo Skaf e a CPTM com a Vila Leonor e suas lutas por vantagens imobiliárias devem-se ao papel que o espaço passou a ter a partir do século XX e que se intensificou no século XXI.

Lucrar com o imobiliário não foi apenas uma estratégia realizada por Skaf, que na teoria deveria se preocupar principalmente com as indústrias, mas na prática suas ações se movem para outras atividades como a compra e venda de imóveis. No início do século XX a empresa Light, destinada a serviços de energia e transporte na capital paulista, também atuou com estratégias que envolviam o imobiliário para obtenção de lucros.

A tese de doutorado de Mônica Silveira Brito, intitulada *Modernização e Tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo, na segunda metade do século XIX* problematiza como o crédito passa a exercer predomínio sobre as relações de produção (2004, p. 111):

O dinheiro, obtido pelas operações de crédito, assume no capitalismo moderno novo valor se uso, cumprindo o papel de capital potencial, isto é, instrumento de produção de lucro. Ao ser aplicado como capital, gera a mais valia, da qual uma parcela é deduzida, sob a forma de juros, e repassada ao credor, num movimento que acaba por gerar conflitos entre capitalistas financeiros e capitalistas ativos, isto é, produtivos.

Então, a indagação sobre o porquê do setor imobiliário ser alvo de investimentos é imprescindível para compreender os processos que ocorrem nas cidades, principalmente em metrópoles como São Paulo e Osasco.

Retomando David Harvey, em seu artigo *Liberdade da Cidade* (2009:10), ele relata que a “política do capitalismo é dirigida pela necessidade de encontrar terrenos lucrativos para a absorção do capital excedente”. O capital excedente é gerado a partir do processo de produção, distribuição, troca, circulação e consumo do capital. Todavia não necessariamente

esse capital excedente é absorvido, gerando uma crise de produção e reprodução do valor, ou mesmo de sobreacumulação²⁴.

Para Harvey (2009, p. 10) a “urbanização proporciona um caminho para resolver o problema do capital excedente”. Complementa o autor, em *O Enigma do Capital* (2004: 137) que:

Na medida em que a absorção dos excedentes de capital e o crescimento das populações são um problema, a urbanização oferece uma maneira crucial para absorver as duas coisas. Daí surge uma conexão interna entre produção de excedente, o crescimento populacional e a urbanização.

Henri Lefebvre (2008, p. 117) ao analisar a questão imobiliária conclui que “o capitalismo só manteve estendendo-se ao espaço inteiro”, seja na agricultura, seja na urbanização em que a ideia de propriedade foi fundamental para esse processo. Por quais razões o capitalismo apoderou-se do solo e do espaço é o que Lefebvre busca discutir em *Espaço e Política*. Ele teoriza sobre a mobilização do imobiliário no capitalismo²⁵.

O imobiliário passa a ter um papel central no capitalismo industrial/financeiro. Para tanto, o espaço precisa ganhar valor, principalmente, o valor de troca que supõe o intercâmbio, a compra e venda, determinando o espaço como somente mercado e possibilitando o ciclo de valorização-desvalorização-revalorização que gera os negócios envolvendo a reprodução do capital no urbano e uma possível saída para a crise de sobreacumulação. Além disso, o espaço na cidade torna-se escasso (criação da raridade do espaço).

O momento atual, segundo Isabel Alvarez (2013, p. 113), apresenta o uso subordinado à troca, “já que a apropriação do espaço é mediada pela propriedade privada, e para ter acesso a um ‘pedaço’ da cidade é preciso pagar por ele”. Alvarez prossegue:

Entendemos que a propriedade da terra não é em si capital, mas pelo monopólio de sua posse, por meio da forma jurídica de propriedade, ela possibilita a capitalização de parte da mais valia como renda, o que confere a seus detentores não apenas a possibilidade do uso, mas a de absorver parte da riqueza social por intermédio da troca, liberando este capital imobilizado para entrar no circuito geral de valorização do capital. Desta maneira, a propriedade se configura não apenas como possibilidade de formação do patrimônio, mas também como capital em potencial.

²⁵ O setor imobiliário possui uma função essencial: a luta contra tendência à baixa do lucro médio. A construção proporciona lucros superiores à média. (...). O investimento no imobiliário se revela proveitoso porque essa produção ainda comporta uma proporção superior de capital variável em relação ao capital constante (LEFEBVRE, 2008, p.118-119).

Nesse sentido, a ideia de renda atrelada à propriedade privada adquire importância estratégica para ganhos como negócio (o que faz, por exemplo, Skaf entrar nesse ramo), pois:

[...] as rendas e os valores das propriedades crescentes dependem tanto de investimentos no lugar quanto de investimentos que mudam as relações de espaço de tal forma a agregar valor a terra [...] o interesse desse desenvolvedor da terra assume um papel ativo no fazer e refazer da geografia do capitalismo como um meio para aumentar sua renda e seu poder.

O investimento em rendas sobre terras, minas e matérias-primas se torna, desse modo, atrativo para todos os capitalistas. A especulação sobre esses valores predomina (HARVEY, 2004, p. 149).

A compreensão da renda e do mercado imobiliário, dessa forma, deve ser mais acurada, sendo um elemento importante na análise da circulação e acumulação de capital. Tanto que para Cesar Ricardo Simoni Santos (2006, p. 102) “o aparecimento de um aparente vigoroso mercado imobiliário como condição *sine qua non* da preservação dos mecanismos de reprodução capitalista deve tributos aos dispositivos internos de uma persistente lógica de acumulação.”.

Em princípio, a partir da tese de Molina, pode-se dizer que a propriedade imobiliária urbana no final do século XIX propiciou o financiamento de uma parte da indústria em São Paulo. A indústria prosperou em São Paulo no século XX (chegou a Osasco, um subúrbio industrial paulistano), porém, hoje ela não é mais dominante e o setor imobiliário retorna a ser protagonista como possibilidade para a reprodução do capital. Esta pode ser a lógica para compreender como atua a CPTM frente à Vila Leonor, sendo interessante pensar a vila como uma possibilidade de fazer negócios imobiliários e lucrar com isso.

O filósofo francês Jean Jacques Rousseau na obra *Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens* inseriu a questão da propriedade como principal fator das disparidades da sociedade capitalista moderna.

O primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: Isto é meu, e encontrou pessoas bastante simples para acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado aos seus semelhantes: ‘Livrai-vos de escutar esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos, e a terra de ninguém!’ (ROUSSEAU, 2001, p. 29).

Mesmo sem verificar o século XX e XXI, todo o urbanismo e concepção de que a propriedade seria um equivalente de capital (necessário para a reprodução capitalista), ele realiza uma análise interessante quanto aos embates sociais.

Como exemplificado em Skaf, pode-se notar que Harvey (2009, p. 16) estava certo ao escrever que a “liberdade da cidade foi apropriada por uma elite financeira da classe capitalista em seu próprio interesse. Tem que ser contraposta pelos movimentos populares” e acrescenta que vale lutar pelo direito à cidade: “ele deveria ser considerado inalienável. A liberdade da cidade ainda está para ser encontrada.”. Isso faz refletir que, talvez, essa liberdade apenas possa ser encontrada com o fim da propriedade privada. Quem sabe?

Enquanto esse momento não se realiza, a contradição entre a produção de um espaço orientada pelas necessidades econômicas e políticas (tais como os projetos urbanos – OUC Tietê II), a reprodução do espaço enquanto condição, meio e produto e reprodução da vida social é cada vez mais latente. No primeiro caso, a reprodução do espaço orienta-se pela imposição de uma racionalidade técnica, assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento da acumulação que produz o espaço enquanto condição da produção. No segundo caso, a reprodução da vida prática se apresenta invadida por um sistema regulador,, em todos os níveis, concretizadas no espaço enquanto norma – ditos e interditos – que formaliza e fixa as relações sociais (CARLOS, 2011, p. 72). Em ambos os casos, há um terrorismo que se alastra pelo cotidiano, formando uma cotidianidade organizada (que será discutida posteriormente neste trabalho).

Exemplo desta contradição está na OUC Tietê II, que se propõem a dinamizar economicamente e urbanisticamente o bairro do Bonfim em Osasco (onde está localizada a Vila Leonor).

Relacionando com os níveis propostos por Ana Fani Alessandri Carlos em *A Condição Espacial*, a OUC Tietê II, no *nível político*, pode ser revelado pela legislação (Plano Diretor Estratégico e a Lei da Operação Urbana) em que:

[...] o Estado desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço, produzindo-o enquanto instrumento político intencionalmente organizado e manipulado. O espaço é, portanto, um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante. (...) Nessa condição, o espaço se pretende homogêneo (pela dominação) e hierarquizado (pela divisão social do trabalho). Como produto, evidencia-se o espaço da norma e da vigilância como forma de construção de um espaço estratégico (CARLOS, Ibid., p. 76).

Desse modo, o Estado (regulador) por meio do Plano Urbanístico gerou uma estratégia que orienta e assegura a reprodução, pois a Concessão Urbanística constitui um instrumento de intervenção urbana estrutural destinado à realização de urbanização de parte do território municipal a ser objeto de requalificação da infraestrutura, ou seja, o Estado direciona onde buscará investir, atraindo investimentos. Todavia, essa intervenção estatal aprofunda desigualdades como decorrência dos investimentos realizados no espaço o que acarreta em processos de valorização distintos entre variadas áreas em prejuízo de alguns setores sociais.

Já no *nível econômico*, Ana Fani Aleessandri Carlos (2011, p. 74) considera:

[...] como condição para a reprodução do econômico, o espaço é infraestrutura, mercado de trabalho e de matéria prima. [...] Como meio, o espaço reduz-se à circulação capaz de articular momentos necessários à realização da produção-distribuição-circulação-troca-consumo. (...). Surgindo como produto, defrontamos com o espaço produtivo, que é o espaço como necessidade de realização do lucro e como capital fixo, pela reunião dos elementos que permitem a continuidade da produção-troca.

Neste nível, o espaço se reproduz como realização ampliada da produção, buscando cada vez mais a valorização, tornando o espaço um bem produtivo, visando o consumo como a realização do lucro. O espaço transforma-se em mercadoria intercambiável, abrindo caminho para surgimento de empresas imobiliárias (como as de Skaf), se apropriando de usos públicos e a própria financeirização do capital (através dos CEPACs - Certificados de Potencial Adicional de Construção – nas operações urbanas).

Ou seja, o Estado balança a árvore e o capital privado apanha o fruto, o que cria dificuldades a permanência de certos comércios e trabalhadores da região, afastando-os para a periferia.

Por fim, contextualizando as relações que ocorrem no perímetro da OUC Tietê II, no *nível social* é necessário analisar a apropriação do espaço para a reprodução da vida. Isso é que Ana Fani Carlos (Ibid., p. 77) chama de plano da vida cotidiana e defronta-se entre o uso – como apropriação dos lugares de realização da vida - e o espaço enquanto valor de troca. O que pode ser evidenciado na questão de moradia já que no local desse projeto há a Vila Leonor, com casas “abandonadas” (ou melhor, sem estar habitadas) ou com moradores com notificação para se retirarem, notificações realizadas por sua proprietária, a CPTM.

Em suma, no *nível social*:

Pensado agora como condição para a realização da sociedade, estamos diante do espaço da materialização das relações sociais. [...] Como meio, esse espaço realiza-

se enquanto circulação de modo a permitir a mobilidade, a passagem de um lugar a outro, a fluidez entre o público e o privado. [...]. Na qualidade de produto teríamos o espaço enquanto valor de uso (CARLOS, 2011, p. 78).

Assim, segundo Carlos (2011) a junção desses três níveis torna o espaço homogêneo (o espaço como mercadoria), fragmentado (pela propriedade privada da terra) e hierarquizado (na dialética entre lugares integrados/desintegrados ao processo de reprodução capitalista).

Esses níveis se intercalam ao mesmo tempo nos espaços da metrópole e realizam-se em cada local e momento de formas e intensidades diferentes. É a reprodução social como *reprodução espacial*.

Com a relevância da propriedade privada tornando o espaço cada vez mais um elemento produtivo dentro do processo de reprodução do capital, tende os níveis econômicos da racionalidade, da normatização e do lucro predominarem nas políticas urbanas e são corroboradas pelos que possuem a propriedade privada da terra. Nesta perspectiva, a Vila Leonor enquanto um espaço de habitação de trabalhadores (contendo valor de uso) de uma empresa é suprimido, nos termos do que seja relevante para a reprodução do capital, para se tornar um negócio que pode ser vendido ou comprado (valor de troca) de acordo com os interesses da proprietária. Para agravar, o *nível social* é praticamente nulo, pois os moradores por não possuírem a propriedade de suas habitações, ficam submissos às determinações da empresa, pois estão, inclusive, sob um contrato de emprego (se houver alguma resistência, corre-se o risco da demissão, de perder o emprego, o que seria algo tão grave ou até mais do que perder a habitação).

1.4. Transformação capitalista: passagem do regime de acumulação fordista para o regime de acumulação flexível e a urbanização crítica

Um aspecto relevante para compreender as transformações do espaço em Osasco e, conseqüentemente, na Vila Dona Leonor (as relações de trabalho entre a empresa ferroviária e seus empregados, as relações de moradia), e principalmente, no entendimento sobre a formação da industrialização, a desconcentração industrial e a reestruturação econômica em Osasco (ascensão do setor terciário, de comércio e serviços), é a transformação do regime de acumulação capitalista: do fordismo para a acumulação flexível.

Esta análise permite realizar uma compreensão entre as escalas mundial e local no que se refere aos aspectos de acumulação capitalista evidenciando que os acontecimentos em Osasco estão relacionados também com fatores da economia mundial, além de contextualizar

a formação da Vila Leonor junto com a chegada das indústrias em Osasco (metade do século XX), como também analisar sobre o atual momento da Vila Leonor, após a reestruturação econômica em Osasco, a desconcentração industrial e a presença cada vez maior do setor de serviços e comércio.

Pensar no regime de acumulação e suas transformações estão diretamente ligados às formas de regime de trabalho nas empresas que por sua vez, no caso da relação entre a empresa ferroviária (Estrada de Ferro Sorocabana, FEPASA e CPTM) com os seus empregados, está ligada como é vista a condição das habitações da Vila Ferroviária Dona Leonor, pois a moradia é um aspecto importante do contrato estabelecido entre as partes e, conforme foi se modificando o regime de acumulação e as relações de trabalho, também as condições de habitação, de vida e de cotidiano dos moradores da Vila Leonor alteraram-se juntos.

O contexto em que surgiu a Vila Leonor era o de industrialização de Osasco marcado pelo fordismo como sistema produtivo, com produção em massa, grandes plantas industriais e concentração elevada de força de trabalho.

David Harvey em *Condição Pós Moderna* analisa a transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX (transição do regime de acumulação), que afetaram os processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e poderes e práticas do Estado. Para esse geógrafo, há dois períodos importantes para a compreensão das mudanças no regime de acumulação (do pós II Guerra Mundial até 1973 e um pós 1973):

Aceito amplamente a visão de que o longo período de expansão de pós-guerra, que se estendeu de 1945-1973, teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configuração de poder político econômico, e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista-keynesiano. O colapso desse sistema a partir de 1973 iniciou um período de rápidas mudanças, de fluidez e de incerteza. [...] os contrastes entre as práticas político-econômicas da atualidade e as do período de expansão do pós-guerra são suficientemente significativos para tornar uma hipótese de uma passagem do fordismo para o que poderia ser chamado de acumulação 'flexível' uma reveladora maneira de caracterizar a história recente (HARVEY, 2007, p. 119).

O momento fordista na regulação da economia capitalista é concebido pelo papel do Estado e sua regulação e sua relação com grandes corporações para a organização de uma estabilidade econômica no período pós-guerra. Nesse sentido o Estado é mais regulador e controlador, isto é, o desenvolvimento econômico estava atrelado ao planejamento estatal, como possibilitar recursos para o avanço da industrialização. Nesse momento, era preciso estender a forma de produção fordista para outros setores para o capital poder se reproduzir

amplamente. Então, um dos objetivos era inserir o trabalhador no mundo do da mercadoria, para consumir o que eles próprios produziam.

O fordismo aperfeiçoou práticas de produção (racionalizando ainda mais a divisão do trabalho existente) como a decomposição do trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas do trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento exemplificada na separação entre a gerência, concepção, controle e execução do trabalho nas indústrias, promovendo uma hierarquização e uma desabilitação dentro do processo de trabalho. No fordismo há um reconhecimento de que produção em massa geraria um consumo em massa, possibilitando um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, enfim, uma sociedade racionalizada, em busca de formatar um tipo de trabalhador (por meio de questões psicológicas envolvendo a sexualidade, a família, as formas de coerção moral) que fosse apto aos novos meios de produção, a linha de montagem (HARVEY, 2007). Porém, de fato, o fordismo apenas se fortaleceu como um regime de acumulação com orientações mundiais após 1945 e com a ajuda do Estado que assumiu um papel importante para a realização do capital. Dentro desse modelo fordista é que São Paulo e Osasco se industrializaram e que foi construída a Vila Leonor e toda a sua funcionalidade.

A mudança do fordismo para o regime de acumulação flexível alterou a estrutura econômica (transformação da indústria) provocando novos processos de produção do espaço e também de relações de trabalho. Em Osasco, as zonas tradicionalmente industriais (entre elas o Bonfim onde se localiza a Vila Leonor) se esvaziaram, houve uma perda da atividade industrial.

Em linhas gerais, no início da década de 1970 o fordismo já não atendia as necessidades novas impostas pelo capitalismo, pois do ponto de vista da reprodução ampliada do capitalismo, o fordismo apresentava características muito rígidas. Neste ponto de vista, era necessária flexibilidade para o capitalismo crescer. A economia mundial começou a apresentar recessões e crises e, para, solucionar isso foi primordial e inevitável uma mudança no regime de acumulação de capital. Harvey (2007) denominou esse novo regime de acumulação flexível (em confronto com a rigidez do fordismo).

Segundo Harvey (2007, p. 140) a acumulação flexível:

[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de

inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’ [...] Ela também envolve um novo movimento que chamarei de ‘compressão do espaço-tempo’ no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitam, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transportes possibilitou cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado.

Harvey continua (2007, p. 141-143), acrescentando o que ocasionou a acumulação flexível para as relações de trabalho:

Esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregos exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida [...]. O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego ‘estrutural’, rápida destruição e reconstrução de habilidade, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista. O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade da mão de obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. [...] Mais importante que isso, é a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

A transformação da indústria foi um fator importante para a reestruturação da metrópole, que teve como uma das principais características o deslocamento da atividade industrial. Nesse momento, foi necessária a adoção de um novo sistema produtivo, a acumulação flexível que trouxe uma nova estrutura organizacional. Em relação à força de trabalho, o sistema flexível provocou a redução dos empregos e a precarização do emprego como as subcontratações. Em relação ao capital industrial, nos países periféricos na América Latina como o Brasil, que passavam por crises econômicas na década de 1980, houve a abertura de mercado e a vigência do modelo neoliberal na economia. Ocorreu uma redefinição do papel da metrópole, que passou a ter o comando e a gestão do processo econômico, mais voltado para o setor financeiro e informacional.

Em Osasco, as fábricas, em sua maioria, deixaram o município e a partir dos anos 1990 uma nova política pública e de gestão entrou em vigor, incentivando a presença do setor de comércio e serviços, principalmente a forma física deixada pelas fábricas.

Um novo modelo de planejamento (voltado para o mercado, empresarial) passou a ser pautado, com forte aliança entre o Estado e a iniciativa privada, baseada principalmente no setor imobiliário. A política urbana tinha e tem como objetivo adequar à cidade as novas necessidades do capital (da economia mundializada) e, assim, viabilizar a reprodução do capital. Osasco era muito marcado pela presença de indústrias, então, era preciso mudar essa cultura, reconstruir novas bases, orientadas pelo setor de serviços.

No entanto, apesar da saída das indústrias e a chegada de empreendimentos comerciais, a Vila Leonor e o Bonfim (ligada ao momento industrial) permanecia, mesmo que não inserida na nova lógica posta pelo planejamento de Osasco. Por isso, a existência de um projeto urbano (uma operação urbana consorciada Tietê II) para inserir a vila nessa nova lógica da metrópole, com imposição de ideias empresariais.

Há uma mudança e reorientação de gestão urbana entre o período do fordismo (havia o zoneamento, a organização da cidade racionalmente, com o princípio de otimizar recursos, ordenar o espaço) e da acumulação flexível, em que o planejamento urbano assume uma face empresarial (planejamento estratégico).

Esse empresariamento das políticas públicas (trabalhistas, urbanas, entre outras), a partir de 1990, facilitou a entrada do sistema da acumulação flexível, devido, principalmente a medidas de flexibilização das leis, que nesse discurso é positivado, visto como modernização, já que as leis são consideradas obstáculos para a acumulação e fluidez do capital. É construído um consenso, um discurso para a sociedade em que só é possível avançar economicamente ou sair de uma eventual crise (urbana ou econômica) se houver modernização e flexibilização das leis, que na verdade é uma série de expropriações da capacidade produtiva e do urbano.

A desregulamentação (“um slogan político da era da acumulação flexível”, segundo Harvey [2007] da legislação – urbanística e trabalhista, por exemplo – é justificada para melhorar a economia, trazer maiores investimentos de capitais e tantos outros discursos de convencimento que pautam que a economia será melhor se a lei for flexível.

Essa desregulamentação que ocorre no Brasil há alguns anos é chave para pensar como foi se transformando a Vila Leonor, seja do ponto de vista da moradia, seja do ponto de vista do trabalho. Moradia e trabalho que para um morador da vila e para a empresa ferroviária estão diretamente relacionados. E essas desregulamentações são aspectos fundamentais para a compreensão da precarização 1) da habitação na Vila; 2) do trabalho do empregado da CPTM morador da Vila; e 3) das relações sociais e do cotidiano da Vila.

Desregulamentação urbanística revelada por políticas de reestruturação urbana, a partir de parcerias público-privadas em que o Estado passou a ser parte do processo de acumulação do capital, de caráter especulativo. A desregulamentação, nesse caso, é materializada no plano diretor municipal e em instrumentos urbanísticos como a operação urbana consorciada (a concessão urbanística) que permitem a realização de ações pontuais na cidade, que podem atender os interesses da atividade privada de forma mais eficaz.

Uma consequência desse modelo empresarial no planejamento urbano é a possibilidade da segregação socioespacial, que apesar de existir em outros momentos, torna-se mais ostensiva. A OUC Tietê II visa à desapropriação, inclusive na Vila Leonor, e caso isso realmente ocorra, os moradores atuais provavelmente deverão se estabelecer em uma área mais distante e periférica, pois esses moradores, devido as suas remunerações, não têm condições de comprar ou alugar uma casa em um lugar central de Osasco (que está passando por uma reestruturação para ser uma centralidade política e econômica). É importante ressaltar que as pessoas moram na Vila Leonor, pois ali a taxa a pagar pela sua habitação é muito menor que os valores de aluguéis cobrados em áreas centrais de Osasco.

A segregação é o fundamento da crise urbana que se reflete na cidadania fragilizada, cada vez mais sem direitos (por causa das desregulamentações, das reformas legislativas em nome de um discurso empresarial de uma modernização, flexibilização e economia melhor).

Aliada a desregulamentação no plano do urbano há a desregulamentação econômica (do trabalho) que se materializa, por exemplo, de forma explícita nas reformas que foram aprovadas no legislativo brasileiro em 2017, tais como a reforma trabalhista (Lei nº 13.467, de 13 de Julho de 2017) que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Lei da Terceirização (Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017) que altera mudanças na lei do trabalho temporário. Ambas as medidas (mais a futura reforma da previdência - Projeto de Lei Complementar nº 84/03) evidencia a precarização do trabalho e do trabalhador, que passa a ser cada vez mais explorado, sem direitos, numa situação de emprego degradante, o que pode fazer do trabalhador nem mais se reconhecer como tal.

O que acontece no Brasil atualmente, em reformas de leis, corrobora com o que David Harvey (2007, p. 144) alertava na década de 1970 quando escreveu *Condição Pós- Moderna*:

Estes arranjos de empregos flexíveis não criam por si mesmo uma insatisfação trabalhista forte, visto que a flexibilidade pode às vezes ser mutuamente benéfica. Mas os efeitos agregados, quando se consideram a cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos do ponto de vista da população trabalhadora como um todo. A mudança mais radical tem seguido a direção do aumento da subcontratação ou do trabalho

temporário – em vez do trabalho em tempo parcial. [...] A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins.

Por esses aspectos é possível apreender as diferenças para os ferroviários entre o habitar a Vila Leonor nas décadas de 1950/60/70 e habitar a Vila Leonor na década de 2010 e vislumbrar como poderá não ser o habitar nas décadas futuras, pois a Vila como moradia não irá mais existir. No primeiro momento pode-se considerar que havia uma integração, o trabalhador empregado com garantias razoáveis e socialmente integrado, com o benefício da moradia; atualmente o trabalhador vive uma situação de vulnerabilidade, trabalho cada vez mais precarizado (com a atual reforma trabalhista, nem o pleno emprego está garantido), com uma sociabilidade fragilizada, com risco eminente de perder sua casa (com notificações para despejo); no futuro, pode ser que o trabalhador não tenha nem mais essa condição, um desempregado, sem habitação. Isso culmina com a impossibilidade do urbano para todos, com ausência e carências que impossibilitam, no limite, a sobrevivência da pessoa. É a urbanização crítica (DAMIANI, 2004), uma expropriação dupla: a expropriação do mundo do trabalho (econômica) somada à expropriação urbana e espacial (esse é o resultado das desregulamentações, do modo de pensar empresarial, das reformas).

2. OSASCO – DE UM SUBÚRBIO INDUSTRIAL A UMA CENTRALIDADE NA METRÓPOLE

Atualmente, o município de Osasco, localizado a oeste na Região Metropolitana de São Paulo [MAPA 05], apresenta vários projetos de reestruturação urbana, principalmente de suas áreas centrais situadas entre o Rio Tietê e a linha férrea, como a Operação Urbana Consorciada Tietê II que visa, entre outras medidas, alterar a forma de uso da Vila Dona Leonor.

Essas áreas podem ser consideradas históricas, pois ali que se iniciaram as primeiras aglomerações urbanas que vieram formar Osasco, muito devido à presença de indústrias (e com elas as vilas operárias) e o surgimento dos primeiros estabelecimentos comerciais. Estas áreas referem-se a alguns bairros de Osasco como Presidente Altino, Bonfim, Piratininga e Rochdale que passam atualmente por um intenso processo de transformação com a chegada de projetos urbanos (operações urbanas), marcados pela lógica do planejamento de Estado que envolve desenvolvimento urbano da cidade do ponto de vista do capital e a vinda de grandes empreendimentos imobiliários.

Mapa 05: Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Osasco localiza-se na região Oeste.

A obra *A Cidade de São Paulo – estudo de geografia urbana* (1958), organizada por Aroldo de Azevedo, classificou Osasco como um subúrbio industrial. Esse estudo considerou o desenvolvimento de Osasco, como também de outras áreas consideradas suburbanas, enquanto resultado, dentre outros aspectos: do aumento dos impostos territoriais em São Paulo; o crescimento populacional na capital e a ampliação do parque industrial da cidade após a Primeira Guerra Mundial (PENTEADO, 1958).

Nessa mesma obra, em seu volume IV *Os Subúrbios Paulistanos*, há um capítulo específico para analisar Osasco, intitulado *São Caetano do Sul e Osasco, subúrbios industriais*, de autoria de Antônio Rocha Penteado (pesquisou São Caetano do Sul) e Pasquale Petrone (pesquisou Osasco), evidenciando a importância industrial osasquense.

O capítulo abordou esses dois subúrbios, que estão localizados em lados opostos da capital paulista, Osasco a oeste e São Caetano a leste, e ambos possuíam características em comum que impulsionaram suas industrializações, como a presença da estrada de ferro, além de um grande número de imigrantes italianos.

A partir de uma perspectiva da monografia urbana, tal capítulo trabalhou as características de sítio e situação²⁶, a topografia, tipo de solo e vegetação, os aspectos hidrográficos, os sistemas de vias (ruas e estradas) a função industrial, os dados demográficos, a localização e distribuição das indústrias, dos comércios e das habitações, além da formação e progressão de Osasco. O mesmo foi feito para São Caetano do Sul.

No entanto, esse estudo, por não ter tal preocupação devido ao contexto teórico metodológico pensado e praticado na Geografia da época, não se enfatizou em questões relacionadas à história local do subúrbio que era Osasco (ainda distrito de São Paulo) ou São Caetano, que podem ser temas importantes para a compreensão da formação da metrópole paulistana e mesmo dinâmicas urbanas osasquenses.

Décadas depois de *A Cidade de São Paulo – estudo de geografia urbana*, José de Souza Martins publicou *Subúrbio - Vida Cotidiana no Subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano, do início do Império ao fim da República Velha*. Este trabalho problematizou a questão do subúrbio e analisou São Caetano do Sul, redefinindo a problemática da relação

²⁶ O sítio urbano contém, por um lado, o estudo da estrutura física onde se situa a cidade, junto com aspectos naturais e artificiais que compõem e condicionam sua formação e o próprio uso do solo, justificando a forma da cidade. Por outro lado, o estudo da cidade *per si* não é suficiente, sendo necessário, também, o estabelecimento de uma relação com o entorno imediato, a situação. Definida sua relação com os demais lugares, a situação pode ser estudada por base em aportes materiais como a análise das ruas e rodovias, pensada na circulação de transporte e no plano viário ou pelo processo de centralidade que a envolve.

entre subúrbio e cidade²⁷ e investindo na análise da história local, pois “no subúrbio a História é fragmentária, incompleta e se manifesta ocasionalmente” (MARTINS, 1992, p. 11).

Para José de Souza Martins (Ibid., p. 12-13), a história local:

[...] não é necessariamente o espelho da História de um país e de uma sociedade. A história local não é nem pode ser uma história-reflexo, porque se o fosse negaria a mediação em que se constitui a particularidade dos processos locais e imediatos e que não se repetem, nem podem se repetir, nos processos mais amplos, que com mais facilidade poderíamos definir como propriamente históricos. [...] Na história local e cotidiana estão às circunstâncias da História. É nesse sentido que a história do subúrbio é uma *história circunstancial*. O que permite resgatá-la como História? A junção dos fragmentos da circunstância – quando a circunstância ganha sentido, o sentido que lhe dá a História. A história local não é uma história de protagonistas, mas de coadjuvantes. É nesse sentido, também, que a escala do tempo da história local não é a mesma escala dos grandes processos históricos.

Desse modo, a análise realizada por Martins em São Caetano do Sul serve como orientação, nesta pesquisa, para a análise de Osasco: sua urbanização e industrialização como um subúrbio de São Paulo, pela perspectiva da história local (da Vila Dona Leonor), buscando compreender a importância dos bairros no processo de produção do espaço na metrópole.

Mais especificamente estudar a Vila Dona Leonor é pensar que

[...] a realidade móvel não é o homem de um lado e do outro o espaço urbanizado; é a cidade, no seu aspecto e na sua vida, que o geógrafo procura descrever e explicar. [...] Uma cidade é um conjunto de bairros dos quais cada um tem sua fisionomia, resultante da sua função, dos seus habitantes, da sua idade. Todos estes bairros, mais ou menos bem integrados entre si, formam a cidade. Um bairro urbano é algo diferente de um fenômeno social, como localização de uma base ou de uma categoria de trabalhadores: um bairro urbano tem uma feição que só a ele pertence, uma vida particular, frequentemente bem desenvolvida, uma alma (MONBEIG, 1957, p. 50).

Dentro de seus limites e possibilidades, essa citação de Pierre Monbeig, em síntese, corresponde à busca compreender a produção do espaço na Metrópole a partir do caso de Osasco, - considerando que ela em um momento já foi bairro e depois, classificada pelos geógrafos Aroldo de Azevedo, Antonio Rocha Penteado e Pasquale Petrone como um subúrbio industrial do município de São Paulo –, buscando desenvolver o que o Monbeig mencionou de “alma” do bairro (encontrando uma “feição que só a ele pertence, uma vida particular”) para Osasco enquanto subúrbio. Porém, a pesquisa não se restringe a isso apenas.

²⁷ “Desde o século XVIII, quando se começa a empregar a palavra *subúrbio* para designar os confins da cidade de São Paulo ou a zona rural que lhe era imediatamente próxima, ela já indica uma concepção de unidade da cidade e seu contorno” (MARTINS, 1992, p. 7).

Concomitantemente a essa busca pela “alma”, precisa-se pensar na História local²⁸ e cotidiana, adentrando no que Monbeig comenta de “fenômeno social”, na localização de uma classe de trabalhadores. Nesse caso, os operários e comerciantes que foram responsáveis também pela urbanização de Osasco devido à chegada das indústrias, privilegiando-os como sujeitos dessa espacialidade (o subúrbio).

Depois, apesar da sua emancipação em relação a São Paulo na década de 1960, Osasco continua envolvida nos processos de metropolização, principalmente dos seus bairros industriais, mas que hoje já perderam essa característica industrial plena devido ao processo de desconcentração industrial por qual sofreu Osasco nos anos 1990 e dos projetos urbanos atuais anunciando grandes empreendimentos imobiliários, como o caso do Bonfim, onde está localizada a Vila Dona Leonor.

Nesse ponto, é importante considerar os níveis e dimensões de análise. A Vila Leonor faz parte de um bairro (Bonfim), porém apresenta características específicas.

Desse modo, é importante problematizar a “entidade bairro como unidade de vida e de relações de processo de urbanização e industrialização”, como analisa Odette Carvalho de Lima Seabra em sua tese de livre docência *Urbanização e Fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão*, compreendendo o bairro como necessário ao “processo urbanização-industrialização” (SEABRA, 2003).

Para a análise da história local de Osasco (e sua industrialização) é interessante a compreensão de José de Souza Martins sobre a chegada das indústrias no e do subúrbio, pois o “[...] o subúrbio é, certamente, um ponto privilegiado para observação e estudo das transformações da cidade e da formação das classes sociais” (MARTINS, 1992, p. 8) e também porque

[...] o subúrbio está proposto, entre nós, como o lugar da reprodução e não como lugar da produção; como lugar da repetição e não da criação; como lugar do cotidiano e não da História [...]. É o lugar do morar e trabalhar. Nesse sentido, é também, o lugar do vivido (mas, do vivido fragmentado) que cimenta a unidade contraditória dessas aparentes dicotomias. A memória é aí memória do fragmento. Lugar do nada é, também, lugar da procura da memória (MARTINS, Ibid., p. 15).

²⁸ Martins (1992, p. 29) também considera “[...] a história local hoje é um produto de um esquecimento progressivo, ao invés de ser produto de uma lembrança consolidada, de uma reconstrução acumulada e documentada de informações e interpretações”.

Ao pesquisar a história local, a História do subúrbio, analisa-se Osasco por meio de momentos de rupturas e de continuidades pelos quais a cidade passou até hoje, perpassando os períodos de industrialização, emancipação e, posteriormente, de desconcentração industrial, alcançando o crescimento do setor de serviços e comércio, o que possibilitou Osasco ser um dos municípios mais relevantes economicamente e uma centralidade na região oeste da Grande São Paulo.

Tal abordagem revela mudanças e permanências existentes em Osasco: a importância do Rio Tietê; a presença da estrada de ferro; a construção da Rodovia Castelo Branco; a chegada e saída das indústrias; a formação e degradação das casas das vilas operárias; o cotidiano dos moradores e, assim, permitir um caminho para compreender uma das razões de haver nesta cidade tantos projetos de reestruturação urbana²⁹ e como eles apropriam-se da singularidade de aspectos geográficos existentes em Osasco e em seus bairros para viabilizar e realizar esse planejamento.

A cidade como forma já não comporta os conteúdos que a compõe, abrindo vez para um processo que findará na metropolização³⁰, pois como salienta Odette Seabra (2001) “metrópole e cidade não são fenômenos equivalentes porque a metrópole é a síntese contraditória da cidade, e enquanto tal, guarda fragmentos do que a envolve: a cidade e os bairros”.

Portanto, é primordial a compreensão sobre bairros, um conceito que pode unir práticas, ações e estratégias que se espalham em diversos prismas e, que quando trabalhadas, podem decifrar impasses da urbanização contemporânea como ocorre em Osasco com tentativa de reestruturação urbana de suas áreas centrais, antigos bairros industriais com vilas operárias.

Por isso, Odete Seabra (2001, p. 15) enfatiza que

²⁹ A Operação Urbana Consorciada Tietê I (Lei Complementar Nº 170, de 16 de janeiro de 2008); a Operação Urbana Consorciada Tietê II (Lei Complementar nº. 203, de 22 de dezembro de 2010) e a Operação Urbana Consorciada Paiva Ramos (Lei Complementar Nº 222, de 26 de dezembro de 2011).

³⁰ A luz de Seabra (2001), a metropolização pode ser entendida como “um movimento que articula de diferentes maneiras os níveis e momentos da vida social e que ao se territorializar redefine sem cessar o quadro da vida existente. É o processo de adequação das ao ritmo, sentido e necessidades do desenvolvimento desta sociedade urbano-industrial. Como já se tem demonstrado, no estudo das cidades, esse desenvolvimento implicou transformações urbanas de grande monta; as intervenções higienistas, o urbanismo utilitarista e segregador dos bairros jardins, dos grandes boulevards e da produção do espaço urbano como suporte de condições gerais sociais de produção, com as grandes obras de engenharia pesada: pontes, viadutos, energia, transportes. É assim que a cidade vai sendo transformada e produzida para ser o lócus de acomodação do processo de industrialização e núcleo do processo de modernização da sociedade”.

[...] é essencial assegurar que o bairro como espacialização do processo social guarda e corresponde a um âmbito da vida imediata, uma dimensão sociológica tão intensa e extensa que é capaz de definir uma vida de bairro. Na mesma medida que a família era a menor unidade dos grandes grupos, o bairro sempre foi a maior territorialidade desse pequeno grupo que é a família. Na história urbana de São Paulo a Igreja tem primazia na definição da estrutura dos bairros e não obstante temos tido os bairros industriais e as vilas operárias. É necessário considerar que a grande transformação pela qual passara a cidade no final do século passado [século XIX], estudada em detalhes por farta bibliografia [Subúrbio, de José de Souza Martins pode ser um exemplo], está centrada na presença dos imigrantes italianos, nas atividades da indústria nascente e na formação do mercado imobiliário.

À medida que Osasco crescia, com o aumento do comércio e de fábricas, o crescimento demográfico e que seus moradores encontravam trabalho, ampliavam-se as práticas de sociabilidade, fortificando um sentimento de pertencimento ao lugar e mais profundo ficava a relação com o bairro. Todavia, ao mesmo tempo, o bairro também começava ser negado com o crescimento osasquense com a modernização que chegava, alterando o perfil das famílias e difundindo o dinheiro como forma de mediação entre as pessoas. Segundo Seabra (2001), “logo, o bairro e o não bairro vão juntos, o não bairro é a fragmentação”.

Osasco como cidade foi passando por um processo de metropolização culminada, recentemente, por projetos de reestruturação urbana, esvaziando a vida de bairro, evidenciando certa valorização da história da cidade e dos seus bairros, recorrendo-se principalmente para a memória. Então, torna-se importante analisar o bairro pela:

[...] prática espacial como nível e momento da prática social tout-court, porque ela vai se traduzindo numa articulação do nível próximo que é o imediato com o distante, onde estão as modernas instituições ordenadoras do mundo: a Fábrica, o Estado, numa rede sem fim! E porque o bairro articula e vive na tecitura de uma prática espacial específica (SEABRA, 2001, p. 20).

No “subúrbio” Osasco (esta pesquisa tendo como foco a Vila Dona Leonor) foi possível à vida de bairro, integrada com a cidade, porém, o movimento que acarreta a integração do bairro à cidade e a urbanização, também é o movimento que desintegra a vida de bairro. Nesse sentido é importante estudar a urbanização e fragmentação de Osasco pela sua história local (bairro industrial, vilas operárias, a igreja, o clube de futebol etc.) e, assim, compreender as transformações e dinâmicas urbanas por quais enfrentou e vem enfrentando Osasco enquanto cidade (o contraditório de metrópole). Pois como está em Lefebvre:

O bairro é uma unidade sociológica relativa, subordinada, que não define a realidade local, mas que é necessária. Sem bairros, igual que sem ruas, pode haver aglomeração, tecido urbano, megalópole. Mas não há cidade (LEFEBVRE, 1971).

Para esta pesquisa a vida de bairro é:

[...] um acontecer fundado em práticas concretas que articulam, num lugar, parentela, vizinhança, compadrio sob múltiplas formas de solidariedade e, sobretudo de reciprocidade. Define-se como uma unidade em relação à cidade (SEABRA, 2003, p. 26).

Bairro é o espaço de representação onde a vida acontece, onde há as brincadeiras dos meninos, em que ocorrem episódios pitorescos, do cotidiano, onde há um time de futebol como relata o senhor Inajara: “o time que tinha era o Mirim Tricolor Vila Leonor, com o uniforme idêntico ao do São Paulo. A sede do time era no quintal de casa e minha mãe ficava p... da vida”³¹. Dessa forma, o bairro apresenta-se como mediação entre o espaço instrumentalizado e o espaço social.

2.1. Osasco – Início

Em *Sobre o Estudo Geográfico da Cidade* – um guia sobre a monografia geográfica urbana -, Pierre Monbeig (1957, p. 47) comenta:

[...] mas, a cidade é apenas um conteúdo, é o resultado do trabalho de homens, abriga-os e os faz viver. ‘Quem são estes homens? Quantos são?’ Eis um novo elemento a considerar e, como sempre, não somente na situação presente, como também na do passado, pois foram os homens de ontem que fizeram a cidade de hoje.

Os estudos sobre a formação urbana e o impulso industrial em Osasco no fim do século XIX e início do XX como os de Pasquale Petrone e diversas pesquisas sobre o tema evidenciam a importância do italiano Antônio Giuseppe Agú³² que, de fato, realizou grandes empreendimentos que proporcionaram o desenvolvimento de Osasco como a construção da estação de trem e de olarias. Há um esforço da historiografia de relatar

³¹ Entrevista realizada com o senhor Inajara, antigo morador da Vila Leonor, no dia 25 de Janeiro de 2016.

³² Nascido em 25 de outubro de 1845, em Osasco, no reino de Piemonte, que depois faria parte da Itália unificada, Antonio Agú veio para o Brasil em 1872 e trabalhou na construção de uma estrada de ferro em Capivari e foi na cidade São João do Capivari que Agú conseguiu progresso financeiro para ser o primeiro imigrante a comprar um sítio na região da atual Osasco, no Km 16 da E.F. Sorocabana, quando ele veio para São Paulo em 1886. Agú faleceu em 25 de janeiro de 1909 e, hoje, uma das principais ruas do centro de Osasco leva seu nome, a Rua Antonio Agú.

[...] o sentido do épico, do ato monumental dos heróis civilizadores, dos grandes acontecimentos que selam o destino das sociedades. [...] A História aí [por exemplo, os feitos de Agú] aparece deformadamente como história dos ‘primeiros’: o primeiro nascimento, o primeiro enterro, **o fundador**, o primeiro alfaiate, a primeira parteira, o primeiro artesão a fazer caixões de defunto, o dono do primeiro automóvel. No vazio dessas banalidades todas, a condição de ‘primeiro’ ganha a importância de uma qualidade pessoal (e estamental), pré-capitalista, que nada tem a ver com a sociedade em que essas pessoas vivem ou viveram, pois se pauta por outros critérios e concepções (MARTINS, 1992, p. 14) (grifo nosso).

Inclusive, na mesma publicação sobre o início das obras para a construção do novo Paço Municipal de Osasco na área da Hervy, o jornal *Visão Oeste* também traz um relato do ex-prefeito da cidade Guaçu Piteri (1967-1970), como parte de uma reportagem sobre os 52 anos de emancipação de Osasco. Neste relato, Piteri enaltece Agú, considerando-o:

[...] **fundador**, que quando aqui [Osasco] chegou, em fins do século dezenove, encontrou uma bucólica comunidade rural. Não tardou, entretanto, até que tivesse a percepção de o futuro, a região apontava na direção da indústria. Adquiriu extensa gleba do lado esquerdo dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana e implantou as coordenadas do processo de industrialização que, em meados do século XX, alcançaria pleno desenvolvimento (grifo nosso).

De fato, a área da atual Osasco, antes da presença da estação ferroviária e das primeiras olarias que impulsionaram o início da urbanização, era uma área rural de sítios e chácaras [MAPA 07] com baixa produção agrícola devido às características pouco propícias do solo.

VIZINHOS DE ANTONIO AGÚ EM 1900

WWW.HAGOPGARAGEM.COM

Mapa 07: Mapa dos sítios de Osasco em 1900. Os sítios onde ocorrem os primeiros aglomerados urbanos e atividades industriais são os de Antonio Agú (7, em rosa) e Manoel Rodrigues (8, em vermelho), hoje atuais bairros Vila Osasco, Centro, Bonfim e Rochdale. Acervo de Hagop Koukdjian Neto (adaptado).

No final do século XIX, em São Paulo ocorreram transformações econômicas e sociais a partir de um desenvolvimento urbano em detrimento ao rural devido à industrialização, anunciando um novo agente social: o operário. Ele trouxe novos fundamentos para a vida social, uma nova mobilidade de relacionamento social baseado no contrato e um novo modo de acumulação de riqueza, o lucro pautado na produção fabril (MARTINS, 1992).

Todavia, a indústria ainda se beneficiaria, de formas econômicas anteriores como o comércio, realizando como fonte de acumulação de capital tanto da especulação comercial quanto da renda fundiária urbana. Dessa maneira, segundo Martins (1992, p. 8), “rapidamente, a indústria se espalhou pelo subúrbio, que desde o século XVIII era o componente rural do urbano”.

Em Osasco [MAPA 08], local favorecido pela presença de uma ferrovia³³ e por se situar em um vale fluvial³⁴, absorveu perfeitamente a demanda de ampliação do parque industrial paulistano, pois como analisou Antonio Rocha Penteado (1958, p. 10):

Os estabelecimentos fabris, quando de vastas proporções, passaram a exigir grandes espaços onde suas instalações pudessem ficar a contento. Foi depois de 1930 que o problema começou a apresentar-se com muita evidência. A inexistência de tais espaços dentro do perímetro urbano ou, pelo menos, o alto custo dos terrenos nêle incluídos, sem falar na busca de lugares mais adequados às exigências de certos tipos de indústrias (facilidade de transporte, abundância de água, escoamento de detritos, etc.), acabaram por obrigar muitas empresas a procurar, nos subúrbios, os locais para a construção de suas instalações.

³³ Pasquale Petrone (1958, p. 106) disse que “nas vizinhanças da estação, situa-se, sem nenhuma dúvida, o ‘coração’ de Osasco”.

³⁴ Não se deve ao simples acaso essa íntima associação dos subúrbios industriais de São Paulo aos amplos vales fluviais que se abrem em sua região geográfica. Além de constituírem antigas e muito utilizadas vias naturais de passagem, tais vales oferecem condições excepcionais para o estabelecimento de um parque industrial (PENTEADO, 1958, p. 13).

A história do subúrbio é uma história residual. Nela a História irrompe de surpresa, como ruptura que vem de fora, como intervalo na rotina e na sequência ritmada dos gestos repetitivos de todos os dias, na demorada reprodução do mesmo: mesmas palavras, mesmas ideias, mesmas mercadorias, mesmos movimentos, mesmos trajetos, mesmos horários, mesma indiferença. Porém, como resíduo, é também memória do possível, da alternativa – dominada, sufocada, subestimada.

Assim, analisar a Vila Ferroviária Dona Leonor é buscar o residual, uma compreensão da história não oficial de Osasco que ressalte a presença dos operários e não apenas valorize (como já é feito) a fundação e o desenvolvimento de Osasco a partir dos empresários que investiram na industrialização de Osasco, principalmente, os de origem europeia, como o italiano Antônio Agú ou o francês Sansaud de Lavaud, sempre enaltecidos pelas publicações da prefeitura e dos jornais de Osasco.

2.2. Osasco Contemporânea – Reestruturação Urbana

Enquanto geógrafos, e cumprindo o papel destes, não se pode analisar a atual conjuntura por processos específicos, separada de seu contexto histórico. Na escala de análise em questão considerou-se toda uma série de fatores históricos, juntamente com as ações dinâmicas do presente, no intuito de compreender a reprodução do espaço em Osasco, em especial na Avenida dos Autonomistas.

Antes de examinar as tendências exatas que geram um processo de reestruturação urbana, é essencial destacar que a questão da escala espacial é fundamental para uma explicação mais relevante. Pode-se dizer que a reestruturação da economia espacial urbana é um produto do desenvolvimento desigual do capitalismo (a acumulação de riqueza é antes de tudo um movimento, uma metamorfose no processo de circulação); que ela é um resultado de uma economia de serviços em processo de desenvolvimento ou de mudanças nas preferências por estilos de vida (SMITH, 2007, p. 19), já que transformações econômicas geram profundas transformações urbanas.

A reestruturação do espaço urbano, aqui entendida, é geral, mas não universal, pois a reestruturação do espaço urbano não é um fenômeno novo. Todo o processo de crescimento e desenvolvimento urbano consiste em um constante arranjo, estruturação e reestruturação do espaço urbano. A novidade, hoje, segundo Neil Smith (Ibid., p. 20) é decorrente da intensidade em que esta reestruturação do espaço se apresenta. Por isso, cabe não apenas

esclarecer a localização, mas também a temporalidade desta transformação urbana, numa análise integrada.

O mais importante processo responsável pela origem e pela forma da reestruturação urbana em Osasco pode ser resumido pela desconcentração industrial e o crescimento da economia terciária. Nesse contexto é que aparece a Operação Consorciada Tietê II que entre outras medidas interfere na Vila Leonor.

Associado à desvalorização do capital investido nas áreas centrais está o enfraquecimento de certos setores econômicos (industrial) em comparação com outros (serviços). Isto é decorrência, principalmente, de amplas transformações na estrutura econômica. Nesse processo em que o setor terciário se realiza por meio do espaço, ou seja, reproduzindo o espaço, o capital tende a migrar de um setor ao outro da economia, e quando isso ocorre (como em Osasco), uma nova infraestrutura se torna necessária como condição e meio para que o processo se realize. Nesse movimento, uma articulação profunda entre o Estado e os setores econômicos se revela por intermédio de políticas urbanas que direcionam o orçamento público para a construção de uma infraestrutura necessária para que esse processo econômico se realize sem sobressaltos. (CARLOS, 2009, p. 315)

O desenvolvimento do setor terciário em Osasco é fruto do crescimento de empregos no ramo de serviços, que tem em seu interior variados tipos de empregos (desde empregos em escritórios, serviços de comunicação e varejo até carreiras profissionais, de gestão e de pesquisa). Porém, por si só, os processos de desconcentração industrial e crescimento do emprego nos serviços não explicam a reestruturação por qual passa Osasco.

A questão que se apresenta é como a urbanização contemporânea incorpora estas áreas onde há o recuo da indústria, num momento em que estes espaços ganham uma relevância do ponto de vista espacial no contexto da reprodução da cidade, em que espaços de desconcentração de capital tornam-se objetos do processo do capital, a serem tomados e transformados pelas estratégias do planejamento estatal (por meio das operações urbanas, construções de viadutos) e/ou pelas estratégias dos empreendedores privados. . Esta reprodução econômica (e política) do espaço subverte a vida social já constituída na história destes lugares, negando o caráter de permanência (das relações sociais, do espaço físico) dos lugares, impondo uma transformação radical relacionada a um discurso ideológico de inexorável “progresso” (PADUA, 2007).

Neste discurso dos agentes econômicos, assim como no discurso dos representantes do Estado, as transformações por que atravessa Osasco são processos “naturais” de

reconfiguração de atividades econômicas da cidade, passando da atividade fabril, composta por um grande número de trabalhadores de linha de montagem, para atividades ligadas aos serviços, que seriam exercidas por trabalhadores com maior qualificação e com maior poder aquisitivo, o que traria maior circulação de dinheiro nos lugares.

Diante dessa realidade, a presença atual de uma vila ferroviária como a Vila Leonor parece não se adequar com a lógica que está sendo imposta em Osasco, numa região que já não guarda mais a presença de indústrias, e está fortemente marcada pelo setor de serviços.

Na sociedade capitalista a produção do espaço se conforma de maneira desigual, uma vez que se desenvolve sob a égide da propriedade privada a qual é responsável pela fragmentação do espaço e da sociedade. Sabendo que o urbano é um pressuposto ao modo de produção capitalista emerge a noção de que a cidade é lócus da concentração de capital e de poder político os quais são os responsáveis por elaborar os sentidos do urbano.

Partindo deste pressuposto é necessário delinear uma breve trajetória histórica do recorte estudado a fim de compreender as maneiras que os processos se desenvolveram neste local.

Entre as décadas de 1950 e 1970 Osasco experimenta sua fase de intensa industrialização e urbanização. Grandes industriais instalam-se neste período e o município passa a contar com empresas como a Eternit (produtos de fibrocimento, 1941); Cobrasma e subsidiárias (material ferroviário, 1944); Cimaf (artefatos de ferro, 1946); Santista (tecidos, 1950); Hoechst Brasil (química farmacêutica, 1951); Benzenex (produtos químicos, 1952); Osram do Brasil (lâmpadas elétricas, 1955); Asea Brown Boveri (1957); Braseixos Rockwell (eixos mecânicos, 1959) e White Martins (produtos químicos, 1960), sendo muitas delas localizadas na Avenida dos Autonomistas. Além dessas, muitas outras grandes e médias empresas instalaram-se em Osasco, a ponto de Osasco chegar a ter um dos maiores PIBs do país. Com a presença das indústrias, há uma atração populacional para Osasco que apresenta nesse período um elevado aumento demográfico, principalmente de trabalhadores provenientes do interior do Estado de São Paulo, de Minas Gerais e do Nordeste. Nesse período é construída a Vila Ferroviária Dona Leonor de Barros pela Estrada de Ferro Sorocabana e seus moradores, em sua maioria, eram provenientes do interior paulista (já eram funcionários da Sorocabana nas cidades do interior).

Aliás, atribui-se o desenvolvimento do setor industrial, com a instalação de grandes firmas como a Ford, a Eternit, a Osram, a Hervy, a Santista e a Cobrasma, a alcunha de “cidade-trabalho” ao município. Contudo, a partir de mudanças no regime de acumulação

(passagem do fordismo para a acumulação flexível), aliada à política administrativa municipal que não aprimorou a estrutura urbana, adequando-a aos ditames dos novos rumos da economia, resultaram na interiorização das atividades produtivas por parte das empresas que seguiram os principais eixos viários (rodovias) de São Paulo, e se beneficiaram da guerra fiscal entre municípios do interior paulista.

Comprometeu-se, assim, um desenvolvimento mais satisfatório e duradouro das indústrias. Quando estas se depararam com um mercado global e flexível, aberto precipitadamente à concorrência externa, as que já possuíam experiência no mercado internacional sobreviveram, como a suíça ABB; no entanto, as nacionais, como a Santista, sofreram sérios revezes, chegando mesmo a encerrar as atividades no município.

Em escala local, pode-se compreender, portanto, que Osasco, a partir de meados da década de 1980, começou uma rápida desconcentração industrial. O processo de terciarização, que se inicia nos centros urbanos brasileiros já no início da década de 1950 e ganha grande impulso a partir da década de 1980. Em Osasco isso não foi diferente.

Com a desconcentração industrial, a partir da década de 1980 e se consolidando nos anos 2000, as áreas de industrialização tradicional são as primeiras a experimentar a o início de uma nova era. De “cidade trabalho”, uma vez que na década de 1960 mais de 90% da renda bruta do município era proveniente do setor industrial, Osasco pode ser considerada hoje a “cidade shopping” (alusão ao fato de na cidade ter sido construídos vários shoppings). A saída da Cobrasma, em 3 de novembro de 1994, por exemplo, simboliza o fim da fase industrial, uma vez que apenas ela chegou a empregar mais de 12 mil funcionários na década de 1980. Outras igualmente grandes, como Eternit e Santista paulatinamente deixam o município. Saem às indústrias, surgem enormes terrenos.

Estes terrenos passam, inicialmente, por uma desvalorização, dado a deterioração dos edifícios fabris e do entorno, mas podem se tornar áreas de “reserva” para atuação dos empreendedores imobiliários, podendo vir a ser, posteriormente áreas de valorização. (PADUA, 2007, p.11). Esses terrenos, segundo David Harvey (2004, p. 78), acabam se tornando estabelecimentos de novas bases para a acumulação do capital.

Os antigos terrenos industriais localizados na região central de Osasco transformaram-se em enormes centros de consumo, como por exemplo: a indústria Asea Brown Boveri deu lugar ao recém-inaugurado Shopping União (2009); o supermercado Walmart ocupou o terreno da antiga Eternit do Brasil; o Carrefour, o terreno da Santista. A Charleroi, indústria

metalúrgica, cedeu espaço à Universidade Anhanguera. Este processo, como se observa, é generalizado, além de intenso.

Estes novos espaços são produzidos como espaços de consumo, mas, concomitantemente, se revelam como evidências de um consumo do espaço, pois a sua localização na cidade ganha um sentido como centralidade para a realização destas atividades, transformando o lugar, mostrando o espaço não somente como meio de realização de atividades, mas o próprio espaço (o espaço produzido e sua produção) como produto de valor (PADUA, 2007, p. 25).

As vindas do Walmart e do Carrefour merecem destaque. Ambos chegaram em 1995, em verdadeira corrida para ver quem inaugurava primeiro; ambos se instalaram segundo a lógica da parceria público-privada. Como antigas áreas industriais, a regularização dos dois supermercados ficou condicionada a benefícios ao município. Ao Carrefour, coube a construção do Teatro Municipal, em frente ao supermercado, ao Wal-Mart, coube a construção de um hospital na Zona Norte da cidade.

O setor terciário desenvolve-se de maneira concentrada, na área já consolidada anteriormente pela indústria, fazendo com que a região central e, especialmente a região centro-sudeste (Centro, Bonfim, Presidente Altino, Campesina e Vila Yara) do município apresentasse elevado dinamismo econômico.

O que se observou, a partir da década de 1990 – em que a flexibilidade nas práticas de produção já era predominante – foi à instalação (muito em função isenção fiscal concebida pela Prefeitura Municipal de Osasco) de grandes agentes do setor terciário (de capital internacional) como Carrefour (francês) e Walmart e Sams Club (norte-americano), do Extra e da instalação de dois grandes shoppings (Super Shopping Osasco e Shopping União Osasco).

A presença dessas grandes atividades terciárias também é decorrência da localização estratégica, do ponto de vista regional, pois como lembra Pedroso (2005) ao constatar que a principal estratégia de um hipermercado como o Carrefour é de ampliar seu mercado consumidor, não atendendo apenas as áreas próximas ao seu local de instalação, mas também um mercado regional por meio de sua localização facilitadora pelas grandes vias por meio do automóvel.

Em síntese, houve uma primeira produção do espaço em Osasco em virtude das atividades indústrias e num segundo momento, com grande intensidade, pelas atividades terciárias pelos estabelecimentos comerciais e de serviços.

O panorama apresentado justifica o fechamento de algumas empresas baseado na acumulação fordista, na demanda e no consumo em massa, assim como apresenta subsídios para compreensão do crescimento do setor terciário na região, com a instalação atividades do setor terciário moderno em pontos estratégicos do município.

Nesse momento é que o município de Osasco perde a sua alcunha de “Cidade trabalho”, fazendo alusão às atividades industriais, e abarca a instalação de grandes conglomerados comerciais – como hipermercados Carrefour, Walmart, Assai e Extra –, da mesma forma que se inicia a construção de diversos shopping-centeres como Super Shopping Osasco, e o Shopping União. Todos com a estratégia comercial semelhante, embora apresentem algumas particularidades, como a de atender a toda uma região que detém razoável concentração de renda.

O crescimento do setor terciário está ligado especialmente ao caráter central do município de Osasco na Região Metropolitana de São Paulo. Tal localização lhe confere a confluência populacional e viária de toda a sub-região oeste, servindo amplamente aos propósitos e aos requisitos dos estabelecimentos comerciais e de serviços. A descrição da cidade feita pelo Super Shopping Osasco, exposta no seu site na internet, comprova isso:

Capital da região Oeste da Grande São Paulo, Osasco é uma das cidades com maior índice de desenvolvimento do Estado. O município possui hoje cerca de 700 mil habitantes, ocupando o posto de quinta maior cidade do Estado e o 24º município brasileiro (...) Com um número crescente de empresas dos ramos de comércio e serviços, Osasco atrai consumidores de toda a região, que a elegeram como o melhor lugar para fazer compras (...) Grande parte da população dessa área – cerca de 49% – situa-se no grupo de maior disposição para consumo, isto é homens e mulheres entre 20 e 49 anos.(<http://www.supershoppingosasco.com.br>).

A Operação Urbana Consorciada Tietê II apresenta-se para promover ainda mais essa dinâmica de fluidez do capital, de aquecimento do mercado imobiliário, alcançando áreas que não foram ainda atingidas por essa nova lógica como o Bonfim, um lugar com infraestrutura da época industrial de Osasco e que os investimentos privados não chegaram ou enfrentam dificuldades para chegar. A OUC vem para trazer uma maior centralidade para Osasco, potencializando a economia com as intervenções que pretende realizar ou está realizando Exemplos: demolição do edifício industrial da Hervy para a construção do Paço Municipal e o descarte das habitações da Vila Leonor para melhorar a mobilidade viária.

Então, nesse momento, em que Osasco prioriza a terciarização da economia, a ampliação do setor de serviços e não mais o setor industrial, que teve sua presença diminuída progressivamente a partir da década de 1980, a existência da Vila Leonor no Bonfim e em

Osasco, uma área industrial que deixou de ser, torna-se um resíduo de um momento de industrialização. A Vila Leonor é uma permanência, porém um obstáculo para a realização do planejamento e da reprodução do espaço que o Estado e a iniciativa privada almejam.

2.3. O Residual – A Vila Ferroviária Dona Leonor

A Vila Dona Leonor surge na metade do século XX quando Osasco, ainda não emancipada, estava consolidada como um subúrbio industrial de São Paulo. A Vila Leonor já é concebida em um momento no qual a produção do espaço estava marcada pela lógica da racionalidade industrial, ou seja, ela é resultado da industrialização.

Osasco já estava industrial e urbanizada quando a Vila Leonor foi inaugurada pela Sorocabana na década de 1950. Na história das vilas ferroviárias, a Vila Leonor surge tardiamente, num período em que o transporte ferroviário deixava de ter grandes investimentos e já não era mais tão fomentado pelas políticas brasileiras que nesse momento estavam priorizando o transporte rodoviário.

O apogeu da construção de vilas ferroviária no Brasil e sobremaneira no Estado de São Paulo data da segunda metade do século XIX com a expansão da economia do café pelo interior paulista, que utilizava a ferrovia como o principal meio de transporte para essa mercadoria. Dessa maneira, a Vila Leonor não se enquadra na lógica que foi estruturada as vilas ferroviárias famosas e muito estudadas como a Vila de Paranapiacaba³⁵. Também a Vila Leonor não foi uma precursora para a urbanização ou surgimento de um núcleo urbano de um local como ocorreram em outras vilas para outros municípios do interior de São Paulo.

A Vila Dona Leonor Mendes de Barros foi construída pela Estrada de Ferro Sorocabana na década de 1950, quando a empresa ferroviária estava sobre administração do governo do Estado de São Paulo. Esse é o motivo, por exemplo, da Vila levar esse nome: Leonor Mendes de Barros, esposa do governador a época Adhemar de Barros [COMPILAÇÃO DE FOTOS 03].

³⁵ A Vila Ferroviária de Paranapiacaba, localizada em Santo André, foi construída pela empresa inglesa São Paulo Railway Company na década de 1970 e foi um exemplo muito significativo dos empreendimentos ferroviários no Brasil. A vila foi formada para a construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí, uma obra de engenharia complexa para os recursos da época. Durante o período da construção da estrada, milhares de trabalhadores se instalaram na vila; ao término da obra, muitos foram dispensados, permanecendo no local apenas trabalhadores da manutenção do maquinário e conservação das linhas de tráfego. O local foi tombado posteriormente, sendo até o momento a única vil ferroviária considerada patrimônio.

Compilação de Foto 03: Dona Leonor Mendes de Barros e seu marido, o governador Adhemar Pereira de Barros. Fonte: Acervo do Arquivo Paulista.

A Companhia Estrada de Ferro Sorocabana³⁶ foi fundada a partir de capital privado em 02 de fevereiro de 1870 por líderes empresariais sorocabanos, dentre eles Luís Matheus Maylasky, um militar austro-húngaro que se tornou comerciante de algodão no Brasil. Nesse período o café não era a atividade agrícola prioritária da região de Sorocaba que estava sobre forte influência algodoeira. Assim, a estrada de ferro tinha como objetivo inicial realizar o transporte da mercadoria algodão, tornando-se uma linha férrea de exceção na época, pois a maioria das ferrovias criadas até então era devido à economia do café.

O primeiro trecho da linha (1875) foi entre São Paulo (Julio Prestes) e a região de Sorocaba (mais especificamente na Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema ou Fundação Ipanema, atual município de Iperó). Tempos depois, houve uma crise do algodão, deixando o balanço financeiro da Sorocabana prejudicado. Então, os diretores da empresa decidiram optar pelo café como um produto econômico que a companhia poderia explorar no futuro para manter-se ativa. Assim, a empresa estende suas linhas até a região de Botucatu.

No final do século XIX, a empresa uniu-se com a Estrada de Ferro Ituana, formando a Companhia União Sorocabana e Ituana (CUSI). Os investidores cafeicultores (a elite paulista) que controlava a Sorocabana almejava grandes projetos e estender suas linhas. O principal projeto consistia em criar uma estrada de ferro até Santos, pois o transporte dos sacos de café

³⁶ Para melhor compreensão sobre a história da Sorocabana, ver a dissertação de Mestrado em História Econômica de Adalberto Coutinho de Araujo Neto (2006) intitulada *Entre a revolução e o corporativismo – a experiência sindical dos ferroviários da E. F. Sorocabana nos anos 1930*.

de São Paulo até o porto de Santos era de exclusividade de outra companhia (São Paulo Railway), de capital inglês.

A CUSI começou a sofrer com problemas financeiros, realizava muitos empréstimos para aumentar suas linhas o que levou a empresa a acumular dívidas, tornando-se insolvente em 1902. O Governo Federal realizou uma intervenção, levando a companhia a leilão público em que o Governo do Estado de São Paulo a adquiriu em 1905. Em seguida o governo estadual arrendou a companhia para a Sorocabana Railway Company³⁷, arrendamento que permaneceu até 1919, quando o governo reassumiu o controle da companhia e na década de 1930 ela passou a ser submetida à Secretaria de Viação e Obras Públicas. A companhia passou então a ser nomeada de Estrada de Ferro Sorocabana (EFS). Nesse momento é que enfim a EFS constrói a linha Mairinque-Santos, um objetivo antigo de chegar até o porto de Santos. A EFS permaneceu até a década de 1970, quando se criou a FEPASA agregando as principais linhas ferroviárias de São Paulo.

Construir vilas próximas as suas unidades fabris foi uma prática recorrente de várias indústrias, e não foi diferente com as companhias ferroviárias (é possível determinar que a ferrovia seja um complexo industrial). Havia também bastante pressão dos sindicatos ferroviários para que houvesse habitações dignas para os trabalhadores.

Os principais objetivos das vilas, de forma geral, era garantir o trabalhador próximo do seu local de labor, e conseqüentemente, o trabalhador era mais facilmente controlado pela empresa, seja no trabalho (exemplo: pontualidade com o serviço) seja no lazer (exemplo: vigiar possíveis abusos com bebidas³⁸), seja no destino (exemplo: as casas são de propriedade da empresa, não é permitida a venda e nem o aluguel, uma maneira de aprisionar o funcionário na empresa, pois se o funcionário sair ou cometer algum ato que não esteja nas regras e for demitido, ele e sua família ficarão, muito provavelmente sem uma moradia, ou seja, o trabalhador torna-se muito dependente da empresa que o emprega quando vai morar numa vila – era melhor o ter onde morar do que se arriscar a morar em outro lugar, com aluguel e despesas muito maiores do que morar numa vila). A ideia de morar numa casa de

³⁷ Empresa controlada pelo banqueiro francês Hector Legru e pelo empresário estadunidense Percival Farquhar (Southern Railway Company). Farquhar pode ser considerado o maior investidor estrangeiro privado no Brasil no início do século XX, que tinha como ambição controlar o transporte ferroviário na América Latina, principalmente a partir de concessões governamentais.

³⁸ Segundo Araujo Neto (2006, 97), havia uma preocupação da empresa em sujeitar os trabalhadores por meio “da normatização da vida cotidiana, introdução de hábitos comportamentais e princípios de interesse da burguesia”. Isso gerou uma preocupação para os diretores da Sorocabana que passaram a realizar “campanhas contra o alcoolismo; incentivos às associações esportivas e de lazer cultural”.

vila era um objetivo entre os funcionários da empresa, porém não era uma realização completa, pois não era uma casa própria.

O lugar de morar, a casa na vila tornou-se uma mediação de troca na relação capitalista-trabalhador. O capitalista construía a vila para obter mais ganhos e controlar/disciplinar o seu funcionário e o trabalhador lutava para poder ter melhores condições de labor ou pelo menos melhor condição de vida. A casa e o ideal de morar era um fator importante na negociação de contrato entre as partes. Na Vila Leonor, quando conquistado o direito de morar, esse direito possui validade limite até a aposentadoria do funcionário, ou seja, a concessão da casa era vinculada ao trabalho.

No Estado de São Paulo, Segundo Marcelo de Moraes na dissertação *Arquitetura e as relações urbanas nos núcleos habitacionais ferroviários* (2002), foram construídas mais de seis mil unidades habitacionais por parte das companhias ferroviárias [MAPA 09]. A Sorocabana foi uma das empresas que mais construiu moradias para seus trabalhadores (dois mil setecentos e quatro no total) e o tamanho das casas eram em média de 98,62 m². A casa do chefe de estação se destacava um pouco mais em relação as demais.

No relatório da Sorocabana de 1935 é notada a preocupação da empresa em relação à construção e manutenção de casas de suas vilas:

Parece-nos de imprescindível necessidade atacar com intensidade o concerto e mesmo reforma geral da maioria dos edifícios da Estrada. Com verbas, sempre exíguas, que tem tido esta Divisão, e dentro das quaes nos cingimos estrictamente, têm sido relegados para melhor época taes concertos. Urge, tambem, no interesse não só dos empregados como principalmente da própria Estrada, cuidar da moradia do seu pessoal, o que trará com o conforto melhor que se lhe der, maior fixação em seus postos e maior disposição para o trabalho. Há na Sorocabana necessidade de abrigar talvez 15% dos empregados que, por força de suas occupaões, fazem jus á moradia por conta da propria Estrada. Além dessas novas installaões, faz-se mister melhorar as habitaões existentes, dando-lhes maior conforto hygienico (RELATÓRIO ESTRADAS DE FERRO SOROCABANA, 1935, 205 APUD MORAES, 2002).

Quinze anos mais tarde, a empresa constrói a Vila Dona Leonor de Barros. Todavia, é importante ressaltar o papel da Vila Leonor enquanto núcleo desenvolvedor da urbanização é insignificante em Osasco; a Vila Leonor é uma exceção frente a maioria das vilas ferroviárias como em Araraquara, por exemplo, em que mais da metade do processo de urbanização do município araraquarense se deu a partir da construção e instalação da vila ferroviária.

Geralmente nas vilas ferroviárias, como no caso da Vila Leonor, nenhum engenheiro morava, ficando a responsabilidade da administração para chefe da estação e trabalhadores. Não era qualquer trabalhador que poderia morar nas vilas. Para a pesquisadora Luciana Massami Inoue, habitavam as Vilas apenas pessoas que interessavam aos interesses da companhia e era complicado em muitas situações para os funcionários obter o aluguel de uma casa e, assim, muitos ficavam em listas de espera. Na Vila Leonor, muitos que residiam lá eram funcionários da parte da manutenção (os funcionários “tatus de linha” que trocavam os dormentos – aquela madeira transversal em que apoia os trilhos), maquinistas, guarda-cancelas e poucos que trabalhavam em escritórios como assistente administrativo.

Era comum entre as empresas construir casas em número inferior ao dos funcionários contratados. As companhias privilegiavam os funcionários que tinham família, obtendo a preferência para o ingresso nas vilas. Os solteiros eram preteridos, pois havia uma ideia de que os casados seriam mais responsáveis; criava-se uma ideia de “família ferroviária” (INOUE, 2015).

Na realidade, como relata Araujo Neto, para evitar conflitos no âmbito do trabalho, havia uma tentativa da companhia ferroviária de encobrir a exploração, o controle e a racionalidade do trabalho por meio de propagandas que apresentavam a gestão empresa como

uma parceira dos trabalhadores e que realizava melhorias para a qualidade de vida de seu funcionário. Para o autor:

O plano de aproximação da empresa junto a seus trabalhadores buscava conquistar a consciência e evitar, ou, ao menos, amenizar os conflitos nos locais de trabalho que eram diversos, tanto no âmbito individual, como coletivo (...) A contradição aparente entre as medidas de implantação de uma nova forma de controle de trabalho, através dos métodos de sua racionalização e, a continuidade da propaganda de ideias que apresentavam a Administração como defensora e protetora dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que defendia a empresa, a grande ‘família ferroviária’ (ARAUJO NETO, 2006, p. 98).

Em Osasco, onde se instala a Vila Leonor era um local próximo a um entroncamento ferroviário de carga, seus moradores ou eram funcionários que trabalhavam na manutenção de máquinas ou funcionários que trabalhavam em São Paulo (nos escritórios da Júlio Prestes e em armazéns na Barra Funda ou Interlagos, por exemplo). Na Vila há apenas residências, não ocorrendo à presença construções suplementares como escola, creche, igreja ou armazém. Inclusive, os moradores da Vila deveriam ir à Barra Funda para fazer compras em um armazém da Sorocabana específico para os funcionários da empresa. Geralmente, a partir da pesquisa, a maioria das casas era habitada por famílias, cuja incumbência ao trabalho ficava para o homem, e a esposa geralmente não trabalhava, sua função era ser dona de casa (na pesquisa não foi encontrada funcionárias da empresa ferroviária que morasse na Vila, e assim, levassem seus maridos para morar lá).

Os funcionários da Sorocabana ficavam a maior parte do dia no trabalho, e não aproveitavam muito do dia a dia (os acontecimentos, as relações interpessoais) da Vila Leonor, por exemplo. As esposas não trabalhavam na companhia e ficavam em casas cuidando dos afazeres domésticos. As crianças, filhos dos funcionários, eram as que mais aproveitavam o dia a dia da Vila, se divertindo com brincadeiras e o futebol.

Morfologicamente, na Vila Leonor, as moradias construídas realizam a forma de um L [IMAGEM 03; COMPILAÇÃO de FOTOS 04 e 05] e estão dispostas em renque (fileiras alinhadas) e geminadas. Há uma fileira de casas ao norte, que está de frente para Avenida das Nações Unidas e para o Rio Tietê, e outra fileira a oeste. A parte norte as casas são sobrados (dois andares) geminadas, já na parte oeste a área residencial é menor, as casas são térreas e possuem um quintal nos fundos³⁹. Toda parte oeste deve ser demolida para a construção do viaduto.

³⁹ O quintal era estrategicamente pensado para as residências, pois se acredita que esse espaço, propício para o cultivo de uma horta, mantinha o trabalhador e sua família mais tempo em sua casa, afastando-os dos vícios (INOUE).

Imagem 03: Vista aérea da Vila Dona Leonor. Fonte: Google Earth.

Compilação de Fotos 04: Parte Norte da Vila Dona Leonor. Fotos de Leonardo Cardeal da Costa (à esquerda) e Marcela Dametto (à direita), 2016.

Compilação de Fotos 05: Parte Oeste da Vila Dona Leonor. Fotos de Leonardo Cardeal da Costa (à esquerda) e Marcela Dametto (à direita), 2016.

Além da intenção de formatar o trabalhador aos moldes do que a empresa considerava ideal, havia também uma tentativa, por meio das habitações em vila operárias e ferroviárias de selecionar ou excluir quem deveria morar ou não em uma área que tivesse infraestrutura fornecida pela empresa ou pelo próprio Estado. Durante a pesquisa bibliográfica, não foi levantada e encontrada uma literatura que problematizasse a questão de quem são e quais as origens das pessoas operárias/ ferroviárias que foram habitar as vilas. Também, seria interessante compreender e identificar quais os trabalhadores não estavam presentes morando numa vila ferroviária, pois com certeza nem todos os ferroviários tiveram a oportunidade de habitar uma vila. Então, os trabalhadores que não iam para as vilas ferroviárias, moravam onde e em que condições?

Nesse momento, Osasco não emancipada, considerada um subúrbio industrial de São Paulo, ainda guardava uma função tributária em relação ao centro (esse foi um dos motivos da emancipação osasquense, inclusive segundo o movimento dos autonomistas: os altos impostos cobrados e o retorno em questões infraestruturais insuficiente para a região). Apesar de Osasco já não ter mais aquela organização de produção de recursos naturais (como as olarias) voltada para o fornecimento de tijolos, madeiras etc. para a cidade como no final do século XIX, Osasco atendia um dos objetivos dos planos urbanos na época que tinha como objetivo transformar o subúrbio numa outra relação de trabalho que não envolvesse os ex-escravos (negros e pardos). Nesse sentido, houve um projeto (um ideal republicano) de estabelecer novas relações de trabalho, promovendo a vinda de imigrantes brancos ou

descendentes de europeus, numa tentativa de branqueamento da população e dispersão da população negra.

Na Vila Dona Leonor a maioria dos ferroviários estabelecidos eram funcionários da Sorocabana que trabalhavam no interior de São Paulo, com descendência europeia (aliás, muitos moradores da Vila já se conheciam do interior, antes de morarem nela). As vilas ferroviárias podem ter sido um instrumento dos planos urbanísticos nas cidades, determinando quem deveria ou não morar em certos lugares e segregando outra parcela da população (os negros, por exemplo, em São Paulo), afastando-as cada vez para longe dos locais de trabalho, para longe do centro ou de uma centralidade.

No momento de construção da Vila Leonor (final da década de 1940, início da de 1950) Osasco era pertencente ainda ao município de São Paulo, na borda da cidade, um subúrbio conforme denominava a Geografia feita na época (tanto que os geógrafos Aroldo Azevedo Pasquale Petrone, entre outros classificou Osasco como um subúrbio industrial). Osasco com intensa industrialização passou a ser um local de atração populacional (de trabalhadores), era necessário ser habitada, como uma expressão da expansão de São Paulo (exigindo inclusive maiores infraestruturas como transportes, vias, habitações) e a presença vilas como a Vila Leonor serviu como uma maneira para determinar quem deveria morar ali ou não.

Nas décadas de 1930/1940 a presença da indústria em Osasco possibilitou algum investimento em infraestrutura, a construção de estradas, a melhoria da estação ferroviária, as habitações, o que provoca uma valorização do espaço. Essa valorização permitiu o desejo da “elite” osasquesne de propor uma separação de São Paulo (alcançada na década de 1960), como também a expulsão da população mais carente economicamente para áreas mais distantes de Osasco, provocando um rebaixamento das condições de trabalho, pois o trabalhador ficou mais distante da área industrial e do trabalho. Nesse ponto, ter uma habitação na Vila Leonor, uma área central em Osasco e próxima das indústrias, era uma vantagem, pois era garantia de estar perto da área de maior infraestrutura de Osasco.

A política de habitação da empresa de transporte ferroviário e a cotidianeidade instaurada na Vila Leonor e o atual processo de transformações pautado pelo OUC Tietê II constituem, o que Lefebvre ensaja na obra *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*, de uma sociedade terrorista, que nem mesmo a memória de antigos moradores escapa desse terrorismo.

3. VILA DONA LEONOR – TERRORISMO DA MEMÓRIA

Zaqueu encara o povo sorridente, orgulhoso da solução por ele encontrada. Aos poucos fecha o sorriso. O povo todo está mudo, parado, sem entender.

ZAQUEU: - Vamos colocar no papel as histórias, gente! Desencavar da cabeça os acontecimentos de valor. Botar na escrita, fazer uma juntada de tudo que é importante e provar pras autoridades porque Javé tem de ter “tombamento”!

DEODORA: - Tá certo! História grande, de valor, é o que não falta aqui!

ZAQUEU: - Só que tem uma coisa: Lá, eles me falaram que só tem validade se for um trabalho assim... científico!

ARISTEU: - Que coisa é científico?

ZAQUEU: - Científico é...é... é coisa assim... com “sustança” de ciência... versada, assim, nas artes e práticas...

Os presentes olham Zaqueu sem nada entender. Zaqueu se confunde.

ZAQUEU: - Científico é...ó, é assim, como por exemplo... é...é que não pode ser as patacoadas mentirosas que ocês inventam! As patranha duvidosa que ocês gostam de dizer e contar!

FIRMINO: - Ora!, tudo o que eu conto é caso acontecido!

MARIA: - E como vamo juntar as história, se elas tão tudo espalhado na cabeça do povo?!

VADO: - E de quem é a mão santa que vai escrevinhar, botar as letra no papel?

Forma-se um silêncio. Todos se entreolham buscando por alguém que esteja apto para realizar a tarefa. Ninguém se prontifica. Súbito, uma voz do fundo grita a solução.

FIRMINO: - Chama Antonio Biá!

(Trecho retirado do filme Narradores de Javé, 2003)

Ao pesquisar sobre a Vila Dona Leonor de Barros e descobrir que esta vila poderá desaparecer fisicamente do território osasquense devido a OUC Tietê II cujo objetivo, ao menos em seu discurso, é trazer a modernização e ampliação do sistema viário, faz com que seja necessária a compreensão do que a Vila representou para a cidade, principalmente, aos moradores do local.

Todos os entrevistados, ex e atuais moradores da Vila Leonor, possuem uma relação com o local que revela um aspecto do momento de industrialização e urbanização que já não está mais presente nos dias atuais.

O poder público não está disposto a preservar o local ou criar ali um complexo cultural, como era de princípio na lei da OUC Tietê II. A empresa responsável pelas casas (CPTM) também não está preocupada em manter a vila. Por fim, também não há um movimento organizado por parte da sociedade civil com o intuito de lutar pela permanência da Vila Leonor.

As casas da Vila Leonor lentamente estão sendo derrubadas. Há um processo de esvaziamento da vila, muitas casas já não estão mais ocupadas e as que estão já há o anúncio de desapropriação.

Não há muitos registros sobre a Vila Dona Leonor: é um local escondido entre a linha do trem, o rio Tietê, as antenas da Telefônica e que no futuro não será mais um local para casas e famílias, mas para viadutos e carros.

O que há são muitos relatos orais, memórias, muitas das quais saudosistas, de reificação da Vila Leonor, de posituação de um modo de vida que no passado era melhor. No entanto, buscar tais histórias, de um vivido distante, não mais possível hoje, é relevante para compreender como vai se constituindo e se reconstituindo o espaço urbano na metrópole.

Como na história de “Narradores de Javé”⁴⁰, conforme disse Zaqueu, é preciso colocar no papel as histórias e provar as autoridades que a Vila Dona Leonor deveria ser preservada. Na vila também há histórias de grande valor. Porém, esse trabalho não tem a pretensão de ser um instrumento para contar os causos e feitos que ocorreram na Vila Dona Leonor. Muito menos o autor aqui possui a mão santa para “escrevinhar, botar as letras no papel”.

“Juntar as histórias que estão espalhadas na cabeça do povo” é um começo de ideia, mas essa é uma tarefa que precisa ser bem realizada, para atingir um objetivo: construir uma memória do espaço urbano. Nesta dissertação foram realizadas poucas entrevistas com antigos moradores, porém apresentam um significado que permite uma análise para além do discurso que foi dito pelos entrevistados, na investida de compreender a Vila Leonor de maneira crítica e “científica”. E a dissertação é um gênero de texto com viés científico.

O “ser científico” é um grande desafio, e não por questão de “patacoadas” ou “patranhas” que as pessoas contam, e sim porque a ciência com suas especializações apresenta-se em uma crise.

Segundo Lefebvre em *Espaço e Política* (2008, p. 111), as ciências sociais:

Elas tiveram, cada uma por seu turno, ambições imensas: erigir-se em ciência das ciências (a economia política, a história, a sociologia, a psicologia, a linguística...), tornar-se chave e verdade de um saber dominante, fornecer a alavanca ou o eixo de uma transformação da sociedade, de uma racionalidade nova.

⁴⁰ Somente uma ameaça à própria existência pode mudar a rotina dos habitantes do pequeno vilarejo de Javé. É aí que eles se deparam com o anúncio de que a cidade pode desaparecer sob as águas de uma enorme usina hidrelétrica. Em resposta à notícia devastadora, a comunidade adota uma ousada estratégia: decide preparar um documento contando todos os grandes acontecimentos heroicos de sua história, para que Javé possa escapar da destruição. Como a maioria dos moradores são analfabetos, a primeira tarefa é encontrar alguém que possa escrever as histórias (sinopse retirado do sítio AdoroCinema. Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-52182/>, acessado em: 18 de janeiro de 2017).

As entrevistas foram realizadas com antigos moradores da Vila, que em sua maioria viveram nela durante a infância e adolescência e que possuem relatos e causos de sua família, de seus pais (operários da ferrovia). Enfim, são relatos da vida na Vila Dona Leonor, como a greve de 18 dias dos operários da Sorocabana, permitindo adentrar no cotidiano daquela época e compreender as relações que ali se estabeleciam.

Cotidiano é uma categoria que aparece em um determinado tempo histórico (século XIX, com a generalização da mercadoria), que se coaduna intensamente com a industrialização, porém busca ir além da análise da lógica industrial da cidade, da lógica de mercado. Ou seja, a reprodução capitalista não tem como único modo reproduzir somente mercadoria, mas também o capital vai se apropriando do cotidiano, envolvendo a lógica da mercadoria para todas as esferas da vida.

O cotidiano é a repetição generalizada, destituída de sentido, que está presente dentro e fora do trabalho (industrial) e invade a vida, um modelo de vida urbano industrial, que se generaliza mesmo para quem não está na indústria, é um modelo que se espalhou pela sociedade em geral. A consequência é a programação da vida, a expropriação do tempo individual pela sujeição a outro tempo, um tempo instrumentalizado, um tempo industrial que formata a vida. Logicamente, o cotidiano se manifesta em potencial maior para a classe trabalhadora.

O cotidiano (pensado a partir de três dimensões: trabalho, família e lazer, numa vida social carregada de conflitos), para Lefebvre, é a mediação entre o concebido (plano da lógica industrial, da racionalidade produtiva que busca guiar a vida) que tende, via pressão organização, controle, ou seja, terrorismo, impor-se sobre o vivido (as possibilidades, as insurgências, as esperanças, os resíduos, os desejos, o espontâneo), provocando a passividade e limitando a capacidade de criação (de fazer o novo).

As entrevistas representaram três famílias que moraram na Vila Leonor no passado (Prado, Gavião, Messias), porém não exatamente nos mesmos períodos. Foram entrevistados o Seu Inajara Martinho Prado⁴¹ [FOTO 06]; a Senhora Lenice Gavião⁴² [FOTO 07]; e Senhor Derci Messias [FOTO 08]⁴³, juntamente com sua filha. Inajara e Lenice são antigos

⁴¹ Entrevista realizada no dia 25 de janeiro de 2016, na casa de seu Inajara, na Vila dos Remédios, São Paulo.

⁴² Entrevista realizada no dia 14 de julho de 2016, na casa de senhora Lenice Gavião, no Jardim Piratininga, Osasco.

⁴³ Entrevista realizada no dia 09 de outubro de 2016, na casa do Seu Derci Messias, no Jardim Roberto, Osasco. Durante a entrevista, houve a participação da filha Márcia Messias.

moradores da Vila nos seu início (década de 1950), seus pais eram funcionários da Sorocabana. Já Derci foi um ferroviário da empresa e chegou à Vila na década de 1970.

Foto 06: Senhor Inajara Martinho Prado (678anos) em sua residência na Vila dos Remédios São Paulo. Viveu na Vila Leonor desde sua inauguração em 1954 até a década de 1970. Seu pai, também chamado Inajara, era assessor administrativo da E.F Sorocabana, trabalhava na Estação Julio Prestes e foi morar na Vila Dona Leonor. Foto de Leonardo Araujo Cardeal da Costa, 25 de Janeiro de 2016.

Foto 07: Senhora Lenice Gavião. A primeira criança nascida na Vila Leonor na década de 1950. Foto de Leonardo Araujo Cardeal da Costa.

Foto 08: Senhor Derci Messias (82 anos), e sua esposa (Dona Nair) e filha (Márcia). Seu Darci chegou à Vila Leonor em 1974. Foto de Leonardo Araujo Cardeal da Costa, 09 de Outubro de 2016.

Seu Inajara (68 anos), antigo morador da Vila Leonor, viveu sua infância e adolescência na vila, seu pai (Inajara Martinho) era assistente de escritório em Julio Prestes e foi um dos primeiros moradores da Vila Injara relata que a vida na vila foi essencial para a sua formação: “Eu vivi na Vila Leonor os meus 22 anos. Eu me conheci ali. Eu me conheci como gente ali.”.

Para ele “a Vila Dona Leonor era uma grande família. Ali era um por todos e todos por um. Todos os ferroviários tinham orgulho da vila”, essa fala é recorrente de todos os antigos moradores da vila. Esse discurso revela uma busca de identidade (que foi cooptada pelo capitalismo por meio da socialização dos trabalhadores às condições impostas de controle de trabalho, seja da capacidade física e/ou mental, evidenciando um terrorismo via persuasão de mobilização de alguns sentimentos sociais como ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, a solidariedade social) que não é mais possível hoje na Vila, devido às novas relações postas para a produção seja do espaço, seja da vida, pois também não há mais uma relação cotidiana que envolva a pessoa, a família e o lugar (atualmente, as pessoas ficam restritas a sua casa, sem manter uma relação com a vizinhança).

Esse é o momento do nível social da produção do espaço que retrata Ana Fani Carlos (2011), em que os modos de apropriação criam a identidade a partir da escala do habitar como elemento de construção/estabelecimento e sustentação da memória. Nas palavras da autora:

Esse contexto implica o desenvolvimento do conceito de produção enquanto modo de produção que constrói o ser humano criando identidade, que se realiza na mediação do *outro* (sujeito da relação). Em sua materialização, realiza-se na indissociabilidade espaço-tempo que aparece através da ação humana em sua reunião (CARLOS, 2011, p. 77).

Nas três entrevistas, uma nostalgia prevalece, anunciando que o passado era melhor, como nessa fala de seu Inajara: “Hoje a vila tá acabada! E pô, aquilo faz parte da ferrovia. Eu passo ali e me dói o coração. Me lembrar como era aquilo ali e como tá hoje”; como também relata Márcia: “a vila foi uma judiação eles não preservarem as casas. Era um casa muito bem feitinha”. Isso abre várias possibilidades. A memória pode tornar-se perigosa e esconder várias situações. É possível apontar que antigamente a Vila Leonor possuiu um maior uso, uma maior apropriação do lugar, que não ocorre mais, devido a uma série de precarizações nos quais as mais importantes são o do trabalho e da habitação.

Todavia, os relatos que resultaram em uma história nostálgica contêm escondidos, nas suas entrelinhas, uma gama de conteúdos que revelam que a memória, sem uma reflexão crítica, não apresenta um caráter de resistência às transformações que estão ocorrendo na Vila Leonor, pois, mesmo que no discurso dos antigos moradores exista um desejo de preservação da vila, não é manifestada nenhuma ação para resistir ao fim da vila.

As memórias dos moradores não irão evitar o que a OUC Tietê II ou que o planejamento da prefeitura pretende para a Vila Leonor (o fim), apesar de haver histórias ricas sobre um momento que não mais seja possível. José de Souza Martins (2001: 33) alega que no subúrbio “a memória não se reduz à lembrança do sofrimento”. Para ele (MARTINS, 2001, p. 33):

A memória é também a memória da alegria, dos momentos de alegria, que dão sentido ao trabalho e às privações dele decorrentes. [...] No subúrbio e na periferia, no entanto, a memória sempre foi e ainda é o repositório da história residual e, portanto, da identidade. Em consequência é o fundamento da esperança, das aspirações de mudança, do projeto social coletivo.

Realmente a memória do subúrbio apresenta esse potencial, mas a memória, a partir dos discursos dos que a possuem, também pode estar impregnada do discurso do capital, do padrão. Inclusive, seu Inajara, ao falar sobre um período de greve, enaltece a vila como um lugar sem conflitos, por mais que a greve representasse um conflito da relação de trabalho, e havia disputas, violência para quem não fosse trabalhar (a polícia ia buscar maquinista para trabalhar). Pessoa que quase foi assassinada por querer furar a greve, porém seu Inajara

considera a vila um lugar de paz, da amizade com a polícia de até dar cafezinho para aqueles que os apontavam as armas:

Uma coisa que me marcou foi a última greve da Sorocabana. Foi uma greve de dezoito dias. A gente na vila era uma família (pelo menos até eu mudar de lá). Aquela greve foi um barato. Eu era moleque, quando nós levantamos no outro dia, você olhava debaixo dos vagões, tava cheio de soldados, antes não eram da polícia militar, eram da força pública, uns cinco soldados da força pública tudo armado, com as armas tudo apontada para mim lá. Mas como a vila era um lugar de paz, o pessoal tinha dó, para comer, levava um café pro pessoal. No fim os caras (da força pública) viraram nossos amigos. O que eles faziam (o pessoal que morava na vila)? Quando eram mais aconchegados, os caras jogavam malha, jogava bocha, tudo no meio da vila, quando era época da greve e eles viam, eu me lembro, na última semana, eles via com o pessoal da polícia, ia buscar maquinista lá, pra levar na marra, para poder tocar trem. Inclusive na subestação, quase puseram fogo no engenheiro que cismou de ligar a subestação lá com a polícia. A greve era por aumento de salários. O que me marcou dessa greve foi isso daí.

Inclusive o pai do Seu Inajara quase foi demitido por participar da greve, da qual ele tinha direito, e foi reprimido, no entanto, Inajara fixa-se mais na ajuda dos vizinhos:

O meu pai trabalhava no escritório me Julio Prestes, ele era assistente administrativo, e participou da greve. E ele ficou suspenso. Meu pai ficou suspenso da estrada uns meses, quase foi mandado embora, como uma forma de punição. Acho que pelo tanto que minha mãe rezava, ele não foi mandado embora, porque muitos foram mandados embora. E eu me lembro, fim de ano, nós não tínhamos nada para comer em casa, porque no dia vinte e quatro, chegou um e deu uma coisa para gente, chegou outro e deu outra coisa, e nós comemos. Aliás, foram comer em casa, o pessoal cada um levou uma coisa, um prato em solidariedade ao mei pai. É uma coisa que eu nunca mais esqueci.

Por isso, concomitantemente, tais memórias, ao revelar histórias de um cotidiano, evidenciam também as opressões (violentas ou não) da sociedade capitalista sobre os operários e suas vidas, ainda que os mesmos não a percebam. A memória, a partir das entrevistas, não escapa ao capitalismo.

Nesse sentido, analisar a Vila Leonor por meio das memórias a partir do relato de antigos moradores possibilita problematizar como era o habitar na vila e a precarização desse habitar ao longo do tempo, evidenciando uma *sociedade terrorista* (LEFEBVRE, 1991) instaurada na cotidianidade por meio do Estado e do sistema capitalista.

Não obstante, desde sua fundação, a Vila Leonor apresentou e manteve sua ordem por meio de estratégias persuasivas (ideologias) e opressivas (leis e códigos) que conformaram os habitantes a viverem segundo as determinações da companhia ferroviária, ou seja, desde a indicação de qual funcionário iria morar na vila até a construção arquitetônica das moradias

invoca uma repressão a vida cotidiana, que nem sempre é aparente, as vezes interpretada como algo positivo, um bem da empresa para os funcionários (a possibilidade de ter um lugar para morar), não revelando o caráter repressivo de controle do empregado, mesmo com a potencialidade de criação de laços de vizinhanças que podem gerar uma vida de bairro com festas, encontros e solidariedade entre os habitantes.

Lefebvre (1991, p. 156) aponta que a história da vida cotidiana é preenchida e contemplada por um paradoxal jogo de repressão e escapatória, de opressões e de apropriações.

Por meio dos relatos dos antigos moradores a primeira impressão sugere que, em termos de habitar, o apogeu da Vila Leonor ocorreu entre as décadas de 1950 e 1970 e que, depois desse período, houve uma gradativa degradação física da Vila e de sua sociabilidade, até os tempos atuais com o aumento da violência, moradores relutantes em sair de casa, com medo de assaltos, impossibilitando uma maior relação entre as pessoas que ali residem.

A Vila Leonor sempre possuiu um caráter de repressão, todavia até os anos 1970 as formas de escapatórias e apropriações eram mais possíveis e nítidas, conforme é possível observar na memória dos ex-moradores daquela época. Acontece que naquele momento havia uma maior coletividade (porém, não entre todos os habitantes), principalmente entre as crianças e as donas de casas (quando não estavam cuidando da casa, cozinhando, entre tantos afazeres domésticos). Era uma coletividade restrita, pois os funcionários da empresa de trem (aquele que garante a presença da família na Vila, como o Seu Derci Messias) não participavam do vivido, seu cotidiano era bem marcado por acordar cedo, ir trabalhar, passar o dia inteiro no trabalho, voltar para a casa no final do dia, descansar e dormir, ou seja, não era possível construir relações sociais mais afetivas.

Apesar disso, a Vila possuía uma vida de bairro, havia festas, quermesses, mutirões, relações de vizinhança, que permitiam uma apropriação do lugar e que está registrada na memória afetiva de quem por lá viveu e, esse momento as escapatórias eram mais possíveis do que nas últimas décadas (1980 em diante), devido à desconcentração industrial, a introdução na política de ideias neoliberais, a cada vez maior precarização do trabalho e do trabalhador que ao longo desse período teve seus direitos e garantias arrefecidos. Tal precarização é explicitação das relações de trabalho entre o operário e a empresa de trens (seja ela a Estrada de Ferro Sorocabana, seja a FEPASA, seja a atual CPTM), que antes proporcionava mais benefícios aos seus funcionários (por exemplo, uma vila para habitação,

conferindo uma infraestrutura mínima), e agora se restringe a ter menos despesas, retirando benefícios e até mesmo direitos.

Nesse quadro, a vida privada e o individualismo se sobressaem, regendo a vida cotidiana. Antes, a repressão imposta na Vila era mais perceptível por parte da empresa ferroviária (no sentido de controle dos operários), mesmo que seus moradores não a percebessem. Atualmente, a presença da empresa de trem parece menos visível, no que se refere à manutenção das casas, o que fica sob a responsabilidade do morador, pela degradação física do ambiente, impondo as pessoas que ali vivem buscar uma melhor condição, como se isso fosse possível. Uma expressão dessa questão é a comparação com o projeto de vida e carreira proposto pela empresa ferroviária ao Seu Derci Messias com o que está posto para os atuais ferroviários moradores da vila.

Seu Derci, o entrevistado que de fato teve contrato de trabalho com a empresa ferroviária, desde a adolescência foi preparado para ser funcionário da Sorocabana. A começar ele já era filho de um ferroviário e realizou desde a juventude cursos para se tornar um ferroviário:

Na antiga sorocabana tinha um curso de formação de telegrafista e um curso de formação de operário. O meu chamava curso de formação de transportes. Eu entrei com treze anos, o meu pai era ferroviário também. Morava próximo a Cerquillo, no interior. Eu fiquei na estação de Vereda como telegrafista e fiz durante dois anos o curso de formação de transportes em Botucatu. Um dia era na escola, no outro era estágio na estação. Depois de dois anos, eu consegui me formar como telegrafista e fui admitido aqui na Sorocabana com a idade de quinze anos.

Antes de ir morar na Vila Leonor, Seu Derci morava em uma vila ferroviária também no município de Iperó, no interior de São Paulo. Então, em 1974, ele foi transferido pela Sorocabana de Iperó para a estação de Interlagos, na cidade de São Paulo. Ele morou um tempo sozinho em Interlagos, até que se desocupasse alguma casa na Vila (alguém que se aposentasse ou que fosse remanejado ou mesmo que fosse demitido). No final de 1974 abriu-se uma vaga e ele, aos quarenta anos de idade, pode ir morar lá, junto com sua família (esposa e filhos) que vieram apenas mais tarde de Iperó para Osasco, somente quando já estivesse garantida a moradia na Vila Leonor. Eles foram morar na casa número cinquenta, no bloco dos sobrados. A filha de Seu Derci, Marcia, sentiu a mudança de Iperó para Osasco. “Eu senti um estranhamento. O cheiro do rio horrível, um monte de pernilongo. Era horrível.” A família Messias considerava que era muito melhor morar na vila ferroviária de Iperó.

Mesmo assim, as pessoas que moravam na Vila Leonor construíam uma identidade, as famílias permaneciam décadas morando ali (o caso do Seu Derci é exceção, pois ele já chegou à vila mais velho e seis anos depois já se aposentaria – visto que iniciou sua carreira na empresa muito cedo também), o que possibilitava a criação de laços afetivos, e a possibilidade de uma poupança financeira (adquirida ao longo dos anos de trabalho) também, para que quando chegasse à aposentadoria e fosse necessária a saída da Vila, houvesse a possibilidade de ser adquirida uma propriedade imobiliária de fato e muitos compraram terrenos e construíram casas em lugares periféricos, sem a presença de muitas casas e vasta área verde, como foi o caso de Sr. Derci que foi morar no Jardim Roberto, zonal sul de Osasco.

Não somente na entrevista com a família Messias, mas é recorrente em conversas com os ex-moradores a vontade de todos em não querer sair da vila quando o funcionário com contrato com a empresa ferroviária se aposentasse. Se fosse possível morar de aluguel ou comprar o terreno, eles o fariam.

Essa perspectiva não é a mesma dos atuais moradores da Vila Leonor, que não permanecem até sua aposentadoria na Vila. Muito pelo contrário, eles pretendem logo sair de lá, muitos não chegam a morar por mais de um ano. Ou seja, a rotatividade é grande, não gerando identidade com o lugar (isso é resultado da precarização do trabalho e da habitação). Além disso, eles não têm a garantia de fazer carreira, muito menos em conseguir guardar dinheiro para num futuro comprar uma casa própria, ou seja, a possibilidade de adquirir uma propriedade imobiliária é bem reduzida.

A impressão é que há um descaso, a CPTM não investe na Vila Leonor, a Prefeitura de Osasco não interfere e os moradores já não mostram o interesse em permanecer no local, seja os mais antigos ou mais recentes moradores, visto que não são criadas condições favoráveis para a permanência e por haver a chegada da OUC Tietê II, junto com as alterações que poderão ocorrer na Vila. Nesse sentido, é que se instaura o terrorismo.

Por terrorismo não se trata apenas do conceito popular de destruição, de atentado violento contra a vida e o patrimônio público como é divulgado pela mídia ou pelo senso comum como o caso dos homens bombas no Oriente Médio ou do Estado Islâmico em que suas ações radicais são interpretadas como terrorismo. Lefebvre não considera “terrorista” uma sociedade que gera violência física de atentados, massacres, genocídios; nesses termos isso não é uma sociedade terrorista e, sim, uma sociedade aterrorizada.

O terrorismo é além dos atos extremistas, a sociedade terrorista não está presente apenas nos califados xiitas. O terrorismo é um resultado lógico e estrutural da sociedade. O

terrorismo é a burocracia, é a tecnocracia, é a desregulamentação das leis, é a terceirização, é a reforma trabalhista, é reforma da previdência, é a precarização do trabalho, é o planejamento empresarial estratégico, a operação urbana, é a desapropriação, é a segregação socioespacial, é a urbanização crítica.

Para Lefebvre, que em sua época não havia a preocupação em analisar os movimentos terroristas atuais, cunhou a expressão sociedade terrorista visando compreender opressões que ocorrem no cotidiano, às não reconhecidas e não reconhecíveis que assediam o vivido, reduzindo a contestação ao silêncio, o movimento de transformação a margem, a possibilidade do novo absorvida, tornando as opressões neutralizadas e integradas a vida (1991: 158).

Lefebvre considera que na *sociedade terrorista* há um terror difuso. Segundo ele:

As pressões se exercem de todos os lados sobre os membros dessa sociedade; eles têm uma enorme dificuldade para se desembaraçar delas, para afastar esse peso. Cada um se torna terrorista dos outros e seu próprio terrorista [...] O terror não se localiza, ele nasce do conjunto e do pormenor; o 'sistema' segura cada membro e o submete ao conjunto, isto é, a uma estratégia, há uma finalidade escondida, há objetivos que somente os poderes de decisão conhecem, mas que ninguém questiona verdadeiramente. Semelhante sociedade nem por isso evita as mudanças. Ela pode entrar em crise fazendo tudo para evitá-las. Quando se vê presa de uma mutação, ela pretende fixar-lhe um sentido (ou uma ausência de sentido) e orientá-la. Ela é uma massa conservadora, em nome do jogo (ou da ausência do jogo) das forças, das instituições, das estruturas. Seus "valores" não precisam se explicitar; eles bastam a si mesmos, se impõem. Conhecê-lo, questionar a respeito deles para formulá-los, isso já tem ar de sacrilégio. A sociedade terrorista tem coerência, força, pelo menos aparente. A sociedade terrorista tem coerência, força, pelo menos aparente. Não haveria, não há nada a replicar ao seu terrorismo se ela não utiliza uma ideologia da Razão, da Liberdade, o que reintroduz a irracionalidade nessa razão, a opressão nessa liberdade, a violência nessa pretensa força persuasiva, em resumo, a contradição na coerência ilusória (LEFEBVRE, 1991, p. 158-59).

A sociedade terrorista busca a organização da cotidianidade, a sua estabilidade, a manutenção das suas próprias condições de sobrevivência, o que faz provocar o terrorismo, tornando o cotidiano a regra, sem questionamentos, sem permitir que se veja os conflitos, eliminando as contradições, sem pensamento crítico, em que tudo é considerado normal.

Para a análise da Vila Leonor partiu-se para uma tentativa de, por meio da memória de antigos moradores, encontrar alguma forma de resistência ao processo de transformação do local por meio da OUC Tietê II. Entretanto, a partir de conversas, entrevistas, relatos e depoimentos dos antigos moradores constatou-se um discurso de nostalgia perante o atual momento da vila, como se no passado fosse tudo melhor, evidenciando uma sensação de

saudade idealizada ou mesmo irreal por momentos vividos no pretérito, ligadas ao desejo emocional de regresso estimulado por lembranças de situações ou relações sociais felizes.

Seu Inajara com muito orgulho exalta a solidariedade existente na Vila Leonor: “Festa junina era show de bola. O pessoal fazia quermesse, fazia quadrilha. Na parte cultural, a gente dava um show. Ninguém cobrava nada de ninguém. Todo mundo participava”. Havia uma relação de ajuda mútua, segundo ele “Quando tinha um na pior, a vizinhança toda tava com aquele um”. Segundo ele: “qualquer coisinha era motivo para se festejar, o povo ali era muito unido. Se tinha uma pessoa doente numa casa, todo mundo estava com essa pessoa ali ajudando”.

Ao mesmo tempo, ao ser nostálgico e perceber que a Vila Leonor não é mais como antigamente, os ex-moradores, apesar de realizarem encontros anuais, não vislumbram uma solução ou outra possibilidade para a Vila Leonor senão o fim. Além do mais, de maneira geral, não encontram uma explicação para o que consideram o fim da Vila Leonor que não seja pela política, pela má gestão política, principalmente de um partido que governo o Brasil na esfera federal (Partidos dos Trabalhadores e seus representantes na presidência da República: Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff), ou pelo comunismo (Brasil uma futura Venezuela) ou pelo enfraquecimento de valores morais e familiares, responsabilizando os moradores contemporâneos pelo que acreditam ser a decadência da Vila Leonor.

Para seu Inajara o passado era melhor, porque não tinha tanta violência, era possível comprar comida no mercado, uma nostalgia que inclusive exaltando o período de ditadura militar na política brasileira, que segundo ele, não era tão prejudicial ao país quanto ao governo (petiststa) a época da realização da entrevista (janeiro de 2016):

Você quer saber o que é comunismo? Comunismo é o que eles estão tentando implantar hoje nesse país. Peça a Deus que não, mas isso aqui vai virar uma segunda Venezuela. Não falta muito não. Pior que não. Hoje você vai com dinheiro no mercado, não dá para comprar nada. O PT vai perdurar no poder enquanto não tirarem o Lula. O pessoal pode falar o que quiser da época dos militares, eu falo por mim, foi a melhor época da minha vida. Nessa época você ia no açougue, tinha fila para comprar. Nessa época você bebia, comia, você poderia andar na rua segurando dinheiro e ninguém te roubava. Ou você andava direito ou você estava lascado. Se você andasse direito, você estava bem, estava bonito. O Lula não, o Lula foi sacana. Não sei se você sabe a respeito desse cara. Esse cara foi o maior um sete um da história. O Lula nunca foi preso. Quando ele foi preso, ele foi preso e deportado. Ele entregava o pessoal. Ele como presidente do sindicato, eu nunca vi um presidente de sindicato que naquela época foi perseguido, o Lula não foi. O Lula quando pegaram, prenderam ele hoje, daqui uma semana os caras deportaram ele. Teve gente que foi massacrada, sacrificada e com ele não, não houve nada disso. Um país que tem como presidente uma mulher que foi guerrilheira, assaltou banco, matou empresário, o que você espera de um país desses?

Nesse sentido, ironicamente, é válido o que disse Seu Derci: “Se tem uma coisa que a gente faz questão de apagar da memória é a política.”.

Seu Inajara também argumenta que a violência dos tempos atuais é uma das responsáveis pela decadência da Vila, não deixando ela mais como era antigamente: “É uma época que não volta mais e hoje, infelizmente, a violência, está ganhando. Na minha casa ali, era tudo porta aberta, inclusive à noite. Onze horas da noite tava toda molecada brincando na rua, jogando bola”.

Além da violência, considerada hoje como maior, outra questão apontada que exalta o passado é a amizade, que hoje não é verdadeira como era antes. Para Márcia as relações de amizade antigamente eram verdadeiras. Na infância, ela e suas amigas da Vila tinham planos de sempre morar lá. “Quando uma se mudava, todas choravam”, dizia ela. Hoje, segundo ela, isso não ocorre mais “as amizades são todas falsas, interesseiras, e isso não existia lá na Vila”.

Em quase todas as ocasiões à empresa responsável pelas casas da Vila Leonor não foi citada como responsável pelas mudanças sentidas nos últimos anos no local, no caso a CPTM (uma empresa mista de capital privado e associada ao Governo do Estado de São Paulo, que em seus cargos representativos do executivo nunca foram do Partido dos Trabalhadores). Essa ausência de responsabilidade da CPTM no discurso dos moradores da Vila revela a perversidade do sistema em que há apontamentos para vários culpados, inclusive para as pessoas que moram na Vila, exceto a quem de fato possui a gestão do terreno e das casas.

Necessário é problematizar os motivos de ser tão presente o discurso nostálgico que faz parte de um discurso terrorista, como bem comprara Lefebvre com os soldados no *front* de guerra:

Abaixo os nostálgicos! Eles desertam. Fuga para frente? É claro. Durante as batalhas, há soldados que tem vontade de fugir, mas na retaguarda do front outros soldados – os da polícia – os esperam para fuzilar os desertores. Então fugimos para frente, mesmo sem saber aonde vamos. Vocês, desertores por nostalgia, nós nos concentraremos em neutralizá-los... (LEFEBVRE, 1991, p. 163).

Não que seja a intenção de criticar a memória nostálgica dos antigos moradores, porém é relevante problematizar esse discurso que não se apresenta como uma possível resistência ao movimento por qual está submetida à Vila Leonor sob a lógica da OUC Tietê II.

Segundo Lefebvre, a “coisa escrita” (opressiva e não violenta) é o fundamento do terror.

O importante é notar o caráter imperativo da escrita e do inscrito e a sua duração. A escrita faz a lei. Muito mais ainda: ela é a lei. Ela obriga pela atitude imposta, pela fixação (do texto e do contexto), pela recorrência implacável (a volta atrás, a memória), pelo testemunho (transmissão e ensino), pela historicidade assim estabelecida para a eternidade e pelo eterno (LEFEBVRE, 1991, p. 164).

Pressupondo como parte anterior a escrita, há os signos, que constituirão a escrita. A escrita como condição de lei, possibilita a inelegibilidade; como a recorrência, a racionalidade; como sabedoria, a acumulação (conhecimentos, técnicas) e a memória social; como arte, a organização social e a civilização (LEFEBVRE, 1991). Ou seja, a escrita é essencial para a construção de uma sociedade. A cidade e sua arquitetura também podem ser vistas como escrita, determinada em um tempo e em um espaço.

Nesse sentido, considera-se que:

Não há sociedade sem escrita, se entendermos esse conceito em sua generalidade. Não há sociedade sem signos: demarcações, balizagens, orientação. Entretanto, há um pulo para frente, passagem para um nível superior, por conseguinte, ruptura e corte, assim que é inventada a coisa escrita: Tábuas da lei, grafismos, inscrições que fixam a lembrança dos atos e dos acontecimentos, batalhas, vitórias, decisões soberanas inscritas para sempre na memória. A história e a sociologia determinarão as datas e os princípios: a cidade como escrita no espaço e no tempo orientados – as passagens do direito por costume ao direito estipulado, isto é, a passagem dos hábitos as codificações formalizadas (LEFEBVRE, Ibid., p. 166).

.A Vila Leonor, sua conformação, arquitetura das casas, a forma das habitações, disposição das residências é orientada por signo de uma época específica no tempo e no espaço, por um modo de pensar da arquitetura moderna, o padrão de casas e a relação estabelecida para os seus moradores está dentro da racionalidade industrial e o jeito de viver das pessoas, seus hábitos foram se moldando dentro de uma lógica, até se tornarem regras (exemplo: morar na Vila Leonor apenas funcionários da empresa de trens, mas não qualquer tipo de funcionário, havia uma ordem). Enfim, a prática, os costumes dos trabalhadores, seu cotidiano foi transformado em contratos, em leis, em coisa escrita, tornando a vida imposta, caminhando a sociedade para o terrorismo, para uma cotidianeidade organizada.

A Vila Leonor, como coisa escrita, ela faz parte de um tempo. Década de 1950, processo de industrialização. Década de 2010, processo de industrialização superado, desconcentração industrial, processo de urbanização. Há uma necessidade do agente hegemônico que produz o espaço (Estado aliado ao capital) de reproduzir o espaço, atendendo a outras demandas, que não a permanência de uma vila residencial imersa numa área que, a

partir da OUC Tietê II, é planejada para ser um polo econômico e político de Osasco. A Vila Leonor está ameaçada de desaparecer e, junto com ela, sua comunidade.

O que fazia a Vila Leonor ter sentido e resistir era o fato da habitação e das vivências dos moradores que se acumularam a partir dos encontros, das festas, da vida de bairro. Porém, devido a propriedade do terreno não ser de posse dos moradores, tudo se torna mais frágil, a mercê dos interesses da empresa. Com os novos rumos postos pelo planejamento municipal, com o respaldo e o aval do mercado, a Vila Leonor como uso residencial tornou-se um entrave. A vila passou a ser ameaçada e, paulatinamente, o que era valioso, do ponto de vista social, na vila foi minguando-se: os encontros, as relações de vizinhança, as festas, as moradias (que se deterioram), a vida de bairro, o cotidiano. Nesse momento, quando se enfraquece a Vila Leonor (no conteúdo e na forma), ela perde seu sentido de obra, possibilitando a perda do seu significado, tendo sua memória menosprezada e, dessa maneira, ficando mais fácil de destruir, de eliminar, de trocar por outra coisa escrita.

A outra coisa escrita que surge é a Operação Urbana Tietê II, pautada em documentos burocráticos e de escrita como a Lei da OUC Tietê II, o projeto arquitetônico e os discursos dos burocratas de Estado. Essa OUC possui uma mensagem e estrategicamente essa mensagem é feita para ser recebida como uma solução, algo necessário para o melhor da cidade.

Lefebvre argumenta que as mensagens da coisa escrita podem camuflar-se, dependendo de como e do meio que as mensagens são transmitidas. Isso provoca enganos, falseamentos, trapaças, mentiras e, se for fascinadora como geralmente é, causa adesão:

A coisa escrita tem ainda uma propriedade. As operações mentais, a codificação e a decodificação lhes são inerentes, mas não estão contidas como tais na mensagem. Essa é a regra do jogo; assim funcionam as formas; sua transparência não exclui nem o aleatório, nem o oculto; ao contrário, elas os contêm no seio do seu rigor e da sua pureza. O grave é que os codificadores e os canais reais por onde passa a mensagem se dissimulam também, até o ponto de não suspeitar mais da própria existência deles. A coisa escrita está lá, apresentada inteiramente (em aparência) nesse 'estar lá', diria um filósofo. Ela aparece inocente e abusa da inocência do leitor. Daí provém o poder do escrito (e do impresso) sobre os ingênuos e alguns outros. A coisa escrita provoca adesão. Sua fixidez fascina. Como a escrita poderia mentir? 'Esta escrito no jornal', dizem os ingênuos. 'Tenho diante dos olhos um testemunho, um documento', declaram aqueles que não se julgam ingênuos (LEFEBVRE, 1991, p. 169).

Nesse ponto a burocracia estabelece uma força sobre a coisa escrita, atingindo o terrorismo:

A força da coisa escrita ultrapassa as fronteiras, derruba os entraves, não conhece mais limites. Competência, saber, racionalidade burocrática fundada sobre a escrita e justificada por ela se estendem o mais insignificante pormenor [...] Nada escapa nem deve escapar no regime da cotidianidade organizada (LEFEBVRE, 1991, p. 170).

E assim, a Vila Leonor será eliminada, em nome da modernização e da melhoria da mobilidade viária. Impera-se o individualismo, as opressões, a cotidianidade, a culpabilização, a ordem moral ou a imoralidade, a sociedade terrorista. Foi construída toda uma concepção que ao antes era melhor do que o hoje, gerando até a desesperança, a impossibilidade do novo e a vontade de voltar ao passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – SOCIEDADE TERROSISTA Vs. DIREITOS

Na perspectiva capitalista, o processo de produção impõe ao espaço tornar-se uma mercadoria, pois lhe gera valor. O solo urbano adquire valor no momento em que é colocado para ser comprado e/ou alugado no mercado imobiliário. Isso é possível, pois, segundo Ana Fani Carlos ao refletir sobre o espaço como condição da reprodução, a cidade é uma produção social e histórica, apropriada de diversas formas para realizar a reprodução social. Como o espaço urbano está inserido sob a lógica do capitalismo, ela se torna mercadoria em que “determinados fragmentos necessita do acesso à propriedade. Isso promove a intercambialidade do espaço na forma mercadoria, deixando-o homogêneo” (CARLOS, 2011, p. 92).

A questão da propriedade da terra é indispensável para a compreensão do espaço enquanto mercadoria e a apropriação da renda, em Marx, é a maneira pela qual se realiza a propriedade da terra. A ideia de monopólio é essencial nas discussões sobre a renda da terra. Carlos aponta que toda renda da terra é mais-valia, produto do sobre trabalho, e problematiza a contradição capital-trabalho por meio da existência da propriedade privada da terra. Para a autora “a renda da terra – o pagamento pelo uso de uma porção do planeta que é monopólio de outrem – ganha sentido e condição numa totalidade sócia em processo”, em que “o montante em dinheiro que paga a renda da terra é proveniente do processo de realização do ciclo do capital geral da sociedade” (CARLOS, 2013, p. 94).

Ana Fani Carlos, ao analisar a produção do espaço urbano como momento do processo de valorização do capital, realiza uma diferença entre a propriedade do solo urbano (o preço do solo urbano) e a propriedade da renda da terra (como na agricultura). Primeiramente, Carlos (2011, p. 98) destaca que:

A produção do espaço situa-se num ponto da história da humanidade quando o trabalho, a sua divisão e a organização do grupo foi suficiente para transformar a natureza em produto humano, desdobrando-se no curso do desenvolvimento social como resultado do trabalho social global. (...). Na construção da cidade, a natureza adquire a condição de matéria-prima, condição inicial sobre a qual recai o trabalho humano. Consequentemente, deparamo-nos com o uso do espaço sob o capital antes de sua determinação subjugar-se à lei do valor, transformando-se, contraditoriamente, em valor de uso e valor de troca.

Nessa direção, a cidade é um local para investimentos e obtenção de lucros em que o acesso à terra urbana é uma forma de se gerar riqueza. Ou seja, o solo urbano é um elemento essencial para a produção do espaço, visto que o preço do solo urbano nada mais é que a expressão do processo de trabalho, fazendo com que a propriedade do solo urbano seja um monopólio que possibilita a realização de um valor de fragmento, como a apropriação geral do trabalho que sintetiza a cidade (CRALOS, 2011).

Assim, é necessário pensar tanto na cidade na cidade com espaços produtivos (para promover a acumulação) e espaços improdutivos (possibilidade de usos sem qualquer relação com o mercado, impostas pela existência da apropriação privada de fragmentos da cidade). A Vila Leonor é de propriedade da CPTM, é um fragmento privado do espaço, produtiva porque há o uso como residência e também há a taxa que os moradores funcionários da empresa precisam destinar para permanecer com a casa; ao mesmo tempo há casas sem moradia, que poderia ser considerada improdutiva, com possibilidade de moradia para outros, porém as casas são concretadas para não permitir outro tipo de uso e mantê-la como exclusiva da CPTM (sem a interferência de outros agentes como movimentos sociais que podem se tornar um obstáculo para os objetivos da empresa e mesmo de todo o processo da OUC Tietê II). Em ambos os casos, a realização da vida, do sentido de habitar é prejudicada. A CPTM enquadra-se, como proprietária do solo urbano, numa situação diferenciada do processo produtivo (os atuais moradores, por não serem donos do solo urbano, ficam à margem desse processo).

Na verdade, como o espaço tornou-se também elemento de acumulação, a Vila Dona Leonor também se tornou um meio de produzir riqueza para a CPTM igual ao seu patrimônio operacional, talvez de uma maneira até mais rentável. Ainda mais se compreender, no processo de produção do espaço, que o sentido original de criação da Vila Leonor (década de 1950) objetiva-se apenas para uso residencial dos seus funcionários, e não com a possibilidade de fazer lucros com a compra e venda do terreno ou a valorização do espaço como ocorre hoje. A Vila Dona Leonor também se tornou um grande negócio.

A CPTM, no contexto da OUC Tietê II em Osasco, pode sair-se beneficiária com uma propriedade que em princípio não estava sob um processo de valorização (pode-se até dizer que as residências da vila são uma grande despesa, tanto que as taxas de aluguel das casas estão cada vez maiores).

Com o projeto de reestruturação do Bonfim, o terreno da Vila Leonor transforma-se em grande potencial imobiliário, pois há investimentos do Estado em infraestrutura e o local é estrategicamente valioso para a circulação de mercadorias, isto é, há um processo, coordenado

pelo Estado em parceria com a iniciativa privada, de atração de investimentos para Osasco e de uma reprodução do espaço com a finalidade de realizar a acumulação ampliada do capital. Nesse contexto é que se insere a Vila Dona Leonor, no qual seu espaço é valorizado sem necessariamente existir alguma intervenção do seu proprietário, a CPTM. Ou seja, a empresa consegue vantagens por ter a propriedade de um fragmento que se viabiliza na realização da mais-valia global contida na produção da cidade como um todo.

Dessa maneira, o terreno da Vila Leonor passa a ter um preço de solo maior, pois conforme ressaltava Carlos (2011, p. 100), nesse momento em que o espaço é essencial para a reprodução do espaço, “o preço de uma fração do solo urbano (como expressão do seu valor) envolve um processo de valorização em si e em esfera mais ampla, no conjunto da produção da cidade, tanto de uma ordem próxima, quanto um produto de um processo que se realiza numa ordem distante”.

No fim, diante do que envolve a Vila Ferroviária Dona Leonor de Barros, a questão central de sua existência é a habitação, em específico dos funcionários de uma companhia de trens, o terreno de propriedade de uma empresa que concede residências a seus funcionários enquanto contratados para que possam ter direito a uma moradia, com determinadas condições (melhores ou piores dependendo da época), porém não o direito à propriedade.

No entanto, mesmo sem ter o direito à propriedade, os ferroviários optam por ir morar em uma vila ferroviária (direito ao trabalho atrelado ao direito à moradia), pois existe uma crise urbana para adquirir terrenos e construir uma habitação digna, por exemplo, próxima ao local de trabalho (na verdade, há dificuldades aquisitivas para se comprar um terreno na cidade), revelando que a falta de habitação, ou lugar para morar, ou a sujeição de funcionários em habitar vilas operárias são formas de terrorismo impostas pelo Estado e pela iniciativa privada.

No mais, o direito à habitação, garantido de forma parcial (pois apenas existe, se a pessoa for empregada de empresa) para os ferroviários que residem na Vila Leonor, está relacionado diretamente com o principal direito da sociedade urbana, o direito à cidade. Por todo o período, desde sua inauguração até hoje, quem mora na Vila Leonor depara-se com o direito à cidade, talvez mais possível até a década de 1970, porém esse direito nunca foi pleno.

O que envolve a Vila Leonor é a questão da habitação, o onde morar na sociedade urbana em constituição, numa metrópole, em Osasco industrializando-se, em um país periférico com graves problemas habitacionais, em que a habitação, de caráter popular em

específico, é pouco vista como um serviço público ou como uma questão de política pública (pelo menos no século XX). A Vila Leonor é fruto de uma empresa privada e, por exemplo, a Companhia de Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB), destinada a criação de casas populares, apenas foi criada em 1965, quase duas décadas depois da fundação da Vila Leonor, por exemplo.

Tanto no na década de 1950 quando surgiu a Vila Leonor construída pela Companhia da Estrada de Ferro Sorocabana quanto no momento mais recente (a vila sob a responsabilidade da CPTM), em ambas as situações, a questão da habitação é central, os funcionários se dirigem para morar na vila, pois as condições de moradia perante o contexto social em que vivem são, no geral, mais favoráveis.

No limite, a opção por ter uma casa na Vila Leonor para o empregado (apesar de não haver a propriedade do terreno) é ter garantido um lugar para se instalar e não ter a necessidade de trabalhar ao extremo para conseguir um dinheiro para comprar um terreno para morar (que provavelmente seria longe do centro, distante do local de trabalho), possibilitando outros objetivos ou até a possibilidade de guardar dinheiro para comprar um terreno no futuro, em outro lugar, quando se aposentar e não for mais funcionário da empresa, o que de fato ocorreu em algumas famílias.

Lefebvre aponta o terrorismo na problemática da habitação, ou da falta dela, que impede em muitos casos, a pessoas de viver:

A política de habitação exige ainda de um vasto grupo social recrutado, sobretudo entre os jovens, o grupo proletariado e das classes médias 'inferiores', o sacrifício dos mais belos anos de sua vida. Eles devem antes de tudo 'se instalar', ganhar um meio de vida. Depois disso, se não estiverem fatigados, poderão sonhar com o viver. Eles não fazem mais do que isso, atingindo a 'vida' depois de um longo sacrifício cotidiano (LEFEBVRE, 1991, p. 163).

Os funcionários da Estrada de Ferro Sorocabana na década de 1950 ou os funcionários da CPTM na década 2010 que foram ou estão na Vila Leonor, revelam a problemática da moradia na sociedade em vias de industrialização (Osasco na metade do século XX) e industrializada e urbana (Osasco no século XXI) para os proletariados e classe média baixa, explicitando todas as suas sujeições para poder, em primeiro lugar, morar e, em seguida, para que esse morar seja o mais adequado possível a suas demandas (como ser próximo ao trabalho, visto que os trabalhadores foram expulsos dos centros urbanos e, de certa forma, confinados as periferias).

O agravante é que, no passado (não tão distante de meio século atrás) a habitação era vista, ou pelo menos reivindicada, como um direito, e algo importante para os trabalhadores cuja empresa mantinha uma preocupação em tratar desse assunto com seu empregado e estabelecer para isso um contrato.

Hoje isso não é assim, apesar de um novo modo de pensar e de conquistas na área do planejamento urbano, como o Estatuto da Cidade de 2001, os Planos Diretores dos municípios, o direito à habitação apresenta fragilidades, pois, pelo que se analisa no contexto da Vila Leonor, seus atuais moradores estão perdendo seu direito de morar em detrimento a um projeto urbanístico (OUC Tietê II) visando à melhoria viária de transportes (leia-se automóveis) na cidade. Acrescente-se a isso o fato da CPTM não se preocupar com o uso residencial do terreno, permitindo uma negociação, provavelmente, uma contrapartida, para conceder a sua propriedade para a prefeitura de Osasco. E a perda do direito à habitação, consequentemente, é uma perda do direito à cidade.

A trajetória da Vila Leonor demonstra essa perspectiva de precarizações em todos os sentidos e em todos os direitos, do trabalho ao da habitação, até chegar o direito à cidade e a própria vida. A Vila Leonor surge para atender um direito à moradia dos seus empregados e, proporcionava condições mínimas para um conforto dos que ali moravam. A habitação faz parte do contrato salarial, está vinculada ao trabalho. Ao longo do tempo, houve uma diminuição da atuação da empresa na manutenção e infraestrutura da vila, além de uma fragilização das relações de trabalho em que o funcionário não se beneficia (isso também pode ser devido às mudanças ocorridas na administração da empresa durante os anos). O investimento da empresa na área habitacional/patrimonial diminuiu, pois provavelmente já não estava sendo mais interessante tal ação, não alcançando resultados esperados, talvez gerando mais prejuízos que lucros.

Nesse sentido, a Vila Leonor sofreu mudanças relevantes, principalmente, na questão social, no vivido, nas relações de vizinhança, nas festas, na vida de bairro que foi se perdendo. Até tornar-se como está atualmente, um lugar considerado perigoso, com condições estruturais defasadas, um local oneroso para viver, em que os novos funcionários que se estabelecem não pretendem morar por muito tempo.

A precarização das condições de moradia na Vila Leonor (habitações cada vez mais esvaziadas, culminando com casas concretadas para evitar ocupações de pessoas não desejadas pela empresa e a futura desapropriação dos moradores para a demolição dos edifícios) é vinculada a uma precarização das condições trabalho dos empregados empresa de

trens, que não se restringe apenas aos funcionários da CPTM, essa é uma lógica geral (de precarização) estendida às relações de trabalho na iniciativa privada e, também de alcance (em tentativa) no setor público.

As dificuldades encontradas aos direitos à habitação e ao trabalho, impostos no momento atual, refletem como a vida do ser humano está sendo interpretada pela lógica do sistema atual.

O embate entre uma sociedade terrorista e uma sociedade em busca da civilização, perante uma sociedade cada vez mais urbana e mundializada onde se estabelecem cada vez mais barreiras e obstáculos, dos pontos de vistas material, social e mental interferem nas questões dos direitos (ao trabalho, à aposentadoria, ao lazer, à habitação etc.) que, para Lefebvre (1991, p. 162) “tendem a se transformar em reivindicações, a se formular num plano moral e jurídico.” e prossegue (Ibid, 163) “é por entre essas massas de obstáculos e de armadilhas que os direitos novos abrem o seu caminho. Na medida em que são aspirações e reivindicações, eles fazem parte da civilização.”.

No processo de mundialização da sociedade houve movimentos aspiradores de direitos que garantisse cada vez mais uma qualidade de vida melhor as pessoas, sobretudo aos trabalhadores.

Por lei e moralmente, um momento na história da sociedade atual foi possível a realização de conquistas a partir das reivindicações que culminaram na promoção de vários direitos, que apesar das dificuldades foram se estabelecendo via legislações ou por meio de valores moralmente necessários para uma condição digna do homem. Diante disso, apresentaram-se bastantes acontecimentos que possibilitaram a construção de uma sociedade civilizada, abrandando o terrorismo, porém não o impedindo.

Nesta perspectiva, por meio de reivindicações (principalmente de movimentos sociais) o Brasil alcançou uma série de direitos. Os trabalhadores obtiveram os direitos trabalhistas por meio da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) como direito às férias, à aposentadoria, entre outros; o avanço no direito a educação para todos os jovens, com a criação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação); o avanço ao direito à cidade, com a promulgação do Estatuto da Cidade; o progresso na área do direito à moradia, a partir dos programas de políticas públicas de habitação social ou da promoção de moradias operárias sustentadas por empresas privadas, qual ocorre coma Vila Leonor, originada pela iniciativa da Estrada de Ferro Sorocabana, algo que não existe uma lei, é apenas um esboço, uma demonstração que a oferta de habitação por parte da empresa aos

seus empregados era um ponto relevante dentro das relações de trabalho, não para favorecer o trabalhador (isso ocorria também), mas sobretudo porque era vantajoso economicamente para empresa.

Enfim, a Constituição de 1988 evidencia um progresso social, que por meio de lutas e embates entre forças conservadores e progressistas foram se materializando ou não na sociedade, fatos da civilização.

Lefebvre (1991, p. 163) então, questiona:

Os fatos de civilização assim verificados autorizam a esperança e confiança no futuro da sociedade? Olhando de perto, não são tantos fatos, mas virtualidade, aspirações simplesmente reivindicativas. Apenas os apologistas e os políticos podem ver aí fatos completos. São 'valores' mais do que fatos, e mesmo não sendo reconhecidos como direitos (a não ser moralmente, o que não é desprezar, mas não vai muito longe), nada garante que eles venham a desaparecer. Que sobrevenha uma crise [...], esses direitos apenas esboçados não serão varridos?

Os moradores da Vila Leonor durante o período 1950-70 de alguma maneira usufruíram de certas garantias e valores trabalhistas (tal como morar em casas construídas pela empresa em que labuta), que foram paulatinamente diluídos devido às novas concepções de relações de trabalho, ou seja, os trabalhadores foram perdendo direitos de outrora. O funcionário da CPTM ainda pode permanecer na vila, porém já não nas mesmas condições, Aliás, a própria CPTM não considera mais como um local que mereça investimentos, visto que negocia com a Prefeitura de Osasco a transferência do terreno (a partir de contrapartidas) para a realização de outros projetos na área da vila cujos interesses não necessariamente convêm a CPTM.

A Vila Leonor surgiu perante o desenvolvimento industrial, teve seu apogeu, do ponto de vista social, devido à lógica capitalista de ter o trabalhador sobre seu controle e em troca aparecia algumas benesses (no caso a habitação) que era necessário para obter mais vantagens para a produção capitalista. Depois, a decadência e possível desaparecer é também proveniente à lógica capitalista, que não prevê uma vila ferroviária como algo vantajoso para sua reprodução ampliada.

O terrorismo passa pela submissão imposta na relação de trabalho, em que o morar na vila (uma garantia para se ter um teto) é um trunfo da empresa para controlar, formatar seus funcionários, já que esse morar, para as pessoas da Vila, não é de fato um direito, pois ter uma casa ali está condicionado com o emprego. Se a pessoa for demitida automaticamente ela perde o benefício da moradia. Então, em nome de se ter uma casa em meio às dificuldades

habitacionais existentes na metrópole, a empresa pode realizar uma chantagem com o empregado e, a partir disso, determinar condições ao trabalhador que lhe seja conveniente. Aí surge a indagação: mas por que isso não é mais pertinente à empresa? Por que atualmente não compensa mais para a CPTM proporcionar habitações para seus operários, visto que o morar (ter uma habitação) está diretamente relacionada ao fato da pessoa estar empregada na empresa ferroviária?

A resposta para essa questão pode ser técnica. Para a empresa não se faz mais vantagem propor um contrato de trabalho assim, pois as condições criadas para o trabalhador nos últimos anos, culminada com a Reforma Trabalhista de 2017, não mais exige qualquer comprometimento com o trabalhador (seja por lei, seja por acordos). A relação empregador-empregado que por si já é desigual, está cada vez mais perversa. O trabalhador cada vez mais sem direitos e garantias, possibilitando a empresa determinar a sua maneira as condições de trabalho, impondo o que desejar, e o trabalhador terá que aceitar (com moradia ou sem moradia, com salário digno ou sem salário digno, sendo pouco explorado ou muito explorado). Isso também provoca a ausência de reivindicações ou pelo menos as inibe [IMAGEM 04]. Pois, ou se aceita as condições impostas, ou se é demitido (aí se perde casa, dinheiro, comida, se perde tudo). Se o trabalhador não aceitar as condições postas, terá outro que aceitará (um desempregado entre tantos, devido também à crise de empregos – que por sinal justifica as várias reformas por quais estamos passando). Infelizmente, é o que se tem para hoje.

**Atitude
METROVIÁRIA
CUT**

CUT **MTF**

**CUT
SÃO PAULO**

Ano 2017

É GREVE!

Trabalhadores da CPTM e do Metrô cruzam os braços por direitos e contra ações do governo Alckmin (PSDB) que sucateia os transportes

Na próxima terça-feira, 1º de agosto, os trabalhadores das linhas da CPTM e do Metrô entrarão em greve em defesa de seus direitos. As categorias cobram do governo de Geraldo Alckmin (PSDB) condições dignas de trabalho.

Na CPTM, ao invés dos trabalhadores receberem uma compensação salarial, podem ter uma redução de 3,51% nos salários. Já no Metrô, a terceirização dos trabalhadores vem avançando em diferentes setores da companhia. Soma-se a tudo isso a falta de investimentos do governo nos transportes, gerando lentidão e falhas - uma velha tática usada pelo PSDB para "convencer" sobre a necessidade de privatizar o setor.

Geraldo Alckmin (PSDB) reduz salário dos ferroviários

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), já prepara um pacote de maldades nunca antes sofrido pela categoria. Trata-se de uma redução 3,51% nos salários de todos os ferroviários do estado.

E como se você, trabalhador (a) de qualquer segmento, estivesse trabalhando e desempenhando seu papel na empresa que te emprega e seu patrão, no final do mês, tirasse 3,51% do seu suor, da sua alimentação, do presente que você poderia comprar para seu filho, entre outras coisas.

E isso é apenas o começo! O mesmo governo Alckmin coloca uma faca no pescoço dos ferroviários, não dá dignidade e mantém os trabalhadores da Estrada de Ferro Campos do Jordão, no Vale do Paraíba, sem aumento há mais de cinco anos, sem uniformes, sem condições dignas de trabalho,

forçando a categoria a um trabalho que beira à escravidão.

Você acha isso justo?

Por isso, a partir do dia 1º de agosto, os trabalhadores da CPTM vão entrar em greve por tempo indeterminado. Não aceitarão mais esse ataque à categoria enquanto o governo do estado privatiza as riquezas de São Paulo, concedendo a bilheteria do Metrô e pagando multas que beiram a R\$ 1 bilhão ao consórcio da Linha Amarela, por conta de um contrato mal feito e que beneficia as empresas amigas do governador.

E quem paga essa conta?

O dinheiro entregue pelo governo sai dos bolsos dos passageiros que pagam caro por um transporte ruim e que contabiliza centenas de falhas, quebras e descarrilamentos no decorrer dos anos. Esse

dinheiro poderia suprir todos os problemas do Transporte Ferroviário e Metroviário de São Paulo.

Não pensem que o problema está apenas no transporte sobre trilhos. Na maior cidade da América Latina, o prefeito João Doria (PSDB) quer acabar com os cobradores de ônibus, deixando assim milhares de trabalhadores e famílias desamparadas. Há cerca de 19 mil cobradores na cidade.

Esse é o grande golpe articulado pelo atual Governo Federal, com anuência do governo paulista, para o começo da tal Reforma Trabalhista.

Diga não a mais esse golpe, junte-se à luta dos Sindicatos dos Ferroviários da Central do Brasil e dos Metroviários de São Paulo.

Exija dignidade no transporte público de seu estado, pois só assim será possível acabar com a grande lotação e apertos do dia a dia em São Paulo.

Imagem 04: Capa do Jornal do Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários. A notícia do jornal mostra a perversidade das relações trabalhistas atuais, com redução de salários aos ferroviários e o avanço da terceirização. Fonte: Atitude Metroviária – CUT (Central Única dos Trabalhadores), Julho de 2017.

A sociedade avança para um processo de “ubernização”, um cotidiano e uma vida impregnada ao modo de operação do serviço UBER⁴⁴. UBER foi fundado em São Francisco nos EUA, no final da década de 2000 e está presente hoje em mais 300 cidades e em quase 60 países. Seu objetivo é estabelecer uma relação entre motoristas particulares e passageiros com interesse de realizar algum trajeto. Para utilizar o serviço é necessário um aplicativo (no celular, por exemplo) e, dessa maneira, quando for preciso solicitar os serviços de transporte. O aplicativo entrará em contato com o motorista mais próximo do local em que a pessoa que solicitou estiver. O UBER permite de forma rápida informações (tanto para passageiros como motoristas) sobre quem são as pessoas (passageiros e motoristas), qual o trajeto será realizado para chegar ao destino, o valor cobrado para a realização do trajeto, e o pagamento do serviço via cartão de crédito entre outros. Em uma primeira análise, perante o discurso da modernização e flexibilização do trabalho, o UBER é um serviço eficiente, mais barato que o taxi, com a propaganda de ser um serviço que oferece carros novos, limpos, com bom atendimento por motoristas que são educados, simpáticos e bem vestidos (todavia, não é bem isso que ocorre, pois, por exemplo, há discriminação pelo tipo de automóvel que o motorista possui); e o serviço pode ser avaliado pelo cliente, possibilitando um ranking de motoristas, do mais avaliado ao menos avaliado (se por algum motivo, ele for mal avaliado, o motorista é excluído do UBER).

O UBER, de início, poderia ser considerado uma iniciativa favorável para quem trabalha com ele, um complemento de renda. Os motoristas não são contratados, apenas cadastrados ao sistema, ou seja, não possuem salários fixos e sua remuneração depende do

⁴⁴ Uber é uma empresa norte-americana fundada em 2009, prestadora de serviços eletrônicos na área do transporte privado urbano e baseada em tecnologia disruptiva (um modelo que busca superar a tecnologia ou o serviço dominante no mercado) em rede, através de um aplicativo E-hailing (pedido de serviços por aparelhos de telecomunicação móveis, uma modo rápido, fácil e pouco custoso de solicitação de serviços) que oferece um serviço semelhante ao táxi tradicional. Em dezembro de 2016 nos Estados Unidos, o Uber ampliou sua área de atuação, não apenas com serviços de transporte de pessoas, mas também criou o UberEats, um serviço de entrega de comidas em que os mesmos empregados que realizam o transporte de pessoas, também poderão transportar comidas. No Brasil, no município de Ribeirão Preto, interior de São Paulo (governado pelo prefeito Duarte Nogueira – PSDB), a secretária da Educação, Suely Vilela (ex-reitora da Universidade de São Paulo) para resolver o problema de falta de professores na escola lançou um que cria um sistema de trabalho cuja ideia é pagar por aulas avulsas a docentes, sem ligação com o município, sempre que faltarem profissionais na rede municipal de ensino. Esse projeto é muito criticado e ganhou a alcunha de “Uber da Educação” ou “Professor Uber”, pois o professor (não da rede municipal, mas cadastrado no sistema) será contactado momentos antes do início da aula (em substituição ao professor ausente), o vínculo empregatício do professor com a prefeitura ocorrerá por meio de um aplicativo, mensagem em celular e em redes sociais. O professor terá trinta minutos para aceitar a solicitação e não podendo atender o pedido, outro professor será acionado. Uma proposta imediatista para solucionar a falta de professores, que acaba por precarizar ainda mais o trabalho do professorado. Por que não compreender os motivos que levam o professor a faltar, a obter licenças-saúde, e a partir de então, estabelecer uma política que atenda de fato o professor e melhore sua qualidade de trabalho e de vida?

número de corridas realizadas. O automóvel não é de responsabilidade da empresa, o carro é do motorista e ele que deve arcar com os custos de manutenção.

Nesse sentido, essa forma de propor serviços tende a se estender para todos os setores da economia e atingir a todos os trabalhadores, o que pode ser muito perigoso, visto que serviços assim não possuem garantias trabalhistas e parece ser bem viável para os empregadores, pois é flexível, atende demandas específicas, não exige um contrato de trabalho com os prestadores de serviços. Ou seja, o trabalhador não tem seus direitos, se precariza e junto com isso, a vulnerabilidade de seu trabalho e de sua vida torna-se uma constante.

Um tempo atrás (não muito distante) para o trabalhador havia a presença do cotidiano, por mais repetitivo, normatizador e opressor que seja, com perspectivas que a conquista do trabalho permitiam e que proporcionava certo alento; Exemplo: havia a perspectiva de se fazer carreira numa empresa, permitindo vislumbrar uma aposentadoria ou realizar uma poupança para no futuro comprar bens, casas, viajar. Hoje isso já não está mais posto diante do trabalhador, vide a Reforma Trabalhista de 2017 que suprime conquistas e direitos do trabalhador, tornando-o mais frágil legalmente. No momento atual, o que muitos almejam é o cotidiano, a busca de uma rotina, de uma garantia, de uma estabilidade para a sua vida e de seus familiares, pois as condições de trabalho cada vez são mais degradantes e cruéis em todos os termos, como se não houvesse mais perspectiva.

Isso faz repensar qual o futuro para a classe trabalhadora no Brasil. Ainda que a proposta da OUC Tietê II, no seu discurso, seja de mais cinco anos atrás, com a intenção de realizar outro uso para a Vila Leonor que não mais a habitação, indica que a preocupação com o trabalhador é mínima. Na lógica, a preocupação com o trabalhador, aquele que mora na Vila, é nenhuma. Acrescente-se a isso as novas medidas realizadas pelo atual governo brasileiro (Governo Temer em 2016/2017 articulado com o governo estadual de Alckimin), justificadas por uma crise econômica e por um discurso de modernização, que altera as legislações do país como a reforma trabalhista, uma provável reforma previdenciária, além da lei da terceirização. Estas ações são prejudiciais ao trabalhador, no sentido de propor cada vez menos direitos. Ou seja, os direitos estão sendo eliminados. Talvez, no futuro, as pessoas nem deverão saber que existiram direitos, desconhecerão. O que resta?

Diante do que se verifica, é possível retratar que vilas ferroviárias como a Vila Ferroviária Dona Leonor de Barros em Osasco são datadas no tempo, tendem a desaparecer,

pois os direitos estão se extinguindo, pelos menos nesse momento. Que não seja irreversível socialmente.

4. REFERÊNCIAS

- ADOROCINEMA. **Narradores de Javé.** Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-52182/>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2017.
- ALVAREZ, Isabel Aparecida. **As políticas espaciais contemporâneas e a reprodução do capital e do urbano.** In: Revista Cidade, v.9, n.16, 2013.
- ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de. **Entre a revolução e o corporativismo - a**
- AZEVEDO, Aroldo. **A Cidade de São Paulo – estudos de geografia urbana.** São Paulo: AGB/Companhia Editora Nacional, 1958 (v. 2 e 4).
- BRASIL. **Estatuto da Cidade:** Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 13 de Novembro de 2015.
- BRITO, Monica Silveira. **Modernização e Tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo.** Tese de doutoramento. FFLCH/USP, 2006.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea.** Estudos Avançados, v. 23, p. 313-316, 2009.
- _____, Ana Fani Alessandri. Da organização à produção do espaço. In: **A condição Espacial**, São Paulo, Contexto, 2001.
- DAMIANI, Amélia Luisa. **Urbanização Crítica e Situação Geográfica a partir da Metrópole de São Paulo.** In: Geografias de São Paulo – Representação e Crise da Metrópole.
- CARLOS, Ana Fano Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs.). Editora Contexto, São Paulo, 2004.
- ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/o/osasco.html>. Acesso em 25 de Janeiro de 2015.
- experiência sindical dos ferroviários da E. F. Sorocabana nos anos 1930.** São Paulo: USP, 2006. Dissertação mestrado. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-10062006-194606/pt-br.php>
- HARVEY, David. **A Liberdade da Cidade.** GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 26, p. 09-17, 2009.
- _____, David. A Opressão Via Capital. In: **O Novo Imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____, David. **Condição Pós Moderna – Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural.** Edições Loyola. 16º Ed, São Paulo, 2007.

- _____, David. **O Enigma do Capital**. São Paulo. Boitempo, 2004.
- INOUE, Luciana Massani. **A Companhia Paulista e suas vilas ferroviárias: história de empresa e patrimônio industrial**. XI Congresso Brasileiro de História Econômica, 2015.
- LEFEBVRE, Henri. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- _____, Henri. **Barrio y vida de barrio**. In: De lo rural a lo urbano. Barcelona: Ediciones Península, 1971.
- _____, Henri. Espaço e Política. Belo Horizonte. UFMG, 2008.
- _____, Henri. **La Presencia y la Ausencia: Contribución a la Teoria de Las Representaciones**. Fundo de Cultura Econômica – Mexico. 1983.
- MARTINS, José de Souza. **Subúrbio - Vida Cotidiana e História no Subúrbio de São Paulo: São Caetano, do Fim do Império ao Fim da República Velha**. São Paulo/São Caetano do Sul, Editora Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.
- _____, José de Souza. **Periferia Revisitada: Depoimento**. In: Espaço&Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbano; Ano XVII, número 42; 2001.
- MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. In: _____. Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957, p. 33-68.
- MORAIS, Marcelo de. **Arquitetura e as relações urbanas nos núcleos habitacionais ferroviários**. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, 2002.
- NARRADORES de Javé**. Direção: Eliane Caffé. Produção: Vania Catani, Caio Gullane, Fabiano Gullane, André Montenegro: Bananeira Filmes, 100 minutos, Brasil, 2003.
- OSASCO. Operação Urbana Consorciada Tietê II. **Lei Complementar nº 203, de 22 de dezembro de 2010**. Disponível em: http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/form_vig.pl. Acesso em: 13 de Novembro de 2015.
- OSASCO. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Osasco. **Lei complementar nº 125, de 03 de Agosto de 2004**. Disponível em: <http://www.osasco.sp.gov.br/pdp/legislacao.htm>. Acesso em: 13 de Novembro de 2015.
- PADUA, Rafael Faleiros de. **Implicações sócioespaciais da desindustrialização e da reestruturação do espaço em um fragmento da metrópole de São Paulo**. Dissertação de Mestrado, DG-FFLCH-USP, 2007.
- PEDROSO, Francis. **As relações: cidade, subcentro e setor terciário. O caso do município de Campinas**. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo. Anais... CD-ROM.

- PENTEADO, A. R. & PETRONE, P. **São Caetano do Sul e Osasco, subúrbios industriais.** In: AZEVEDO, Aroldo. A cidade de São Paulo – estudos de geografia urbana. São Paulo: AGB/Companhia Editora Nacional, 1958 (v. 4).
- PENTEADO, A. R. **Os subúrbios de São Paulo e suas funções.** In: AZEVEDO, Aroldo. A cidade de São Paulo – estudos de geografia urbana. São Paulo: AGB/Companhia Editora Nacional, 1958 (v. 4).
- PITERI, Guaçu. **Salve 19 de fevereiro de 1992.** Jornal Visão Oeste. Caderno Cidades, p. 8. Osasco, 14 a 20 de fevereiro de 2014.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO. Disponível em: <http://www.osasco.sp.gov.br/>. Acesso em: 17 de Novembro de 2013.
- ROBIRA, R.T. Planejamento Urbano: discurso anacrônico, práticas globalizadas. In: **Geografia das Metrôpoles**, São Paulo, Ed, Contexto, 2006.
- SANTOS, César Simoni. **Dos negócios da cidade à cidade como negócio: uma nova sorte da acumulação primitiva do espaço.** In: Revista Cidades, v.3, n.5, 2006.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Urbanização e fragmentação: apontamentos para o estudo do bairro e da memória urbana.** In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente [s.n.], 2001.
- _____, Odette Carvalho de Lima. **Urbanização e Fragmentação: Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão.** Tese de Livre Docência, Depto. Geografia, FFLCH-USP, 2003.
- REDE BRASIL ATUAL. **Skaf tem empresas de imóveis com interesses privados no engessamento do IPTU.** Publicado em 23/12/2013 Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/helena/2013/12/skaf-tem-empresas-de-imoveis-com-interesses-privados-no-engessamento-do-iptu-746.html>. Acesso em: 10 de junho de 2015.
- Jean Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens;** 2001 Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000053.pdf>> Acesso em: 10 de junho de 2017.
- SMITH, Neil. **Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano.** Tradução de Daniel Sanfelice. Edição original: Smith, N. Gentrification, the Frontier, and the Restructuring of Urban Space. In: GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 21, pp.15 – 31, 2007.

SUPERSHOPPING OSASACO. Disponível em:
<<http://www.supershoppingosasco.com.br/>>. Acesso em: 21 Nov. 2009

UNIARQ. **O projeto de Osasco.** Disponível em: <http://www.uniarq.com.br/novo/?p=948>.
Acesso em: 16 de novembro de 2013.

VIGLIECCA&ASSOC. **Minuta do Projeto de Lei e Relatório de Apoio da Operação Urbana Consorciada Rio Tietê/Osasco.** Disponível em:
dc151.4shared.com/doc/VhbLcfWo/preview.html. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

_____, **Vigliecca e Associados.** Disponível em: <http://www.vigliecca.com.br/>. Acesso em:
13 de novembro de 2015.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba & SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: Edusp, 1999, p. 169-243.

VISÃO OESTE. **Osasco comemora aniversário com início de obras do novo Paço e Câmara.** Caderno cidade, p. 7. Osasco, 14 a 20 de fevereiro de 2014.